



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A POLÍTICA PARA ALÉM DAS POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA LIBERAL:
REAFIRMAÇÃO DO PROGRAMA NEOLIBERAL E O DESAMPARO POLÍTICO
DAS MASSAS**

ANDRÉ COSTA LUCENA

CAMPINA GRANDE
SETEMBRO DE 2019

ANDRÉ COSTA LUCENA

**A POLÍTICA PARA ALÉM DAS POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA LIBERAL:
REAFIRMAÇÃO DO PROGRAMA NEOLIBERAL E O DESAMPARO POLÍTICO
DAS MASSAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCP/UFCG -, composta por Dr. Gonzalo Adrian Rojas (orientador), Dr. Darcon Sousa (examinador interno) e Dra. Jórisa Danilla Nascimento Aguiar (examinadora externa), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

CAMPINA GRANDE

SETEMBRO DE 2019

L935p

Lucena, André Costa.

A política para além das possibilidades da democracia liberal: reafirmação do programa neoliberal e o desamparo político das massas / André Costa Lucena. – Campina Grande, 2019.
142 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Gonzalo Adrian Rojas".

Referências.

1. Política. 2. Desamparo. 3. Emancipação. 4. Democracia Liberal.
5. Neoliberalismo. I. Rojas, Gonzalo Adrian. II. Título.

CDU 32(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

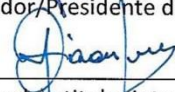
Ata
14ª sessão pública
Defesa de dissertação de Mestrado
Aluno André Costa Lucena

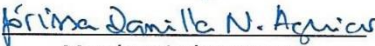
Aos nove dias do mês de setembro do ano de 2019, às 09h:30min, na Sala Fábio Freitas do Hall das Placas do CH, campus de Campina Grande, reuniram-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do regulamento geral dos cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPG da Resolução nº 03/2016 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFPG, a banca examinadora composta pelos professores Dr. Gonzalo Adrian Rojas, orientador, Dr. Darcon Sousa como examinador interno e Dra. Jôrisa Danilla Nascimento Aguiar, como examinadora externa, todos na qualidade de membros titulares, para julgamento da dissertação de mestrado intitulada "A política para além das possibilidades da democracia liberal: reafirmação do programa neoliberal e o desamparo político das massas" do aluno André Costa Lucena. A sessão pública foi aberta pelo presidente e orientador Professor Dr. Gonzalo Adrian Rojas, e após a apresentação dos integrantes da banca examinadora, o aluno iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. Posteriormente, a banca examinadora solicitou aos presentes que se ausentassem, temporariamente do recinto, para em sessão secreta avaliar o aluno. Após análise, os membros da banca atribuíram, conforme determina o artigo 65 da Resolução nº 03/2016 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFPG o conceito:

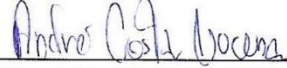
(X) Aprovado () Em exigência () Indeterminado () Reprovado

Campina Grande, 09 de setembro de 2019


Orientador/Presidente da banca


Membro titular interno


Membro titular externo


Aluno

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação não é apenas resultado de uma pesquisa científica. Embora parte substancial dela tenha sido concebida e criada no inevitável estado de isolamento que uma atividade dessa natureza exige – trancafiado no quarto, para ser mais preciso –, muito da minha forma de ver as coisas se deve às experiências vivenciadas com muitas pessoas que, cada uma ao seu modo, deixam suas marcas na minha existência. Devo admitir que relutei um pouco à possibilidade de escrever o tópico “agradecimentos”, em razão de um certo receio de ser injusto.

Gostaria de citar uma infinidade de nomes, até mesmo pessoas que nunca encontrei pessoalmente, mas que influenciaram meu modo de pensar. Há muitas e muitas pessoas que merecem esse agradecimento.

Agradeço à minha família. Não conseguiria mensurar o esforço descomunal que fizeram pelos meus estudos. Num país em que estudar é mais uma questão de poder do que de querer, remeto, nesses agradecimentos, a todos os meses em que minha mãe e meu pai fizeram sacrifícios inimagináveis para que eu pudesse estudar, ao longo de muitos anos. Fizeram-me acreditar, desde criança, que não haveria outro caminho. Definitivamente, não foi fácil, de modo que é preciso agradecer intensamente. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao meu cachorro Juca, incansável companheiro nas madrugadas de leitura e escrita, que me ensina, diariamente, uma forma única de amor.

Agradeço às minhas amigas e aos meus amigos. A amizade é a forma mais bela de relação entre duas pessoas. Lembro de cada uma e cada um pelos papos nos mais diferentes contextos e tenho, por tod@s, muito carinho e respeito. Amigas e amigos que a vida tratou de aproximar e que as circunstâncias fizeram afastar e, às vezes, voltar. Amigas e amigos de encontros diários e de saudade indizível pela distância. Algumas dessas pessoas foram determinantes para meu ingresso no mestrado e para a minha permanência, quando tudo indicava que não daria para continuar. Irei agradecer por ordem alfabética, porque sei que são sensíveis como eu. Agradeço a Abu, Antônio, Bigode, Daniel, Diego, Heitor, Ingredhy, Kamila, João, Luiza, Maga, Matheus, Mayara, Nayara, Ricardo, Rodrigo, Rodolfo *El Gordo*, Rudá e Tiago. Sei que a vida irá impor distâncias, mas saibam que estão aqui comigo permanentemente, e é isso que importa.

Agradeço imensamente ao professor Gonzalo Rojas, tanto pela orientação, quanto pelo privilégio que foi assistir suas aulas no PPGCP. Gonzalo foi notavelmente paciente e compreensivo em relação aos questionamentos que eu tive, enquanto formulava o problema de

pesquisa, bem como foi fundamental no contorno das adversidades. Fui privilegiado por ter tido uma orientação que me permitiu ser livre. Terminei a fase do mestrado tendo o professor Gonzalo como uma referência intelectual, além de admirá-lo pela sagacidade e o humor peculiares ao seu pensamento avançado.

Agradeço ao corpo docente do PPGCP/UFCG. Não consigo formular o tamanho do desafio que foi tornar real a ideia de um Mestrado em Ciência Política dentro de uma conjuntura pouco favorável como a brasileira, atualmente. Agradeço, também, aos(as) professores(as) que me apresentaram uma linha teórica que, ao fim do mestrado, acabaram me servindo como contraponto. É preciso articular que o ambiente que se pretende propício à atividade intelectual seja aberto a pontos de vista diferentes. Agradeço, em especial, ao professor Leon Victor de Queiroz Barbosa, figura central para a finalização do mestrado e um professor e pessoa humana que tenho muita admiração. Agradeço ao professor Darcon Sousa pelas preciosas contribuições para este trabalho. Desde a sugestão de melhorias e necessidade de recorte do objeto de pesquisa, até a aceitação para compor as bancas de qualificação e de defesa, sua atuação foi muito importante. Agradeço à professora Jórissa Danilla Nascimento Aguiar pelo olhar atento e aprofundado à pesquisa. Guardo com muito carinho suas observações ao trabalho e, para mim, foi um privilégio discutir a pesquisa com uma pesquisadora do seu nível. Agradeço bastante aos(as) funcionários(as) da UFCG, sem os quais o dia-a-dia da Universidade seria impossível. Gostaria muito que esta dissertação fosse acessível a *el@s*, de um modo geral.

No plano acadêmico, também agradeço imensamente ao professor Tiago Iwasawa Neves. Seu trabalho de doutorado e as oportunidades que tive de ouvi-lo discutir política e psicanálise me abriram uma avenida enorme de possibilidades e, definitivamente, transformaram o meu modo de pensar o que é política e, em grande medida, o que mesmo possa vir a ser ciência.

Agradeço às minhas colegas e aos meus colegas de mestrado, indistintamente. Nossos papos ficarão marcados sempre. Torço enormemente por vocês. Agradeço pelos longos papos que tivemos, pelos desabafos quando se apertava o nó dos conteúdos, e quando nos deixávamos sair do mundo da Ciência Política e conversar sobre as grandes coisas da vida. Agradeço, especialmente, a Bernadete, Carlos Henrique, Ligia, Pedro, Ramon e Talita

Gostaria de agradecer, especialmente, ao pessoal que trabalha de sol a sol no café do Hall das Placas do CH. Inúmeras horas matei sentado por lá, lendo, em reuniões de orientação ou em conversas com professores(as) e colegas. Eis ali o ambiente que mais gosto na UFCG.

Agradeço, do mais profundo que possa existir em mim, ao café do Santa Clara. Com todo respeito à UFCG, não posso deixar de admitir que é lá, desde um tempo que já nem me recordo mais, que vivi e tenho vivido a minha verdadeira formação. Onde quer que eu esteja no mundo, sempre haverá um permanente desejo de volta para aquele lugar que, para mim, é tudo. Também no plano intelectual – não consigo inseri-lo em outro -, agradeço à turma de Manu's Bar e Bar do Nilson, inseridos em uma lógica de socialização dos bons momentos entre amigos, pelo preço honesto que permitiu a mim, sôfrego estudante de mestrado sem bolsa, ter alguns dos melhores momentos dos últimos anos. Esse agradecimento estende-se, evidentemente, a todas e todos que compuseram a mesa.

Por último, gostaria de agradecer às pessoas que lutam diariamente em prol de uma Universidade pública e independente, no país. Essa luta insere-se não apenas no interior da universidade, mas por aquelas que financiam. Sobretudo em tempos assustadores que surgem com a chegada do que há de mais abjeto ao poder nacional, é fundamental que se afirme a importância do saber, da ciência, do senso crítico e da universidade.

RESUMO

Este trabalho parte da premissa de que a democracia liberal, com seus arranjos, sua representatividade e suas dinâmicas institucionais é um instrumento de reprodução do programa econômico neoliberal. Partindo disso, buscamos articular uma ideia de política para além das possibilidades da democracia liberal. Trataremos do fenômeno da reafirmação do neoliberalismo após a crise capitalista de 2008, e seu desdobramento no marco da democracia liberal, com a ascensão da direita política na América Latina, e a aprovação ainda mais incisiva de medidas neoliberais, a exemplo dos ajustes fiscais e da precarização das relações de trabalho. Protestos de rua, eventos de manifestação de massas contrárias às formas democráticas excludentes e ao capitalismo hegemônico e práticas de violência subjetiva como atos políticos são debatidos nesta pesquisa, a partir de pensadores como Slavoj Žižek, tentando enxergar se expressam a ideia, contida no pensamento de Vladimir Safatle, de que o afeto político central da atualidade é o desamparo. Lançamos mão da noção, presente na obra do filósofo Alain Badiou, de que a política é, essencialmente, a realização do impossível. Que, nesse sentido, o que se coloca é a necessidade de superação da dimensão individual e a afirmação da coletividade para as ações políticas emancipatórias. Conjuntamente a essa noção, buscamos desenvolver que os arranjos institucionais democráticos-liberais esvaziam as possibilidades efetivas de participação política, e que as práticas da representatividade democrática não guardam relação com o que, propriamente, venha a ser política. Exige, então, que compreendamos a política como aquilo que foge à institucionalidade posta. Para trabalhar a reafirmação do neoliberalismo após a crise capitalista de 2008, tomamos como referência os entendimentos de Perry Anderson e Friedrich Hayek. Inevitavelmente, o presente trabalho constitui-se na tentativa de abordar criticamente a teoria política liberal, que tem como defensores autores como Norberto Bobbio, Joseph Schumpeter e Robert Dahl, bem como elaborar criticamente temas-chave dessa teoria: racionalidade instrumental, democracia mínima e elitismo. Ao final – para que possamos apresentar um recorte de espaço –, debateremos o fenômeno da reafirmação do neoliberalismo por meio dos instrumentos democráticos-liberais no Brasil, tratando das jornadas de Junho de 2013, do golpe parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff, da atuação da “Operação Lava-Jato” e da eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro. Os eventos anteriores, pela perspectiva adotada neste trabalho, não se deram de maneira isolada e expressam, conjuntamente, ações orquestradas do capitalismo global hegemônico, após a sua crise orgânica, e os desdobramentos do consenso liberal-democrático no país.

Palavras-chave: Política; Desamparo; Emancipação; Democracia Liberal; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This work starts from the premise that liberal democracy, with its arrangements, its representativeness and its institutional dynamics is an instrument of reproduction of the neoliberal economic program. From this, we seek to articulate an idea of politics beyond the possibilities of liberal democracy. We will deal with the phenomenon of the reaffirmation of neoliberalism after the capitalist crisis of 2008, and its unfolding within the framework of liberal democracy, with the rise of the political right in Latin America, and the even more incisive approval of neoliberal measures, such as fiscal adjustments and precarious labor relations. Street protests, mass demonstration events contrary to exclusionary democratic forms and hegemonic capitalism and practices of subjective violence as political acts are debated in this research, from thinkers like Slavoj Žižek, trying to see if they express the idea contained in the thought of Vladimir Safatle, of whom the central political affect of today is helplessness. We use the notion, present in the work of philosopher Alain Badiou, that politics is essentially the realization of the impossible. That, in this sense, what arises is the need to overcome the individual dimension and the affirmation of the collectivity for emancipatory political actions. Together with this notion, we seek to develop that liberal-democratic institutional arrangements empty the effective possibilities of political participation, and that the practices of democratic representation are unrelated to what, properly, becomes political. It requires, then, that we understand politics as something that is beyond the institutionality posed. To work on the reaffirmation of neoliberalism after the capitalist crisis of 2008, we refer to the understandings of Perry Anderson and Friedrich Hayek. Inevitably, the present work constitutes an attempt to critically elaborate liberal political theory, whose authors are authors such as Norberto Bobbio, Joseph Schumpeter and Robert Dahl, as well as critically elaborate key themes of this theory: instrumental rationality, minimal democracy and elitism. At the end - so that we can present a space cut - we will discuss the phenomenon of the reaffirmation of neoliberalism through the liberal-democratic instruments in Brazil, dealing with the June 2013 days, the parliamentary coup against Dilma Rousseff's government, the acting "Operação Lava-Jato" and the election of ultra-right-wing Jair Bolsonaro. The previous events, from the perspective adopted in this paper, did not occur in isolation and jointly express the orchestrated actions of hegemonic global capitalism following its organic crisis and the unfolding of the liberal-democratic consensus in the country.

Keywords: Politics; Helplessness; Emancipation; Liberal Democracy; Neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Metodologia e fundamentos epistemológicos: um trabalho de Ciência Política é mais “científico” quando se apegue ao método quantitativo?	19
1 FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA LIBERAL, CRISE CAPITALISTA DE 2008 E BASES DO NEOLIBERALISMO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA.....	24
1.1 Sobre as bases do neoliberalismo e sua relação com o sistema democrático liberal.....	49
2 PROTESTOS DAS MASSAS APÓS A CRISE DE 2008 E UMA NOÇÃO DE DESAMPARO COMO AFETO POLÍTICO CENTRAL DA ATUALIDADE	62
2.1 Da relação entre política e psicanálise: uma noção de desamparo como afeto político central da atualidade.....	91
3 SOBRE A REAFIRMAÇÃO DO PROGRAMA NEOLIBERAL E O SISTEMA DEMOCRÁTICO: GIRO À DIREITA E UM OLHAR SOBRE O BRASIL	108
3.1 Sistema democrático liberal e neoliberalismo afundam abraçados: o que construir, enquanto naufragos?	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

No discurso que proferiu ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1982, intitulado “A Solidão da América Latina”, o escritor colombiano Gabriel García Márquez, depois de se perguntar por que a justiça social que os europeus desenvolvidos tratam de impor aos países também não pode ser um objetivo latino-americano, mas com métodos distintos e condições diferentes, reflete: a violência e a dor desmedidas da nossa história são o resultado de injustiças seculares e amarguras sem conta. Frente à histórica opressão, ao saqueio e ao abandono, porém - nas palavras do autor de “Cem Anos de Solidão”, “O Amor Nos Tempos do Cólera”, “O Outono do Patriarca” e tantos outros livros fundamentais da nossa região -, a América Latina responde com vida. Talvez seja esse o mais lúcido olhar sobre a resistência dos povos excluídos aos métodos de imposição econômica e política dos sistemas dominantes. Começamos o presente trabalho assumindo a hipótese de que a ordem econômica vigente – o neoliberalismo econômico - não é outra coisa, senão a busca permanente por reprodução de desigualdades, a partir da hegemonia do capital financeiro sobre as demais frações do capital (Anderson, 1995). E que o sistema político vigente – o sistema democrático liberal, com seus arranjos, sua institucionalidade e sua representatividade – configura-se como puro e simples instrumento daquilo que se costuma cunhar por economia de mercado. Um sistema político direcionado ao consenso que não interessa àquelas e àqueles que estão excluídos(as). Um sistema político que é apenas o semblante da política.

A defesa dos arranjos institucionais da democracia liberal não poderia se dar apenas nos discursos formais dos representantes democráticos e dos seus entusiastas. É preciso que se dissemine, também, no campo científico. A institucionalidade democrática costuma ser colocada como um valor basicamente inquestionável, no marco da teoria política liberal, disseminada por incontáveis autoras e autores pertencentes àquilo que cunharemos, ao longo do trabalho, como ciência política dominante.

Essa ciência política, fortemente apegada à econometria e aos métodos quantitativos, de um modo geral, não guarda qualquer relação com a neutralidade que ela mesma costuma defender. Trata-se uma ciência muito pouco ou nada afeita à crítica ao sistema vigente. Uma ciência que tem suas bases – como mostraremos ao longo do trabalho – nos departamentos das universidades norte-americanas – cujo pensamento se disseminou em países intelectualmente colonizados como o Brasil - e que, para mostrar seu ponto de ruptura com a sociologia, pretende explicar o mundo exclusivamente por categorias políticas. A leitora ou o leitor mais

afeiçoado(a) à ciência política que se pretende defensora da institucionalidade democrática vigente poderá questionar se este trabalho insere-se, objetivamente, no campo da “ciência política”. Defendemos que sim – o que não poderia ser diferente – pois a ideia da presente pesquisa é explicar fenômenos políticos e sociais não apenas por teorias, propriamente, desenvolvidas por aquelas e aqueles que se intitulam como “cientistas políticos”, mas, também, por pensadores como Slavoj Žižek e Alain Badiou (filosofia), Vladimir Safatle e Freud (psicanálise), Perry Anderson (história), Theodor Adorno e Max Horkheimer (sociologia), Karl Marx, além de contribuições do campo artístico, como o teatro, o cinema e a literatura. Não pretendemos, com isso, assumir uma robustez teórica que nos legitime a encerrar o debate sobre a reafirmação do programa neoliberal no contexto pós-crise capitalista de 2008 e suas implicações políticas, mas, por outro lado, pretendemos estar minimamente amparados, teoricamente, para lidar com a peculiar tarefa de pensar o fenômeno político, cuja compreensão exige algo além das teorias racionalizantes do *mainstream* da ciência política.

Levaremos em consideração, nas exposições manifestadas no presente trabalho, que, no que se refere aos fenômenos políticos e sociais, muitas vezes, questionar determinados eventos é mais enriquecedor do que, propriamente, apresentar respostas. É na dúvida, desse modo, que se encontra o motor para pensar o estado das coisas. A ânsia desmedida por respostas imediatas pode conduzir, justamente, à ausência de uma resposta visualizável. Nesse sentido, também, todo o presente trabalho busca revelar uma perspectiva crítica sobre os mecanismos do capitalismo global e sobre os arranjos democráticos liberais. Essa perspectiva crítica insere-se em uma escolha deliberada por não fazer ciência com o objetivo de reproduzir um discurso que, no mais das vezes, é mero panfleto do sistema vigente. Uma teoria social crítica, como mostraremos ao longo do trabalho, é mais que uma questão exatamente teórica: diz respeito ao modo como se enxerga os acontecimentos. Dado estado atual do neoliberalismo – com ampliação da concentração de renda, especulação financeira desenfreada, desalento e precarização das relações de trabalho – e do sistema democrático liberal – excludente, por natureza, ao restringir a participação popular aos meios possíveis da institucionalidade – seria paradoxal propor um trabalho de pesquisa, no campo da ciência política, que se limitasse à mera exposição dos fundamentos do sistema. É preciso abordá-lo, assim, por uma dimensão crítica. Nesse sentido, nos distanciamos da propaganda – e pouco sustentável – neutralidade científica. A escolha do objeto de pesquisa, das teorias apresentadas e do próprio fenômeno político é, por si só, uma escolha política, sendo nesse ponto que se revela – como em tudo se revela – uma perspectiva ideológica.

Em termos objetivos, o presente trabalho busca explicar como o programa neoliberal tem se reafirmado após a crise capitalista de 2008 e de que modo essa reafirmação é, também, uma reafirmação do sistema democrático vigente, com sua crise de representatividade. Lançaremos mão, desde já, da noção de política como sendo a realização do impossível, que está contida na Conferência “Ética e Política” (1999a), do filósofo francês Alain Badiou. Assimilamos, assim, que somente há política quando há possibilidade de ruptura. É nesse ponto que a teoria política defensora das institucionalidades democráticas, ao nosso ver, propõe enxergar a política, paradoxalmente, pelo seu caráter despolitizante. Segundo Badiou (1999a), as instituições da política dominante sempre apontarão que determinadas causas e demandas são impossíveis. Por isso, estabelecem quais são os limites possíveis da política. A abertura à participação política das massas, portanto, é sempre limitada e condicionada ao controle das instituições democráticas. A verdadeira política, portanto, deve forçar o impossível a acontecer, uma vez que, se é dito que apenas o liberalismo econômico, a globalização e o regime parlamentar são as únicas possibilidades e fazer outra coisa é impossível, uma política – verdadeiramente, uma política – real existe ali onde se diz que ela é impossível (Badiou, 1999a). Acrescentemos que tal “realização do impossível” se dê a partir das relações de força. A realização do impossível é, de início, a negação das possibilidades de solução oferecidas pela democracia liberal e pelo capital para as suas crises. Levantamos, inicialmente, a hipótese de que é necessário compreender a política para além das possibilidades da democracia liberal.

Tratar do estado do sistema democrático liberal após a crise capitalista de 2008 é tratar, em igual medida, de um fenômeno que se insere na ideia de grande política. Para isso, é fundamental lançar mão do pensamento do italiano Antonio Gramsci. Em “Cadernos do Cárcere” (2000), Gramsci apresenta a dicotomia entre pequena política e grande política. Em síntese – e escolhemos sintetizar nessa altura porque esse conceito será melhor esmiuçado no decorrer do trabalho –, a pequena política é a política de intrigas, de corredores, correspondendo a questões parciais e cotidianas, no interior de uma estrutura já estabelecida. A grande política, por outro lado, diz respeito à “fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2000, p. 21). Ao discutirmos o fenômeno da reafirmação do programa neoliberal e da falência dos arranjos democráticos liberais na atualidade, estamos discutindo um fenômeno, propriamente, da grande política gramsciana.

Para além disso, assumiremos, desde já, que, observada pela perspectiva da ciência política, é pouco trabalhada a relação entre psicanálise e política. As razões para esse pouco estreitamento são múltiplas e serão discutidas ao longo do trabalho, mas, por ora, é importante

dizer que, para a presente pesquisa, tomaremos como referência uma noção contida na obra "O Circuito dos Afetos" (2015), de Vladimir Safatle. Para o filósofo brasileiro, o desamparo é o afeto político central da atualidade. Nessa dimensão, a política deve ser compreendida, como diz o título da obra, como um circuito de afetos que circulam por entre a coletividade. É a partir dessa noção que buscaremos explicar que a representatividade não é capaz, em qualquer instância, de dar vazão às demandas que se expressam nos gritos das ruas, a partir da ideia de que as massas não podem ser representadas. É a partir dessa premissa que assumimos o raciocínio de que "a decisão radical a se tomar é recusar todo o amparo e cuidado que emana da forma representativa de poder" (Neves, 2018, p. 252). A partir dessa recusa, toda possibilidade de solução para a proclamada "crise de representatividade" carece de sentido, uma vez que se trata de uma solução oferecida no interior do sistema representativo.

Do ponto de vista do capitalismo global, não se pode perder de vista que o capitalismo é, por essência, composto por crises cíclicas. Que essas crises servem, em maior medida, para a própria reafirmação do sistema. Iremos expor que essa reafirmação, politicamente, dá-se através da imposição severa de políticas de ajuste fiscal, da precarização das relações de trabalho, do papel do Estado como mero desregulamentador das práticas dos agentes financeiros, e da própria ascensão da direita, na atualidade, a exemplo de Mauricio Macri, na Argentina, e de Jair Bolsonaro, no Brasil.

Sobre o caso brasileiro – cujo debate não poderia passar despercebido –, a ideia da presente pesquisa é discutir as imersões da política neoliberal no país, desde a crise iniciada no governo Dilma Rousseff, passando pelo golpe parlamentar contra a presidenta petista, pelas políticas de ajuste colocadas na presente década, pela atuação da casta do Judiciário brasileiro, até a eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro. Inevitavelmente, é de se discutir – como iremos propor – as manifestações de rua no marco das jornadas de Junho de 2013. Para esse evento, em específico, nosso referencial teórico está contido em obras recentes do filósofo esloveno Slavoj Žižek, a exemplo de "Cidades Rebeldes" (2013) e "Violência" (2014).

À maneira como está estruturado e fundamentado, o presente trabalho se desenvolve tendo como norte a necessidade urgente de pensarmos outras formas de ações coletivas que conduzam a uma política verdadeiramente emancipatória. Formas de ações coletivas que se sustentem na ideia de que é preciso, a partir da superação da dimensão individual, propor outras formas de se estar, politicamente, no mundo. Ações coletivas que sejam, por qualquer dimensão que se enxergue, ações políticas no sentido mais pleno da própria política: a subversão. Uma política inconformada com aquilo que os representantes políticos, encerrados nos seus

gabinetes institucionais, dizem ser política. Que atue justamente onde, conforme nos diz Badiou (1999) a institucionalidade diz que é impossível atuar. Essa é, fundamentalmente, a verdadeira política. A conformidade com as regras do jogo democrático – um pensamento e uma prática tão caros à teoria política dominante – não é, essencialmente, uma postura política. Acaba por ser, muito mais, uma postura – e não há constrangimento em cunhá-la desse modo – uma postura subserviente. A subserviência pode ser típica daqueles que são os vencedores com as atuais regras do jogo democrático e capitalista, mas jamais da massa que é excluída desse jogo e que paga – com suas angústias e desesperanças – pelas dinâmicas do capital e das estruturas de poder vigente.

Em entrevista concedida em outubro de 2018 para Caetano Veloso, no canal Mídia Ninja, o lendário cantor Roger Waters – ex-integrante do grupo Pink Floyd, reflete do seguinte modo sobre a questão do neoliberalismo:

Na verdade, é um fenômeno global, colocando – me parece – nas nossas cabeças. Pelas novas políticas neoliberais, desenvolvidas em Chicago e vendidas ao mundo via Ronald Reagan e Margareth Thatcher e outros, dizendo “tudo o que nós temos que fazer para resolver todo e qualquer problema social ao redor do mundo é desacorrentar corporações e sistemas econômicos, desregular tudo, e simplesmente permitir ser livre para todos”. Um banquete para os “cães mais fortes e selvagens”. E o que eu descobri foi que eles vão ficar muito ricos, obviamente, mas vai desmoronar. Então, isso vai ser o fim da sobra social, porque é assim que esse sistema funciona e ele tem sido um fracasso monumental. Nada é distribuído. Nada. [...] Isso é brincar com fogo. (Mídia Ninja, 2018, online)

As palavras de Waters não são ditas por acaso. Qualquer estudo minimamente apurado sobre os fundamentos das políticas econômicas neoliberais – e a forte relação desse programa econômico com o autoritarismo e o espectro da direita – é capaz de apontar para o fracasso social do sistema. Entretanto, o cinismo dos seus entusiastas está em afirmar, como diz Anderson (1995) que, reconhecendo ou não as suas perversidades, é inútil tentar qualquer saída fora do sistema. Eis o ponto no qual insistiremos. A saída não apenas é concebível: é urgente. A saída se inicia pela afirmação coletiva do que verdadeiramente venha a ser política.

O presente trabalho divide-se em três capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado “Fundamentos da democracia liberal, crise capitalista de 2008 e bases do modelo neoliberal: uma contextualização necessária”, discutiremos as principais bases do neoliberalismo, a partir de uma perspectiva histórica, percorrendo da sua

origem até o estopim da crise orgânica de 2008. Nesse marco, buscaremos articular a relação intrínseca entre modelo econômico neoliberal e modelo democrático liberal, sustentando a ideia de que a democracia liberal assume uma função instrumental para o neoliberalismo. Nesse sentido, tomaremos como base as lições contidas em Anderson (1995) e Hayek (1987), sendo o último um dos teóricos basilares do neoliberalismo. Buscaremos discorrer sobre o atual estado do capitalismo, a partir da ideia de existência de uma crise orgânica, nos termos de Gramsci (2000). Nesse ponto, realizaremos uma distinção entre crise orgânica e crise de conjuntura (Gomes e Rojas, 2017). A partir da exploração do conceito de campo político (Bourdieu, 2011; Miguel, 2015), buscaremos expor que a democracia liberal pertence a um campo próprio e que esse campo distancia-se do verdadeiro significado da política. Acerca da própria política, iniciaremos um alinhamento à noção de que política, essencialmente, constitui-se através do conflito e da disputa pelo poder (Maquiavel, 2014). Além disso, assumiremos que a política, no seu fundamental, não se assemelha à mediação da pluralidade de opiniões, mas se expressa na negação do sistema vigente (noção contida em “Compêndio de Metapolítica, de Alain Badiou (1999b). Trataremos, de maneira crítica, algumas questões fundamentais da ciência política dominante, discutindo os fundamentos da democracia liberal pela visão de Bobbio (1986), a concepção instrumentalista de Joseph Schumpeter (1942), o elitismo de Mosca (1958) e Dahl (2005). Ainda, teceremos críticas ao apego da ciência política dominante ao institucionalismo, a partir da exploração de conceitos contidos nas obras de Przeworski (1994) e Tsebelis (1990). Ao fim do capítulo, examinaremos a visão liberal do pacto representativo (contida em Tocqueville, 2008), para afirmar que, no marco do Estado soberano, a mobilização das massas – realizada pela representatividade – dá-se através do medo (Zizek, 2009). No fechamento do capítulo, trabalharemos a ideia de que a política não se sustenta nas formas institucionais, a partir das noções de Rancière (2008), contidas em “O Ódio à Democracia”.

No segundo capítulo, intitulado “Protestos das massas após a crise de 2008 e uma noção de desamparo como afeto político central da atualidade”, iniciaremos discutindo um fenômeno marcante do atual estado da política: aquilo que autores como Zizek (2014) e Foucault (2008) compreendem como “pós- política”. Em seguida, abordaremos o processo de hegemonia do capitalismo global desde os anos 1990, debatendo a ideia de capitalização da própria vida social (Zizek, 2013). Traremos as noções de hegemonia a partir de Arrighi e Silver (2001). Um dos eixos centrais do capítulo diz respeito à discussão dos protestos de massas contrários à ordem capitalista vigente, após a crise de 2008. Discorreremos, especificamente, sobre o Occupy Wall Street, o Movimento

Indignados da Espanha e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, buscando explicar seus fundamentos, características semelhantes e potenciais políticos. No interior dessa discussão, apresentaremos questões relacionadas à violência como ato político, procurando apresentar a dicotomia entre violência subjetiva e violência objetiva (Zizek, 2014). Em seguida, partiremos às críticas referentes à ideia de que a política democrática-liberal tem assumido a naturalização inquestionável do modelo econômico vigente, a partir da colocação do mercado como axioma intocável (Safatle, 2015). Acerca das bases do modelo democrático liberal, buscaremos discutir eixos como racionalidade instrumental, individualismo metodológico e a concepção, em absoluto contraditória, da “Teoria da Escolha Racional”, a partir de um desmonte do conjunto de aparatos teóricos que sustentam tais ideias, caras à Ciência Política dominante, mas distantes de uma explicação minimamente honesta sobre demandas sociais, política e coletividade. Tomaremos como norte as críticas à racionalidade contemporânea feitas por autores centrais da Escola de Frankfurt, em específico Adorno (1944) e Horkheimer (1941). Remontaremos ao surgimento do Estado moderno burguês, para defender a ideia de que Hobbes (1974) dedicou o seu “Leviatã” a um projeto teórico de justificativa de submissão das massas ao líder soberano. Em seguida, discutiremos as relações entre psicanálise e política, para afirmar a noção de que o desamparo é o afeto político central da atualidade, apresentando noções de afeto e de desamparo (Freud, 1890; Safatle, 2015). Destacaremos a importância de se distinguir desamparo de melancolia social. Ao final do capítulo, tratando de discutir a democracia liberal do contemporâneo – na sua relação com o capitalismo global – insistiremos na ideia de que crises são possibilidades de reafirmação do sistema (Mészáros, 2002).

No último capítulo, intitulado “Sobre a reafirmação do programa neoliberal e o sistema democrático: giro à direita e um olhar sobre o Brasil”, iniciaremos pelo paradoxo do capitalismo global: a defesa irrestrita do liberalismo, apesar da negação à liberdade de se escolher possibilidades políticas fora do sistema. Nesse sentido, dirá Safatle (2015) que a gestão do medo, por parte da governabilidade, é uma forma de se acreditar que não há escolha. A partir da noção de Marx (2008) de que crises no capitalismo são soluções momentâneas e violentas às contradições existentes, debateremos que a ascensão da extrema-direita, no contexto pós-crise capitalista de 2008 – e a imposição de programas reformistas não se dão à toa. No capítulo, buscaremos expor a centralidade da ideia de que política é aquilo que força o impossível a acontecer (Badiou, 1999a), ao passo que a ciência política dominante costuma insistir na defesa das regras de um jogo democrático que, ao fim e ao cabo, é excludente e elitista. A partir disso, a eleição – formulada por teóricos elitistas – busca assemelhar sujeitos políticos a sujeitos

econômicos, a partir da ideia de que eleitores são, essencialmente, consumidores (Zizek, 2014). Discutiremos, por fim, a noção de “pós-democracia”, contida em Ballestrin (2018) e Rancière (2018). Por último, lançaremos um olhar sobre as contradições da democracia brasileira, na atualidade, a partir das atuações escusas do Poder Judiciário, tomando como referência Acier (2018) e Oliveira et al (2017).

Embora toda conclusão seja, por si, imediata, destinaremos as considerações finais à exposição da ideia de que o desamparo político das massas, ao invés de ser negado ou tratado como solucionável a partir das ofertas feitas pelos entusiastas do sistema, deve ser afirmada. É nesse estado de desamparo que pode vir a ser possível pensar e executar uma proposta política e social verdadeiramente emancipatória.

Metodologia e fundamentos epistemológicos: um trabalho de Ciência Política é mais “científico” quando se apega ao método quantitativo?

Este tópico não tem a pretensão de servir como uma espécie de justificativa metodológica da pesquisa aqui elaborada. Tampouco de expor conceitos basilares sobre, por exemplo, “pesquisa descritiva”, “pesquisa exploratória”, etc; para, enfim, tentar inserir a presente pesquisa em uma categoria específica. Trata-se, muito, mais de articular algumas reflexões sobre epistemologia, de um modo geral, a fim apresentar um olhar sobre o que exatamente pode vir a ser considerado como conhecimento científico. Embora breve, o tópico em questão irá desenrolar-se por três eixos: primeiro, considerações sobre filosofia da ciência; segundo, considerações sobre a assimilação, por parte da corrente majoritária da ciência política brasileira, de ferramentas próprias do método quantitativo; e, por último, considerações sobre a presente pesquisa.

Há uma pergunta de natureza epistemológica inquietante, cuja resposta jamais pode ser simples, se é que é possível fornecer uma resposta bem delineada sobre ela: como delimitar o que é ciência e o que não é ciência? Como, ainda, rotular um conhecimento de “científico”? Em razão do refinamento metodológico adotado? Pensemos, em primeiro lugar, sobre a filosofia de Gaston Bachelard. A história de ciência não é, necessariamente, uma história de continuidade, mas de rupturas (Bachelard, 1996a). Assemelha-se, assim, à própria história da Arte, como nos diz o poeta brasileira Ferreira Gullar, ao afirmar que a criação artística é, fundamentalmente, herança e transformação.

O conhecimento científico, na visão de Bachelard (2006), é a reforma das ilusões. Crítico da imersão do positivismo na ciência, Bachelard (2006) defende que o que separa o conhecimento científico do que se pode entender por conhecimento não-científico é, justamente, a primazia da reflexão sobre a percepção. Conceber o conhecimento científico nos instiga a pensar, sem necessariamente buscar uma resposta delineada, se essa separação seria capaz de diminuir o valor do conhecimento não-científico. Não seria a percepção típica do senso comum um elemento necessário à compreensão do estado das coisas? Entretanto, essa limitante distinção pode ser entendida como um problema. Bachelard, então, questiona:

Terá o conceito de limite do conhecimento científico um limite absoluto? Será mesmo possível traçar as fronteiras do pensamento científico? Estaremos nós verdadeiramente encerrados num domínio objectivamente fechado? Seremos escravos de um razão imutável? [...]Eis muitas perguntas, múltiplas e conexas, que põem em jogo toda uma filosofia e que devem dar um interesse primordial aos estudos dos progressos do pensamento científico. Se o conceito de limite do conhecimento científico parece claro à primeira vista, é porque se apoia à primeira vista em afirmações realistas elementares. Assim, para limitar o alcance das ciências naturais, objectar-se-ão impossibilidades inteiramente materiais, quase impossibilidades espaciais. (Bachelard, 2006, pp. 23-24)

Quando o “espírito científico” – uma expressão fundamental da filosofia de Bachelard – busca traçar fronteiras, eis o ponto em que, na verdade, já as ultrapassou. Desse modo, nos diz Bachelard (2006, p. 25) que a “[...] fronteira científica é menos um limite do que uma zona de pensamentos particularmente activos, um domínio de assimilação”. Há, para Bachelard, uma permanente noção de *obstáculos epistemológicos*. A própria construção do conhecimento é suscetível de tais obstáculos. Há uma superestrutura reacionária dentro do próprio conhecimento, uma superestrutura de resistência do pensamento dentro do próprio pensamento. Uma estrutura que age no sentido de que o pensamento só pode ir até um certo limite. Se levarmos à frente a ideia que a construção do conhecimento científico deve se adequar, sem pretensão de questionar, a um pensamento hegemônico no interior do próprio pensamento, há um ponto da ciência que jamais poderá ser rompido. Bachelard (2006), assim, considera que a própria noção de progresso da ciência deve ser permanentemente colocada em choque contra os obstáculos epistemológicos. Desse modo é que:

Quando se procuram as condições psicológicas dos progressos da ciência, em breve se chega à convicção de que é em termos de obstáculos que se deve pôr

o problema do conhecimento científico. E não se trata de considerar obstáculos externos como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos, nem tão-pouco de incriminar a fraqueza dos sentidos e do espírito humano: é no próprio acto de conhecer, intimamente, que aparecem, por uma espécie de necessidade funcional, lentidões e perturbações. É aqui que residem causas de estagnação e mesmo de regressão, é aqui que iremos descobrir causas de inércia a que chamaremos obstáculos epistemológicos. O conhecimento do real é uma luz que sempre projecta algures umas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são sempre recorrentes. O real nunca é <>, mas é sempre aquilo que se deveria ter pensado. (Bachelard, 2006, p. 165)

É fundamental compreendermos que, embora todo conhecimento deva se iniciar com um problema – noção contida na própria filosofia de Bachelard (2006, p. 166), ao dizer que “[...] o sentido do problema que dá a marca do verdadeiro espírito-científico” -, trabalhar um problema não é desejar alcançar a verdade. Da verdade apenas é possível aproximar-se, quando muito. Há um forte apego, no conhecimento científico contemporâneo, à técnica e à objetividade. Dois elementos, essencialmente, limitadores do próprio ato de pensar. O ato de pensar não apenas dispensa a objetividade: são noções, efetivamente, antagônicas. Outro obstáculo epistemológico de maior grandeza, para Bachelard (1996b), diz respeito tanto à ciência, quanto à filosofia. Trata-se da busca para que o conhecimento seja unitário e pragmático. Vejamos que essa não é apenas uma condição do pensamento científico moderno, mas um *obstáculo*, nos termos de Bachelard (1996b). Um obstáculo cuja possibilidade de superação é enfrentada de maneira reacionária dentro do próprio pensamento científico.

Na sua tese de doutorado, “Ensaio sobre o conhecimento aproximado”, Bachelard (2004) constrói a ideia de que a indefinição de um objeto implica um saber que não se compatibiliza com certezas. Assim:

[...] A ciência postula comumente uma realidade. De nosso ponto de vista, esta realidade apresenta no seu aspecto desconhecido, inesgotável, um caráter eminentemente próprio que suscita uma busca sem fim. Todo seu ser reside numa resistência ao conhecimento. Nós tomamos, portanto, como postulado da nossa epistemologia, o inacabamento fundamental do conhecimento. (Bachelard, 2004, p. 13)

Tomando como norte a lição de Bachelard (2004), assumimos que qualquer hipotética pretensão de acabamento sobre conhecimento aqui debatido seria, essencialmente, uma farsa intelectual. Ora, se não nos pretendemos ao esgotamento, é de se admitir que pontos

fundamentais não serão atingidos. Se esse ponto pode parecer uma aparente admissão de que o presente trabalho possui lacunas, é justamente nesse ponto que dizemos: a própria busca pelo conhecimento é, em si, um processo inacabado. E de permanente reelaboração.

É profundamente curioso – e essa crítica não diz respeito a um núcleo de pesquisa específico, mas ao modo como as propostas de pesquisa se desenrolam e têm sido aceitas – que as pesquisas que dizem respeito ao pensamento social, político e filosófico, por exemplo, devam ser legitimadas ou não a partir de suas aparentes objetividades. Lembremos Bachelard (1996a, p. 294), em “A Formação do Espírito Científico”, para quem “o objeto não pode ser designado como um ‘objetivo’ imediato; em outros termos, a marcha para o objeto não é inicialmente objetiva”. Bachelard (1996a, p. 295), então, propõe a ideia de que a objetividade é fundada no pensamento do outro, de modo que “para logo revelar o aspecto paradoxal do nosso pensamento, pretendemos escolher o olho do outro – sempre o olho do outro – para ver a forma – a forma felizmente abstrata – do fenômeno objetivo: dize-me o que vê e eu te direi o que é”.

A partir do que foi dito até aqui, parece ser possível pensar sobre quais as pretensões da ciência política, enquanto área do conhecimento. Levando em consideração o artigo “Marx e a ciência política”, de Luis Felipe Miguel (2018), consideremos que se trata de uma das disciplinas das humanidades com mais alarmante ingenuidade epistemológica. Antes, porém, é preciso afirmar que a ciência política, como qualquer área do saber, possui suas diferentes correntes teóricas e distintas perspectivas. Estamos nos referindo, diretamente, àquela ciência política apreciada por boa parte dos departamentos de ciência política do Brasil, a saber: aquela surgida nos Estados Unidos (Miguel, 2018) e que se disseminou pelo mundo a partir de alguns pilares: (i) foco estrito nas instituições formais, (ii) desconexão do ambiente social, (iii) apreço desmedido por modelos formais, normalmente extraídos da economia neoclássica (a exemplo dos modelos democráticos de Schumpeter e Downs), (iv) desconsideração do fato de que agentes são produtos históricos e (v) fetichismo da empiria (Miguel, 2018). Acrescentaríamos, ainda, nenhum constrangimento ao se assumir elitista até as últimas consequências. Marcada pelo positivismo, como dito, essa parcela da ciência política assume o destaque “de percepções bizarras, como a ‘teoria da escolha racional’” (Miguel, 2018, online), capaz de projetar agentes políticos “num vácuo histórico e social”. Diz Miguel, então:

Nesse registro, as abordagens comprometidas com a transformação do mundo são descartadas como “parciais”, mas são admitidas como “neutras” aquelas

que aceitam o mundo tal como está e projetam sua permanência incontestável”. Nada mais longe da tradição inaugurada por Marx. (Miguel, 2018, online)

Como forma de garantir maior “cientificidade” às suas análises “neutras” (uma vez que as análises críticas sobre o sistema democrático liberal e seus arranjos são “parciais” ou “enviesadas”), essa parcela da ciência política apegou-se fortemente ao método quantitativo. Buscando explicar o humano a partir de cálculos inferenciais, regressões logísticas e econometria aplicada, inúmeros e inúmeros trabalhos, nos mais diferentes níveis, disseminaram-se e disseminam-se no Brasil, em congressos, simpósios e eventos de Ciência Política. A razão desse forte apego aos dados não é puro acaso. Antes, porém, é preciso reconhecer que determinadas análises que levam em considerações os dados não devem ser, de todo, ignoradas. Tudo depende, inegavelmente, do que se pretende pesquisar. Entretanto, no caso da ciência política dominante, o apego aos dados parece possuir muito mais relação com a sua própria origem. “Outro traço de origem da ciência política é seu caráter de disciplinar auxiliar do Estado, voltada a ampliar a eficiência dos mecanismos de dominação”, pontua Miguel (2018, online).

É importante dizer que qualquer trabalho científico submete-se à crítica. Em maior medida, não há atividade intelectual, qualquer que seja o âmbito, que não esteja passível de críticas. Assumimos, ainda, que não apenas necessário submeter-se a críticas, mas colocar-se na posição de estar sujeito às críticas. O presente trabalho, definitivamente, não é uma exceção. Observada a questão nesses termos, hipotéticas críticas da ciência política que descrevemos a partir do que foi dito por Miguel (2018), embora venham a ser legítimas e até desejadas, serão previsíveis, por uma razão de natureza epistemológica (e seus obstáculos, apenas para lembrar Bachelard) e (por que não?) ideológica.

Seguindo as orientações metodológicas que trouxemos nesse tópico, a presente pesquisa insere-se na ideia de pesquisa bibliográfica. A partir de uma revisão de literatura, é realizado um balanço sobre o pensamento político, a fim de que se possa problematizar sobre os fenômenos que serão apresentados.

1 FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA LIBERAL, CRISE CAPITALISTA DE 2008 E BASES DO NEOLIBERALISMO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

É sempre importante apresentar, antes de discutir algum fenômeno, o ponto de partida teórico pelo qual se pretende abordá-los. No caso do presente trabalho, iniciemos nos perguntando quais os termos que sustentam a ideia de democracia liberal, uma expressão tão cara à ciência política dominante, e qual a relação disto com a política.

Tratemos, de início, sobre a dimensão da política. O fenômeno político é, por essência, complexo. Não se utiliza, aqui, a expressão “complexo” como forma de se eximir à análise da política, como se “por seu complexo, renuncio à sua análise ampla”, mas apenas para que se esclareça que o fenômeno político envolve múltiplas abordagens, variados tipos de compreensão e uma discussão epistemológica das mais relevantes do campo das ciências humanas. Nos termos do pensamento de Maquiavel (2004 [1531]), a política se constitui como conflito e disputa pelo poder. Embora a margem de interpretação seja mínima para a afirmação de que “política é conflito”, não deixa de ser razoável ponderar que o fato de se elencar o conflito como elemento central da política faz nos pensar em relações de força e disputa por domínio de alguma estrutura de poder. Entendida nesses termos, a política pode ocorrer a qualquer nível de disputa, coletivamente, partidária ou nas relações de trabalho, nos modos de ação e de embate intelectual. A política é o fenômeno que permeia mesmo as ações mais simples do cotidiano, a exemplo do modo de articular. Não há esfera coletiva imune à política, nem se pode pensar em uma estrutura institucional que detenha a exclusividade do fazer político. A ação política é, essencialmente, uma ação humana, responsável, entre outras coisas, por transformações históricas. A formação intelectual e a maneira como se constituem sujeitos resultam, diretamente, de elementos políticos.

Esse raciocínio se desdobra no questionamento sobre se os fenômenos políticos podem ser entendidos como categorias próprias. Ou, ainda, se a análise da política poderia ser feita levando em consideração a política em si mesma. A resposta provisória para os questionamentos colocado é que a política, a despeito de possuir peculiaridades, é um fenômeno que se insere na estrutura social. Não há como conceber o estudo da política sem o estudo da sociedade. Nesse mesmo sentido, não há como conceber o estudo da política sem o estudo da psicologia, bastando ver que mesmo Wilfred Trotter considerava a sociologia como sendo uma “psicologia aplicada”. (Trotter, 1919, p. 02)

Falar do campo político, para Bourdieu (2011), é falar de um microcosmo, “isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (p. 194). Importante frisar que se trata de um mundo autônomo, embora relativamente, ainda assim autônomo. Essa autonomia, portanto, não é absoluta. É dizer que o campo político não está totalmente excluído do restante do mundo social. Recebe influência deste, gravitando, também, em torno deste.

Entretanto, explorar a noção de campo político – com o seu conjunto de símbolos e regras que conferem a esse campo uma espécie de limite impenetrável para quem dele não faz parte – exige, ainda, trabalhar de maneira mais ampla o seu conceito. A partir do que foi dito nos parágrafos acima, passaremos, agora, a elaborar algumas questões tomando como referência o artigo *Bourdieu e o “pessimismo” da razão*, de Luis Felipe Miguel (2015). Há um conjunto de críticas bastante conhecidas sobre o pensamento de Bourdieu, especialmente direcionadas para aquilo que Miguel (2015, p. 197) chama de “relevo, que seria excessivo, dado à resiliência dos mecanismos de dominação”. A própria subjetividade, no marco do pensamento de Bourdieu, não seria outra coisa, senão um espaço vazio, tomado pela reprodução das estruturas. A crítica seria, portanto, direcionada a um certo “determinismo derrotista” (2015, p. 197) no pensamento de Bourdieu, especialmente no pensamento político. Observada a noção de campo político de Bourdieu, é de se perguntar, então, se o entendimento sobre os mecanismos desse campo serve como contraponto às possibilidades de inserção das massas excluídas no interior dele. Em outros termos, como nos diz Miguel:

Em particular, o entendimento do funcionamento do campo serve como antídoto às ideias de que a mera ampliação da presença de integrantes dos grupos subalternos nas esferas decisórias implica uma mudança da lógica dessas esferas e de que a criação de novos espaços de participação e/ou representação, em paralelo às instituições tradicionais, gera uma nova dinâmica, “descontaminada” dos antigos “vícios”. (Miguel, 2015, p. 198)

No marco do pensamento de Bourdieu, há uma exigência fundamental para se adentrar no campo político: a adesão aos seus códigos. Essa adesão, fundamentalmente, acaba por se revelar como uma reprodução das formas de desigualdade. Miguel (2015, p. 198) elabora que “o campo político busca ‘enquadrar’ as vozes diferentes, forçando adaptações e reduzindo o potencial disruptivo da incorporação de vozes dissonantes”. Talvez aqui esteja um dos pilares necessário ao pensamento que visa articular reais possibilidades de transformação da política.

Não há constrangimento em afirmar que, na mesma medida de intensidade com que as “vozes diferentes”, para usar uma expressão dada por Miguel (2015), buscam transformar o campo político, agirão os entusiastas desse campo no sentido de conservá-lo no seu apego às regras do jogo – mesmo que essencialmente excludentes -, e, quando muito, oferecer possibilidades de participação mínima no interior do campo político. Trata-se – e não poderia deixar de ser – de “um efeito reprodutor próprio do campo, que gera homogeneização, conformidade a normas, a expectativas, a padrões discursivos” (Miguel, 2015, p. 198).

É a partir desse ponto que podemos pensar determinadas soluções oferecidas pelo campo político. Os manuais de redação técnica jamais costumam recomendar aquilo que costumam chamar de “perguntas retóricas”, algo tão empobrecedor a um texto argumentativo quanto a própria falta de argumentos, mas, no que se refere ao pensamento sobre o mundo e a política, é possível que a reelaboração das perguntas seja tão ao mais importante que o oferecimento de respostas imediatas. Nesse sentido, pensemos: ora, se a própria história do pensamento democrático liberal é excludente, não seria o caso de, em momentos de “crises democráticas”, nos atermos às soluções oferecidas pela governabilidade democrática? Não seria o caso, por exemplo, de aceitarmos como legítimas a ampliação da participação política, como os conselhos deliberativos? Não seria o caso de forçarmos – diante da impossibilidade total de transformação -, ao menos uma abertura da brecha de inserção das massas nos processos de decisão política, no interior da institucionalidade democrática? Nessa dimensão, importante colocar o que afirma Miguel (2015, p. 198), quando articula que “o recurso à teoria dos campos permite ver suas limitações e orientar a ação política para outras estratégias”. Desse modo:

Ela pode nos conduzir a conclusões que talvez sejam decepcionantes, do ponto de vista das esperanças de mudança, mas uma tal decepção não constitui um argumento para refutá-las. Assim, Bourdieu fornece uma visão de mundo que, sem ser desencantada em relação aos processos de transformação social, revela que eles são mais complexos e mais tingidos de elementos de manutenção do que as utopias transformadoras gostam de crer. (Miguel, 2015, p. 198)

É necessário não perder de vista a complexidade dos processos de transformação social. Necessário, na mesma medida, assumir a extensão da força dos elementos de manutenção das estruturas políticas excludentes. Não há forçamento de transformação do sistema, sem contundente resposta das forças conservadoras desse mesmo sistema (algo que

será problematizado ao longo de todo este trabalho). Todo discurso que indica soluções fáceis é, essencialmente, ilusório, de modo que nada pode se dar sem uma refinada estratégia política, capaz, em sua essência, de tanto forçar a materialização daquilo que o sistema diz se impossível, quanto ter em mente, de maneira clara, como as forças do sistema irão se articular para mantê-lo intacto. Apenas para usar uma icônica passagem de Gramsci, a ideia de transformar a sociedade não pode estar fundada “na vazia agitação [...] de desejos e sonhos” (Gramsci, 2000, apud Miguel, 2015, p. 199).

Entretanto, é de se considerar qual seria o efeito de uma possível desesperança criada pela compreensão da imensidão da complexidade de uma possibilidade verdadeira de transformação social. Enquanto um pensamento aparentemente lógico poderia indicar que essa desesperança – decorrente de um pensamento “derrotista” ou “pessimista” - inviabilizaria mudanças políticas reais, é justamente nesse ponto que é preciso assimilar o que verdadeiramente possa vir a ser política. Ao longo do presente trabalho, ainda discorreremos amplamente sobre a natureza do pensamento político liberal, reconhecido – tanto por seus adeptos, quanto por seus críticos – como um pensamento elitista. Um pensamento que, ignorando as ações políticas das massas, considera a política aquilo que é feito pelo especialistas. Ora, não seria esse pensamento elitista decorrente, diretamente, de uma desesperança sobre as possibilidades verdadeiras de transformação social? “Aceitemos: por maior que seja a força coletiva, é impossível transformar o sistema totalmente. Portanto, reconheçamos que esse pensamento é utópico e sejamos práticos: nos dediquemos a pensar a política como ela realmente se dá”, poderia defender um entusiasta do pensamento político liberal. Para além daqueles cuja postura intelectual é, realmente, de defesa escancarada do viés mais elitista da política, no interior desse pensamento também se encontra, com significativa força, adeptos da “democracia elitista” por não terem esperança real de transformação e de negação absoluta do sistema.

É aqui – apenas para fecharmos essas breves e provisórias considerações sobre o campo político – que se torna necessário ponderar sobre duas coisas. Em primeiro lugar, a desesperança pode não vir a ser o afeito paralisante que impede transformações. Talvez seja justamente ela que viabilize o potencial realmente transformador. Se não há esperança no sistema, não há como demandar soluções oferecidas por ele. Superado isso, é de se articular com mais força no sentido de buscar um outro sistema, uma outra lógica. Em segundo lugar, é nesse ponto que a política pode realmente vir a acontecer. Para isso, nos apegamos à noção de política contida em “Compêndio de Metapolítica” (1999b, p. 37), de Alain Badiou, no sentido

de que “a essência da política não é a pluralidade de opiniões. É a prescrição de uma possibilidade em ruptura com aquilo que existe”. Um pensamento político inserido nessa ideia de política seria constituído de maneira completamente incongruente, caso se propusesse a defender as regras do jogo. É preciso levar em consideração, com um estado intelectual de permanente inquietação, que a filosofia deve manter o seu senso crítico. Seria completamente paradoxal formular uma filosofia que pretenda enxergar o mundo político a partir da ideia de que é necessário adaptar-se. A filosofia, assim, “não deve alinhar-se a uma ordem mundial do capital, que é na realidade uma desordem humana” (Badiou, 1994, p.17)

Voltando à questão do campo político, no marco do pensamento Bourdieu, podemos apresentar uma aparente contradição entre as noções de política e de campo político aqui colocadas. Enquanto a política, em si, é um fenômeno intimamente ligado ao conflito, o campo político tem, como dinâmica própria, o esvaziamento do potencial disruptivo. Essa contradição é essencial para que se possa compreender o papel da ciência política na defesa, por exemplo, do sistema democrático liberal e das suas instituições representativas formais.

Espera-se, de uma ciência da política, que seja campo científico dotado de métodos próprios, capaz de estudar fenômenos políticos. Que compreenda a política, justamente, naquilo que ela tem de disruptivo. Que a análise do campo político como esfera de adequação às regras dos setores dominantes seja feita sob uma perspectiva crítica. A pergunta que se coloca, nesse ponto, é sobre se a ciência política dominante – e por “dominante”, entendamos a ciência política desenvolvida nos Estados Unidos e que exerce enorme influência no Brasil –, nos termos em que se formula, de fato, está preocupada com o estudo da política ou do campo político.

Evidentemente, do ponto de vista epistemológico, a ciência política, como qualquer campo da ciência, carrega em si uma diversidade de perspectivas teóricas. Julgar a ciência política como aquela detentora de um discurso unitário seria ignorar o viés de universalidade da própria ciência. Entretanto, não deixa de ser plausível perceber que a ciência política que repercute de maneira mais contundente nas universidades brasileiras não é outra senão aquela que, já na primeira metade do século XX, era desenvolvida nos Estados Unidos. A razão não é ocasional.

Em termos gerais, trata-se de uma ciência que sustenta as suas abordagens a partir de uma teoria política intrinsecamente normativa, como aponta Alessandro Pinzani (2017). É de se perguntar, então, qual seria a razão do viés normativo da teoria política dominante. Não por

outra razão, a ciência política norte-americana ganhou força – leia-se, grandes incentivos à pesquisa por parte do governo norte-americano – justamente no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Seria necessário, nos termos do governo norte-americano, que a ciência política, antes encerrada na pequena relevância dos departamentos das universidades daquele país, formulasse teorias e análises que defendessem os arranjos institucionais da democracia liberal norte-americana como sendo primordiais para o entendimento da própria democracia. Uma ciência política, portanto, interessada na defesa do sistema.

Esse discurso foi profundamente assimilado no Brasil, sem prejuízo de suas exceções. No entanto, o que ocorre é assimilação de um discurso que trouxe para a ciência política as teorias e os métodos próprios da economia, a exemplo do método quantitativo, da teoria da escolha racional, da teoria institucionalista, do quase inquestionável apego à democracia liberal e seus arranjos e - como forma de assumir a exclusividade da análise política - uma velada e consciente desconsideração sobre análises políticas surgidas em outros campos da ciência.

Essas questões de natureza científica influenciam na maneira como a própria ciência política dominante escolheu entender a política. Diversamente do que foi dito por Maquiavel, que considera a política na sua dimensão conflituosa, a maior parte da ciência política brasileira – sob influência da ciência política norte-americana – adotou o discurso de que a política deve ser compreendida nos seus termos consensuais. O consenso, assim, é o elemento fundamental da democracia e da própria política. Com forte preocupação em gerar “soluções” aos governos – ao invés de questionamentos – para a melhoria dos processos decisórios, apegou-se ao consenso como marca necessária e fundamental da política.

No presente trabalho, consideramos o consenso, na política, como conformidade às regras estabelecidas. Em outros termos, como inércia diante das ações de atores pertencentes à estrutura dominante. Abertamente, consideramos que o consenso não é outra coisa senão o esvaziamento da possibilidade contraditória e, portanto, um esvaziamento da própria política. Esse consenso, amplamente debatido pelos defensores das regras do jogo democrático liberal, assume-se como adesão a uma estrutura dominante. É, portanto, produto das relações de forças. Nesse sentido, pondera Miguel:

Um dos aspectos mais marcantes – e mais surpreendentes – da teoria política das últimas décadas foi a decadência do conflito. Percepções da política e da democracia que enfatizavam o valor, a necessidade e a possibilidade do

consenso ganharam proeminência a partir dos anos 1980, deslocando em primeiro lugar as narrativas centradas na ideia de dominação, mas também acabando por atingir o pluralismo liberal que até então ocupava uma posição hegemônica. E o fenômeno não se verifica, como se poderia esperar em teorias de integração social [...] Está presente nas visões que se apresentam como emancipatórias e como herdeiras do pensamento crítico. (Miguel, 2014, p. 13)

É curioso notar que a teoria política que exalta o consenso como valor central da política assume, entre seus incentivadores, o posto de teoria crítica. Uma contradição, portanto, em termos essenciais. O consenso, na política, em geral, costuma ser interessante aos defensores da institucionalidade vigente. A razão do raciocínio é mais simples do que, à primeira vista, pode parecer: a institucionalidade da democracia liberal exige uma estabilidade que deve ser alcançada a partir do consenso. O contrário desse consenso, ou seja, o potencial disruptivo, é temerário àqueles que se apegam à estabilidade dos governos.

Antes de seguir, é preciso apontar uma ressalva. Ao afirmar que o conflito é o elemento próprio da política e que o consenso, defendido como valor vital, assume caráter despolitizante da própria política (Mouffe, 1996), não se está a dizer que a exacerbação desenfreada do conflito seja algo viável para a vida política. Nem que a construção de uma unidade mínima não seja interessante para a política. Mas daí a excluir o conflito e exaltar a necessidade quase vital do consenso, na teoria política, é, essencialmente, buscar eliminar os antagonismos, que são próprios das ações políticas.

Tomemos como base a noção de democracia liberal apresentada por Norberto Bobbio. Na sua busca por uma definição mínima de democracia, Bobbio (1986) considera a democracia liberal como uma estrutura contraposta a todas as formas de governo autocrático, enxergando-a como um conjunto de regras “que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (p. 13). O enfoque procedimental é típico do pensamento liberal sobre a democracia. A condição para a escolha dos governantes é elemento indispensável desse pensamento. Nas palavras do pensador italiano, é preciso que aqueles que são chamados a eleger sejam colocados em condição de poder escolher.

O fundamento da filosofia liberal, aplicada à democracia, é o individualismo. A liberdade natural do indivíduo como resultado da aquisição de propriedade. Em outros termos, um “individualismo possessivo” (Macpherson, 1979). Na sua “Teoria política do individualismo possessivo” (1979), Macpherson aponta que as raízes da teoria liberal-democrática estão no século XVII, mostrando que a sociedade deve se tornar uma porção de

indivíduos livres e iguais, “relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades” (Macpherson, 1979, p. 15). Na teoria política liberal, o indivíduo é o eixo central da estrutura social. É para a proteção do indivíduo que se justifica, na teoria política liberal, a criação e a manutenção das instituições políticas formais.

O encontro entre a democracia e o liberalismo tem absoluta relação com o contexto da Revolução Industrial, no século XIX. Eixos centrais como liberdade individual, igualdade diante da lei e sistema representativo ganham força no contexto da ampliação das pressões das massas camponesas e da nova classe trabalhadora industrial, conforme observa Hobsbawm (1996). Nesse sentido, a união entre democracia e liberalismo teve como base o receio do Estado burguês de que as massas excluídas se levantassem, justamente, contra ele. Seria preciso, portanto, fechar os espaços de participação política, restringindo a participação política à arena civilizada das eleições formais, passando a compreender a política democrática como aquela realizada pelos representantes eleitos. No marco do capitalismo, a democracia liberal é produto da luta de classes.

O século XX foi marcado pelo surgimento de inúmeras teorias que passaram a adotar a concepção instrumentalista da democracia, compreendendo-a como um método. Joseph Schumpeter, em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1942) é um dos representantes máximos dessa corrente teórica. Fundamentalmente, para Schumpeter (1942, p. 336), “o método é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população”.

Como um instrumentalista que utiliza das regras do jogo para chegar ao poder, os atores políticos, na visão da democracia enquanto método, promovem uma luta competitiva entre si pelos votos da população. Algumas expressões são basilares para essa concepção: instrumento, voto, institucionalidade e decisão política. O campo político seria, desse modo, o campo institucional. A política que importa, sob essa perspectiva, é aquela que se realiza quando indivíduos que anseiam o poder disputam por votos. Sem muita margem para o que quer que aconteça fora desse âmbito. As decisões políticas seriam, assim, suas mais relevantes preocupações.

Há qualquer coisa de apolítico nessa concepção instrumentalista da democracia. Se considerarmos a democracia nos seus termos clássicos, com prevalência do ser coletivo sobre o individual, como sendo aquela em que a titularidade do poder cabe ao povo, é possível perceber que, no marco do pensamento liberal-democrático-instrumentalista, a ampliação da

participação popular é, justamente, a causa que se deve lutar contra. Não por acaso, essa teoria política, em específico, preocupa-se com o estudo sobre o que costumam chamar de elite política (Schumpeter, 1942).

No interior do pensamento democrático-liberal, o exercício do poder por parte das massas seria algo prejudicial à democracia. Trata-se de não apenas não garantir o “poder do povo”, como, fundamentalmente, estimular a cultura e o discurso de que a política é somente aquelas ações e discursos praticados pelos representantes democráticos formais. Que às massas não cabe a titularidade do fazer político e do pensar a política. Que a democracia é mínima: a existência de um método de escolha de governantes e, quando muito, um conjunto de arranjos institucionais que garantam a estabilidade dos governos eleitos. Não por acaso, grande parte da ciência política dominante que adota esse tipo de discurso acaba por ignorar, solenemente, temas como cultura política e desigualdades sociais. Se essa teoria, na sua origem, foi elaborada por pensadores ligados ao sistema, seria impensável que defendesse o poder disruptivo das ações políticas das massas.

Pateman (1992), teórica da democracia minimalista, embora com viés mais aberto ao participacionismo, explica a questão do surgimento de teorias que enxergam a democracia enquanto método, na primeira metade do século XX, nos seguintes termos:

O colapso da República de Weimar, com altas taxas de participação das massas com tendências fascistas e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra, baseados na participação das massas, ainda que uma participação forçada pela intimidação e pela coerção, realçam a tendência de se relacionar a palavra “participação” com o conceito de totalitarismo mais do que com o de democracia. (Pateman, 1992, p. 11)

Ampliar a participação política das massas levaria o sistema a um totalitarismo, mais do que à democracia, nos termos dessa corrente teórica. O viés elitista se revela. É dizer às massas: “eu, membro representante do sistema, sou o titular da ação política. A vocês, a massa, cabe, unicamente, sair às urnas e votar nos representantes políticos. Qualquer coisa além disso desestabiliza o sistema em níveis perigosos”.

No início do século XX, Mosca (1958), entusiasta da teoria elitista sobre governos, levanta voz em defesa da necessidade das elites estarem no poder (Mosca e Bouthoul, 1958). O pensamento de Mosca se sustenta no pressuposto de que os governantes são os detentores do

exercício público do poder e que devem, sempre, ser uma minoria. Abaixo dos governantes, na visão do pensador italiano, há uma classe de pessoais que jamais participa, efetivamente, de algum governo. Aos governados, desse modo, cabe a resignação de não participarem dos governos e de não serem detentores de poder, embora “representados”. A exemplo de Schumpeter (1942, p. 329), para quem “a vontade do povo é o produto e não o motor do processo político”, Mosca (1958) também desenvolve uma teoria liberal que se reveste de caráter libertador, mas desprovida de qualquer possibilidade crítica. Uma teoria, em outros termos, de defesa do sistema.

Outro pensador relevante para a ciência política dominante é Robert Dahl. Enxergando a democracia como uma disputa entre elites – naturalmente, ignorando a política exercida pelas massas, que devem estar participar da democracia apenas nos limites formais de participação –, Dahl (2005) fundamenta que o seu modelo de democracia – que o autor alcunha de poliarquia – se sustenta a partir de condições que determinam o processo de escolha de governantes. Para Dahl (2005), em qualquer estágio – eleitoral ou pós-eleitoral – é fundamental o consenso. Importante perceber que o consenso, para esse conjunto de teorias, assume certo viés dogmático. Pode-se pensar sobre ele, articular como alcança-lo, mas jamais questioná-lo. Por enxergar a democracia como um método, a teoria política democrática liberal tem como enfoque os processos de decisão política. O sucesso desse processo somente é possível pelo consenso.

Curiosamente, o mesmo Robert Dahl que afirma tratar de disputas políticas afirma que o Estado deve ser considerado uma estrutura neutra, cuja função é desenvolver a conciliação dos interesses, aos moldes do mercado (Dahl, 2005). Duas reflexões podem ser feitas sobre essa fundamentação de Dahl. A primeira, que o Estado venha a ser uma estrutura neutra. Não é preciso grandes esforços teóricos para assumir o fato de que o Estado, assim como qualquer instituição, é composto por pessoas. Que trazem consigo seus valores, suas posições de classe e suas ideologias. Defender a neutralidade do Estado é, assim, pressupor que as instituições que compõem o Estado sejam constituídas por indivíduos que jamais integraram a estrutura social. Capazes de se desapegarem de suas ideologias de maneira absoluta, ao assumirem cargos públicos. A neutralidade cai por terra antes mesmo de indivíduos tomarem postos públicos: não há neutralidade mesmo no processo de constituição do Estado moderno, burguês. Entretanto, por mais contraditória que pareça ser a ideia de Dahl (2005) de que o Estado deva ser neutro, a segunda reflexão talvez sirva para apontar a razão da sua defesa à neutralidade. É que a política conciliatória do Estado deve ser feita aos moldes do mercado. Há uma relação simbiótica entre

o discurso da neutralidade e a ação feita sob as regras do mercado. Daí a razão da defesa da neutralidade: para que as regras sejam as estabelecidas pelo mercado. Ao assumir que a política conciliatória do Estado deva ser feita sob ao estilo do mercado, Dahl – em consonância com a parcela da ciência política que defende os arranjos democráticos liberais como elementos inquestionáveis – esvazia a própria razão de ser do Estado: a servidão ao seu povo. Se pretende servir, que seja ao mercado. Dahl (2005) reproduz, assim, não apenas o discurso dominante sobre a democracia enquanto disputa entre elites, mas o discurso dos defensores do neoliberalismo, que assumem que a democracia deve ser um instrumento para a execução do programa neoliberal.

Mesmo Carole Pateman (1992), uma teórica da democracia minimalista, tece críticas ao viés inegavelmente elitista da teoria de Dahl, ao dizer que, na teoria deste, “uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão” (Pateman, 1992, p. 18). Outro teórico importante, no marco da teoria democrática liberal do século XX, é o sociólogo norte-americano Seymour Lipset. Para ele, os conflitos devem ser tratados pela via pacífica do jogo democrático (Lipset, 1967). Pressupõe que as regras do jogo democrático confirmam um elemento civilizatório às disputas políticas e que a validade dessas disputas deve ser submetida ao crivo das regras democráticas. Mais uma vez, uma visão da teoria política que se preocupa com a adequação às normas. Fornece Lipset, então, a sua visão sobre democracia:

Um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, e um mecanismo social que permite a uma parte - a maior possível - da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contendores para cargos públicos. (Lipset, 1967, p. 45)

A leitura da passagem acima instiga a pensar na defesa da possibilidade de que a população possa influenciar nas decisões políticas, e que Lipset forneceria a sua concepção de democracia a partir do resgate da ideia clássica que põe as massas como as verdadeiras detentoras do poder político. Entretanto, já ao final, Lipset (1967) condiciona o exercício do poder popular à escolha de representantes, que irão ocupar as instâncias representativas e tomar as decisões políticas que importam. Por escolha - leia-se: eleições formais - estruturadas em arranjos legais. A noção de democracia liberal é, portanto, íntima à noção de democracia representativa.

Também em Lipset (1967), encontra-se a relação entre democracia e desenvolvimento econômico. Para o sociólogo norte-americano, quanto mais desenvolvido economicamente um país for, maior será a possibilidade de se sustentar uma democracia estável. Nesse sentido, é dizer que os países capitalistas avançados representam, efetivamente, os modelos mais bem estruturados de regimes democráticos. Não por acaso, índices que buscam medir a qualidade da democracia costumam apontar essa relação. Países como Estados Unidos, Suécia, Dinamarca, Inglaterra, Suíça costumam aparecer não apenas como nações desenvolvidas economicamente, mas como as democracias mais estáveis.

É de se questionar, nesse ponto, quais seriam as razões dessa relação. Para isso, importante recobrar o que Hayek (1987), um dos mais ferrenhos defensores do neoliberalismo, dizia sobre a relação entre economia e política, apontando que esta deve servir como instrumento. No final das contas, não há substancial diferença entre desenvolvimento econômico e a estabilidade democrática, uma vez que a ideia de desenvolvimento econômico se sustenta na presença hegemônica do sistema capitalista em um país, e a ideia de estabilidade democrática se sustenta na premissa de que os arranjos democráticos liberais estejam postos, em um regime.

Assim como o instrumentalismo na democracia, outros três eixos são vitais ao pensamento democrático-liberal: a institucionalidade, a racionalidade e a representatividade. Trataremos um a um dos eixos, para que possamos, ao fim, fechar o presente tópico. Adiantamos, desde já, que faremos esforço por evitar, nesse tópico específico, as citações diretas, em razão do apego linguístico que os defensores do pensamento democrático liberal, no Brasil, costumam ter – por razões que as amarras da colonização talvez possam explicar – por utilizarem expressões em inglês, sem preocupação de nenhuma ordem com uma possível tradução, a exemplo de *policy maker*, *trade off*, *accountability*, *incumbets* e outras terminologias da mesma natureza.

Conforme já dito, o pensamento democrático liberal se direciona a pensar – ou, em termos mais diretos – e defender as regras do jogo democrático liberal. O apego à formalidade é regra geral desse modo de se debruçar intelectualmente sobre fenômenos políticos. Nesse sentido, a institucionalidade, nessa corrente teórica, pressupõe que as ações políticas que importam ocorrem no âmbito das instituições democráticas – Parlamento, Estado de Direito, Eleições, Judiciário, etc. A expressão “institucionalismo” costuma ser utilizada na ciência política para categorizar uma corrente teórica que se esforça por buscar respostas para a explicação dos fenômenos políticos por meio das instituições democráticas. O funcionamento

das instituições formais, desse modo, é o principal objeto de estudo. Autores como George Tsebelis (1990) e Adam Przeworski (1994) destacam-se na corrente do institucionalismo. Costumam considerar, de forma geral, que os atores políticos possuem preferências e gostos em comum. Do mesmo modo, aceitam a ideia de que os atores políticos “se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências [...] que pressupõe um número significativo de cálculos” (Hall e Taylor, 2003, p. 205). Já aqui, nota-se o apego à racionalidade, uma vez que, para se adaptar à teoria institucionalista, é preciso que se aceite a premissa de que indivíduos fazem escolhas racionais.

Tsebelis (1990) defende, a partir da racionalidade, que o institucionalismo diz respeito ao fato de que os indivíduos moldam as instituições. Nesse processo de moldura, influenciam não apenas as funções das instituições, mas a própria criação destas. Em um contexto de regras democráticas, os indivíduos desenvolvem um comportamento estratégico. Przeworski (1994), por sua vez, defende que a democracia não necessita possuir um conteúdo social para que as instituições sejam aceitas. Como uma estrutura paradoxalmente distante da própria sociedade, a democracia poderia fazer valer a força da sua institucionalidade, a despeito de uma situação de precariedade social. É de se perguntar, então, a quem serviria essa institucionalidade. Talvez seja essa, possivelmente, a primeira pergunta que surge, após a afirmação de Przeworski (1994) colocada. A democracia, na visão do pensador, poderia até vir a ter algum tipo de conteúdo social. Para isso, é condição primordial é que as instituições favoreçam. É sempre, portanto, uma questão de instituições democráticas.

Até aqui, o que se pode inferir é que a teoria política liberal, na sua defesa do liberalismo econômico, no seu apego às regras formais do jogo democrático, nos holofotes que dá à institucionalidade e quando assume o primórdio da racionalidade, parece distanciar, substancialmente, a política das massas. E aproximá-la, conseqüentemente, do mercado. O efeito social da democracia liberal, para esse conjunto de pensadores, é medido na mesma intensidade com que o mercado pensa os efeitos sociais de suas ações. Ou seja, de maneira mínima ou mesmo inexistente. Esse conjunto de teorias – que explicam a prática da democracia liberal – conduzem a política a qualquer coisa de não-política. Uma política que serve à estrutura dominante que responde por indivíduos que se apresentam como agentes econômicos.

A verdadeira política é distinta dessa formulação teórica liberal a um nível extremo. A política é a realização do impossível (Badiou, 1999a). Compreender a política como o campo da realização do impossível é não se contentar com as amarras institucionais da democracia liberal que subtraem a titularidade da ação política das massas. Além disso, é importante

compreender que a “realização do impossível” formulada por Badiou (1999a) se dê a partir das relações de força. É dizer, de outra maneira, que a política passa longe da lógica conciliatória das instituições democráticas, como querem seus defensores. O impossível, é importante destacar, “não somente é uma condição negativa que inaugura novas possibilidades, mas também aquilo que condena como projeto fracassado o retorno à antiga situação como expectativa de cura para a indeterminação instaurada pelo novo” (Neves, 2018, p. 209).

Sustentamos a ideia de que somente há política quando há possibilidade de ruptura. As instituições da política dominante, como afirma Badiou (1999a), sempre apontarão que determinadas causas e demandas são impossíveis. Sempre proporão, a partir de suas amarras legais e regimentais, os limites intransponíveis para conquistas das massas. Estarão sempre fornecendo as possibilidades mínimas de participação política. Nenhuma abertura contundente para a participação das massas está no horizonte da institucionalidade democrática e seus defensores. A verdadeira política, então, deve forçar o impossível a existir (Badiou, 1999a). A dimensão da política é exposta por Alain Badiou nos seguintes termos:

Se nos dizem: o liberalismo econômico, a globalização, o regime parlamentar é a única possibilidade, fazer outra coisa é impossível, precisamente, em tais casos, dizemos: uma política real existe ali onde se diz que ela é impossível. Afrontar o impossível é o que nos causa medo, e é por essa razão que a política é obscura. (Badiou, 1999a, p. 38)

O que propomos nessa pesquisa, que se esforça para realizar um levantamento teórico sobre a política, é a consideração de uma visão da política diferente daquela colocada pela ciência política dominante. Como é próprio da sua razão de ser o apego aos arranjos formais da democracia liberal, a teoria política democrática preocupa-se com as possibilidades que se limitam à institucionalidade. Não poderia ser outra a abordagem, é preciso convir. A teoria política dominante visa, a todo custo, anular o debate e as divergências. Porque se trata de uma teoria voltada à defesa da estabilidade democrática, como dito. Considerar a política como aquele fenômeno que existe onde se diz que ela é impossível é levantar a voz contra uma estabilidade democrática que, em termos gerais, apenas interessa àquele grupo de indivíduos que se beneficia nessas condições. É preciso considerar a política na sua dimensão mais ampla.

A defesa da institucionalidade se ampara na ideia de que as instituições da democracia liberal são capazes de corrigir os erros que elas mesmas cometem. Seria, assim, a

institucionalidade o começo e o fim da política. É dizer, em outros termos que “se as instituições democráticas existem e funcionam, então a democracia está a salvo”. Trata-se, assim, de uma defesa irrestrita do aparente sucesso do sistema a partir do funcionamento formal das instituições democráticas – ainda que esse funcionamento seja condicionado ao benefício daqueles que integram as instituições -, a partir da adoção de uma visão “politicista”, no sentido de que pretende explicar o mundo somente a partir de categorias políticas.

Eis a comédia e a tragédia da teoria política liberal assimilada sem questionamentos pela ciência política dominante, especialmente a brasileira. No afã de guardar para si a exclusividade da análise política, a ciência política dominante – que nada mais fez do que adotar métodos e teorias racionais da economia norte-americana – pretende se afirmar como a única capaz de explicar os fenômenos políticos, pressupondo que o mundo se explique por categorias políticas. Daí a razão pela qual costumam ignorar as contribuições da sociologia, da filosofia, da psicanálise e das artes, por exemplo. Entretanto, mesmo as categorias políticas são dotadas de uma complexidade tal que exigem, para que se sejam entendidas uma a uma, uma visão mais ampla de mundo. Uma visão mais ampla da própria política. Não apenas aquela que considera somente o que é possível no campo institucional.

A leitora ou o leitor crítico deste trabalho pode questionar a visão sobre a política existir, como sustenta Badiou (1999a), ali onde força o impossível a acontecer, alegando que se trata de uma visão utópica. E que as utopias não se realizam. A essa hipotética crítica, respondemos com a passagem sempre lúcida do mestre uruguaio Eduardo Galeano, citando Fernando Birri, na obra “*Las Palabras Andantes*” (1993), quando questionado sobre para que serve a utopia. “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar” (Galeano, online). Uma sociedade sem utopia é uma sociedade morta. Resignada aos limites da racionalidade e à condição de subserviência. Amarrada aos ditames do sistema. Forçar o impossível a acontecer é retomar a titularidade do pensar e do fazer política, pelas massas. Sobretudo nesses casos, é fundamental formular a utopia a partir do estabelecimento de estratégias políticas reais, que visem superar o estado de coisas. É estar permanentemente atento ao estado das relações de força, sem jamais perder de vista que o espectro dominante do campo político e econômico sempre agirá para impedir a realização do impossível. Ainda assim, não é demais recobrar a lição de Max Weber (1974, p. 135), para quem “certamente toda experiência

histórica confirma a verdade – o homem nunca teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse buscado o impossível”.

A insistência no impossível é a insistência da perturbação da ideologia dominante. É a arte da política, nos termos em que põe o filósofo Slavoj Žižek, para quem, “a arte da política é insistir numa exigência particular que, apesar de radicalmente ‘realista’, perturba o núcleo da ideologia hegemônica” (Žižek, 2012, p. 19)

O fenômeno que se pretende discutir na presente pesquisa – a conservação do projeto neoliberal após a crise capitalista de 2008, com suas consequências políticas e o estado de desamparo das massas – insere-se naquilo que se pode considerar como “grande política”. A dicotomia grande política x pequena política está nas lições de Gramsci, nos “Cadernos do Cárcere” (2000). Para Gramsci, a pequena política é a política de intrigas, de corredores: a política parlamentar. Tudo aquilo, assim, que compreende as questões “parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida” (Gramsci, 2000, p. 21). Uma política realizada pela diversidade de frações de uma mesma classe política.

A grande política, por outro lado – ou “alta política”, nos termos gramscianos -, refere-se a questões ligadas à “fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2000, p.21). A crise capitalista de 2008, na sua organicidade, determinou a luta pela defesa da estrutura capitalista e abriu, desse modo, o espaço para a destruição do modelo neoliberal. Tencionou as relações de força e acirrou a luta de classes. Esse fenômeno, em específico, que estamos pretendendo debater, não se encerra nos limites da pequena política, mas da grande política gramsciana.

Por fim, parece pertinente debater a representatividade, sendo este um dos eixos centrais da teoria democrática. A junção entre democracia e liberalismo assume sentido no instante em que justifica a impossibilidade de materialização da democracia direta, construindo o modelo de democracia representativa. Para tratar de representatividade, é preciso remontar ao momento de formação do próprio Estado moderno. Descrevendo o pacto que os indivíduos celebraram entre si, Hobbes (1974) fala na noção de acordo. De concessão de direitos, no sentido de que um homem diga ao outro “cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as tuas ações” (Hobbes, 1974, p. 109). Há

qualquer coisa de irrevogável no pacto representativo, a partir da perspectiva do Estado moderno. Um acordo de concessão de direitos.

Adotou-se, também, uma visão liberal do pacto representativo. Hanna Pitkin (1985), pensadora do conceito de representação, aponta a limitação na teoria da autorização, formulada por Hobbes. Para a pensadora, a própria ideia de representação, em termos hobbesianos, é reduzida à questão individual, sem que se medisse os limites da autorização concedida no pacto (Pitkin, 1985). Os representantes passam a exercer, no processo de formação do Estado moderno burguês, não apenas os direitos dos outros, mas direitos próprios. Não se formula, exatamente, a extensão do poder da representatividade.

Debater a representatividade é ter como clara a noção do papel dos partidos políticos, inevitavelmente. Para isso, é importante apresentar a visão de Bobbio sobre a questão. O monopólio da representação política é dos partidos políticos, para Bobbio (1986), no modelo de democracia de Tocqueville. Haveria, no modelo tocquevilliano, três espaços políticos essenciais: (1) o do Estado, com sua representatividade, (2) o espaço social e (3) o espaço do mercado (Tocqueville, 2008). O elo de ligação entre os indivíduos e os governos é o partido político, desse modo. A incorporação de instrumentos de participação política mais amplos é negada por Bobbio (1986), que afirma que o processo de democratização não significa, necessariamente, a passagem da democracia representativa para a democracia direta – o que poderia proporcionar a aproximação definitiva do povo às estruturas governamentais de poder -, mas na extensão do poder ascendente para aquilo que Tocqueville chama de campo social (Bobbio, 1986).

O mesmo Bobbio (1986), considerando que somente há democracia quando há representatividade, diz que a ação política dos movimentos sociais somente se legitima quando absorvida pela estrutura formal do sistema democrático. O apego às regras do jogo democrático impede que Bobbio (1986) perceba a ação dos movimentos sociais para campos que vão além da institucionalidade democrática liberal. É dizer, assim, que:

No jogo democrático – e por sistema democrático entenda-se justamente um sistema cuja legitimidade depende do consenso verificado periodicamente através de eleições livres por sufrágio universal – os atores principais estão dados e são os partidos; também está dado o modo principal de fazer política para a imensa maioria dos componentes da comunidade nacional: as eleições. Disso não se pode fugir. Regras do jogo, atores e movimentos fazem um todo único. (Bobbio, 1986, p. 68)

É necessário um consenso a ser visualizado nas eleições realizadas por sufrágio universal. Os atores principais, na teoria representativa, são os partidos políticos. O modo de fazer política, na visão acima apresentada, dá-se por meio das eleições. Uma visão restritiva da política, portanto. Uma visão, como outras da teoria política liberal, que condiciona a ação política e a própria disputa política aos representantes eleitos.

Na atualidade, a teoria da representatividade tem que lidar com um problema político de primeira ordem, como aponta Luis Felipe Miguel (2011) ao descrevê-lo como “a ausência de similaridade entre representantes e representados” (p. 25). As esferas representativas resolveriam os conflitos entre os distintos grupos de interesses. Tanto a resolução dos conflitos, como os próprios conflitos, em si, talvez não digam mais respeito – ou nunca tenham dito – aos conflitos e demandas realizadas no interior do campo social. A própria ideia de representatividade, assim, assume uma viés exclusivista, uma vez que, dada a ausência de limites do poder representativo, os representantes eleitos da democracia liberal podem fazer valer seus interesses a qualquer custo, em nome daquilo que precariamente se costuma denominar de “bem comum”.

A pauta da crise de representatividade é cara não somente à ciência política, mas ao jornalismo, a estudiosos e estudiosas de outras áreas, bem como está presente nas discussões que se dão no interior da sociedade. Inúmeros são os trabalhos, nos mais diversos níveis científicos, sobre o que se costuma chamar de crise de representatividade. Apenas para reproduzir alguns chavões utilizados pelo público, em geral, costuma-se dizer que as massas não se sentem mais representadas pelos partidos políticos e seus integrantes, o que determina uma possível indiferença generalizada nos processos eleitorais eleições. Discutiremos, desse ponto em diante, a crise de representatividade levando em consideração a pergunta sobre se essa possível crise seria causa do modelo ou resultado da sua própria formulação.

A representatividade, com sua tendência a tornar exclusiva toda possibilidade democrática no âmbito parlamentarista, é excludente. A garantia do mecanismo representativo é uma postura conservadora do próprio Estado. Uma postura conservadora incapaz de acompanhar os anseios das massas que são, não por acaso, colocadas de lado, no último lugar da fila, no debate político. Não há como conceber a ideia de “crise de representatividade” sem tomar como premissa que a crise é inerente ao modelo representativo. O impasse da representatividade reside no fato de que toda representação é, por essência, nula. Nem mesmo

no campo da arte da dramaturgia se pode conceber uma representação sem ser feita sob a influência daquela ou daquele que pretende representar. Não há ética na política representativa, “pois, para um Sujeito, a ação ética é justamente aquela que não pode ser delegada nem representada” (Badiou, 1999a, p. 42).

Além disso, parece importante destacar que estamos falando de um sistema representativo que, no sentido de suas próprias contradições, representa apenas a mesma fração dominante. Eis um ponto crucial para a cunhada “crise de representatividade”: ser extremamente previsível, uma vez que a crise diz respeito ao fato de que essa representatividade apresenta possibilidades de alternância, mas jamais verdadeiras alternativas. O establishment da representatividade democrática-liberal – no Brasil, nos demais países periféricos e nos países mais industrializados – é composto de lideranças políticas e partidos que falam a mesma língua, têm as mesmas práticas, defendem – por vozes diversas que, no fundo, proclamam o mesmo discurso – as mesmas soluções liberais para os problemas do mundo e negam qualquer forma efetiva de ruptura com o sistema posto.

Ao passo que defensores do liberalismo democrático e de seu arranjo representativo enxergam a representação partidária como condição indispensável à política, é preciso recobrar o entendimento de Žižek (2005), ao afirmar que o consenso que se impõe em torno da democracia representativa não é fruto de outra ideologia, senão a liberal. A representatividade, desse modo, impõe o distanciamento do titular primeiro da ação política – as massas – daqueles que se intitulam os verdadeiros fazedores da política. Aos representantes democráticos, em nada interessa a ação com potencial transformador dos movimentos sociais. A efetividade dessas ações surge no momento em que as massas são capazes de impor o medo aos representantes eleitos. Se há, na política, alguma pretensão democrática, esse democracia se constitui como sendo um estado no qual as massas põem os representantes eleitos em permanente estado de medo. Ainda que esse estado desenvolva todo o estado de paralisia que o medo gera.

A pergunta que se coloca é sobre como seria possível pensar em democracia dentro de um sistema representativo que, aberta e deliberadamente, impõe às massas a impossibilidade de participação das decisões políticas. Como seria possível, desse modo, falar em democracia em um sistema que foi estruturado, desde a sua origem, para que as disputas ditas democráticas não aconteçam no interior do campo social? Preferível seria reinterpretar a lição hobbesiana de que os indivíduos cederam os seus direitos aos representantes eleitos, para afirmar que, na verdade, como quase toda ação dos entusiastas da ideologia dominante, esses direitos foram roubados.

Desse modo, nos alinhamos à noção do filósofo Vladimir Safatle (2017) ao defender a impossibilidade da governabilidade em razão do grau zero de representatividade. Ao defender a necessidade de resgate do potencial subversivo da democracia, desapegado às amarras de uma representatividade que, empiricamente, é utilizada para a representação dos interesses de poucos. É importante não esquecer que, no seu núcleo, a democracia é entendida pelos liberais como um instrumento. A exclusão das massas populares do jogo democrático – e o esvaziamento das possibilidades de participação política – é o modo de atuação primeiro do parlamentarismo.

É necessário, para a preservação do discurso dominante em defesa da representatividade – tão reproduzido na ciência política apegada à teoria política liberal -, que se imponha o medo do desmanche dos laços sociais, para que se justifique a existência do parlamentarismo burguês. Esse laço social, na visão de Safatle (2015, p. 60), tem como razão básica “a constituição de um representante cujas ações soberanas serão a forma verdadeira da minha vontade”. Na mesma linha de pensamento, diz Žižek (2009, p. 43), “com a coordenação dos interesses como grau zero da política, a única maneira de introduzir paixão neste campo, de mobilizar ativamente as pessoas, é através do medo”. O abalo da estrutura dominante, arquitetada com esforços teóricos que duram séculos, é algo a se evitar e, para isso, é preciso domar o ímpeto das ações disruptivas das massas.

Em defesa da representatividade perante a sua crise inegável, diversos estudiosos da ciência política abordam instigados pela busca de soluções para a crise. Urbinati (2006), por exemplo, defende que o nível de conhecimento dos “profissionais” da política permite que os interesses dos cidadãos e das cidadãs seja levado a cabo de maneira mais eficiente. A ação política, na visão de Urbinati (2006), deve ser exercida por aqueles aquelas que são, efetivamente, profissionais da política. Um discurso bastante semelhante ao de Bobbio (1986), que chega mesmo a colocar os representantes parlamentares como indivíduos intelectualmente superiores àqueles que compõem as massas.

A concepção de que representantes democráticos possuíam mais conhecimento do que indivíduos que não pertencem ao campo representativo institucional e que, por isso, deve-se legitimar a representatividade como forma primeira da ação política é criticada por Luis Felipe Miguel, que aponta a falta de atenção de Urbinati (2006) a três elementos:

Primeiro, o fato de que o representante ocupa uma posição de poder. Ele possui acesso a recursos políticos que o colocam em posição de autoridade em relação a seus próprios constituintes. [...] A assimetria entre representantes e representados é um dos problemas da democracia representativa e o modelo de advocacy, com sua ênfase na eficácia, tende a agravá-la. Também falta a Urbinati o entendimento das consequências geradas pelas assimetrias de recursos políticos entre representantes e representados. [...] Um modelo que exige um fluxo de comunicação pujante e horizontal entre representantes e representados pode funcionar em seus próprios termos, mas não se aplica às sociedades desiguais realmente existentes. Por fim, falta a Urbinati entender que a representação política possui um caráter constitutivo, que não deve ser ignorado. (Miguel, 2011, pp. 41-42)

Alguns pontos da crítica de Miguel merecem especial atenção. Em primeiro lugar, a sua crítica ao pensamento de Urbinati é, em alguma medida, uma crítica, também, ao pensamento liberal. Sobretudo quando os pensadores do liberalismo se propõem a tentar entender a política. Recobremos que uma das justificativas para a defesa da representatividade é a de que o modelo deve ser preservado em razão do fato de que os representantes possuem mais conhecimento político que os representados. Ora, é de se questionar não apenas se, de fato, possuem mais conhecimento como se, caso realmente possuam, como adquiriram. Não é preciso grandes esforços teóricos para se perceber que, de maneira geral – e sobretudo em países marcados pelas desigualdades do capitalismo –, os representantes políticos pertencem a uma elite econômica que, geralmente, costuma ser uma elite intelectual. Possuem, assim, mais recursos para que possam adquirir conhecimento, descobrir os meandros da política institucional e assumir cargos públicos. Trata-se de uma assimetria entre representantes e representados. Quando Bobbio (1986) defende que os representantes devem ser mantidos porque são mais capazes para as decisões políticas, ignora que essa suposta maior capacidade decorre do fato de que são eles – a elite que, na verdade, é uma casta – que detêm o poder informacional e financeiro. Eis uma contradição evidente do pensamento de Bobbio: ao passo que formula as condições para a participação política das pessoas através da institucionalidade, defende que uma ampliação efetiva da participação política é perigosa para a institucionalidade.

É típico do pensamento liberal lançar enunciados gerais que se propõem a resolver a totalidade dos problemas políticos. Assim como é típico do pensamento liberal ignorar como essas soluções se aplicariam em países desiguais. Eis a face mais tragicômica do pensamento liberal: insiste em apresentar soluções, mas nunca encaram os verdadeiros problemas. O *mainstream* da ciência política brasileira costuma adotar, assim, teorias liberais que explicam sistemas democráticos em países com índices consideravelmente baixos de desigualdade, como

Finlândia, Dinamarca, Suécia, Noruega, Suíça, Alemanha, etc; sendo inegável que essas teorias precisam, no mínimo, de uma releitura adequada a países desiguais, a exemplo da maioria dos países sul-americanos. Embora a teoria política liberal se apresente como elitista porque afirma estudar as “elites políticas”, é também elitista em razão do fato de se debruçar sobre países avançados, economicamente. Quanto aos países marginais do sistema, com seus problemas e fossos sociais, costuma imperar o silêncio.

O mesmo vale para as eleições – a esteira civilizatória liberal das disputas políticas. Quando teóricos como Schumpeter (1942) e Dahl (2005) afirmam, cada um ao seu modo, que a eleição é uma instituição capaz de mediar as disputas políticas, é preciso que se analise se os indivíduos que votam possuem – todos – as mesmas condições para a aquisição de informação política e mesmo condições de voto. A brutal desigualdade de renda em países como o Brasil, por exemplo, por si só, põe a cair por terra a ideia de que os indivíduos possuem as mesmas oportunidades. O pensamento liberal pode vir a ser válido na precisão com que interpreta a realidade política de países capitalistas avançados, mesmo no que diz respeito à eleição, mas seus enunciados gerais – que costumam ser adotados como regras a serem seguidas por pensadores que insistem em não largar das amarras do pensamento colonizado – pecam por possuírem um vazio quando são aplicados a países desiguais.

No que se refere à representatividade, a sua justificativa não se encontra amparada apenas no campo teórico, com correntes que instigam a pensar que os representantes, como criaturas moral e intelectualmente superiores, devem fazer valer a sua força política e assumir a titularidade da ação política. No dia-a-dia da política representativa, há qualquer grau de violência na ação parlamentarista. Uma violência que impõe o estado de submissão aos representantes eleitos. “Essa é a verdadeira violência, muito mais do que mecanismos clássicos de coerção e dominação pela força, pois trata-se aqui de violência de uma regulação social que leva o Eu a acusar a si mesmo em sua própria vulnerabilidade e paralisia de ação”, pensa Safatle (2015, p. 83). Excluir as massas da ação política, por meio da representatividade, é um ato não apenas de coerção estatal, mas de violência psíquica. Urgente é pensar que a ação política é, justamente, aquilo que não se dá no âmbito parlamentar representativo, Em outra oportunidade, afirma Safatle:

Trata-se, sobretudo, de paralisar a imaginação, levar sujeitos a desconfiarem de sua própria força, aderindo ao poder não por convicção, mas por mera impotência. Uma experiência de impotência que deixa sujeitos vulneráveis a

figuras de autoridade que prometem cuidado e amparo, que rompe, por isso, toda instauração possível de sujeitos políticos. Pois, lá onde há demanda de amparo, nunca há política, há apenas reiteração de estruturas de poder já em operação que encontram, dessa forma, uma nova chave de perpetuação. (Safatle, 2017, p. 122)

Pretendemos manter a presente pesquisa aberta às contribuições da psicanálise sobre o político. Desde Freud, a psicanálise tem muito a dizer sobre o fenômeno político, suas implicações no campo social e os afetos que circulam. Levaremos em conta as considerações extremamente oportunas da psicanálise, tomando como base a necessidade de superação da dicotomia indivíduo e sociedade, na análise do fenômeno político. Uma dicomotização criticada, por exemplo, por Vladimir Safatle (2015).

Não há política sem a encarnação, nas palavras de Safatle (2015, p. 22), da “existência da vida social em seu conjunto de relações”. Tal encarnação é capaz de afetar aqueles que compõem o corpo político. A pergunta que se apresenta, aqui, é sobre qual seria a forma dessa encarnação. Para responde-la, diz Safatle:

Encarnação que pode se dar sob a figura de um líder, da organização política, da classe, da ideia diretiva, do vínculo a certos arranjos institucionais, da lavadeira; mas que deve sedar de alguma forma. Ignorar esse ponto é um dos maiores erros das várias formas de teoria democrática. Uma encarnação não é necessariamente uma representação, mas um dispositivo de apresentação de afetos. Sendo assim, podemos pensar a política a partir da maneira como afetos determinados produzem modos específicos de encarnação. (Safatle, 2015, p. 23)

A leitura da passagem acima antecipa uma importante teoria, que será debatida nos capítulos seguintes, para explicar as relações das massas com as lideranças democráticas e os arranjos democráticos, na atualidade. A de que a política deve ser pensada a partir da maneira como circulam os afetos no interior da coletividade (Safatle, 2015). Lançaremos mão da ideia de Safatle de que o desamparo é o afeto político central da atualidade. A amplamente debatida crise de representatividade não seria outra coisa senão a manifestação do estado generalizado de desamparo, no interior dos corpos sociais. Em outros termos, a ruptura pela demanda do amparo desse Outro político que assume a forma de representante democrático.

É fundamental que se supere a dicotomia indivíduo e sociedade, para que se compreenda o porquê dos corpos coletivos serem afetados. No seu contato com as massas, o

indivíduo pode “ser posto num estado tal que, tendo perdido sua personalidade consciente, obedece a todas as sugestões do operador que a fez perdê-la, e comete os atos mais contrários a seu caráter e seu costume” (Freud, 2011, p. 16). Em contato com as massas, há qualquer grau de aumento da intensificação da afetividade do indivíduo. A relação entre representantes e representados passa, necessariamente, pelo modo como se reproduzem os afetos não nos indivíduos que a representatividade tenta representar, mas nas massas que não podem ser representadas, tendo como premissa a ideia de que essa afetividade é mais intensa na massa do que no indivíduo, conforme diz Freud (2011, p. 16).

Discutir a impossibilidade de representação política é um ponto que deve ir além do âmbito institucional. A crise do modelo de representatividade democrática não é uma crise só do modelo, como se, ajustando-o, fosse possível apontar as suas soluções, ou hipotéticas melhorias na “qualidade da representação”. Além disso, é importante colocar em palavras que todo tipo de representação – e não falamos apenas daquela que se estreita nos limites da representatividade democrática, mas representação em sentido amplo – é construída. Inevitavelmente, sendo construída, o é por grupos que detêm maior poder. Não há neutralidade na imposição da autoridade representativa. Nesse sentido, Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, pro elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990, p. 17)

Representar o outro é uma contradição, em termos. O desamparo é a condição “de alguém que não espera nenhuma resposta do Outro” (Neves, 2018, p. 238). O impasse da representatividade democrática reside justamente no fato de que como buscaremos debater nos capítulos seguintes, as massas vivenciam uma experiência de desamparo e, portanto, não esperam resposta desse Outro que responde pelo nome de representantes políticos. É nesse estado de desamparo que se encontra a verdadeira possibilidade de emancipação política.

Por fim, parece pertinente apresentar o pensamento do filósofo Jacques Rancière sobre democracia e representatividade, a partir das suas obras “O Destino das Imagens” (2011) e “O

Ódio à Democracia” (2014). Nessa última, Rancière (2014) sustenta que o sentimento antidemocrático é tão antigo quanto a própria democracia. A partir de uma postura intelectual de recusa à hierarquia proposta pelas formas democráticas institucionalizada, Rancière (2014) afirma que o ódio à democracia é o ódio ao povo e aos seus costumes. O Estado de Direito burguês não seria outra coisa, na visão do filósofo francês, senão uma estrutura que se intitula como democrática, mas é, na verdade, oligárquica, constituindo um sistema que fornece à minoria mais forte o poder de governar sem amarras. A boa democracia – aquela, portanto, exaltada pela maioria da teoria política democrática – é aquela que reprime a catástrofe da civilização democrática. Estamos alinhados com a visão de Rancière (2014), quando o filósofo defende que nenhuma democracia pode ser sustentada por formas institucionais. A sua redução ao desenho institucional e ao gerenciamento da governabilidade não reflete o que, de fato, viria a ser uma democracia. É preciso que o povo assuma os espaços tomados por aqueles representantes que Bobbio (1986) chama de superiores, para que se possa começar a falar em democracia, fundamentalmente.

O “escândalo democrático”, portanto, na visão de Rancière (2014, p. 67), é perceber que “não haverá jamais, com o nome de política, um princípio uno da comunidade que legitime a ação dos governantes a partir de leis inerentes ao agrupamento das comunidades humanas”. O regime representativo, na visão de Rancière (2011) – nesse tópico específico, contida na obra “O Destino das Imagens” (2011) -, submete as imagens, no campo artístico, a um fenômeno caracterizado como constrangimento representativo. Há três dimensões desse constrangimento representativo: (1) uma relação de dependência entre aquilo que é visível em relação à palavra, (2) uma ideia de intermediação entre o que se compreende e o que antecipa, entre agir e padecer e entre saber e não saber, e (3) um conjunto de invenções das ações, no processo representativo.

A realidade é idêntica à irreabilidade no plano da poética aristotélica, para Rancière (2011). No regime representativo, a imagem é a produção de uma semelhança através de um conjunto de regras, o que produz, objetivamente, representações de ações. É preciso apresentar uma semelhança da imagem. No campo artístico, mesmo essa regra não é absoluta, uma vez que, na composição das personagens, aquele(a) que irá interpretar sempre irá dar a sua versão sobre o(a) representado(a). No campo político, a questão obedece à lógica de que a representação se submete a regras estabelecidas por aqueles que pertencem à estrutura dominante. É essa a razão pela qual é incongruente, no nível mais elevado, falar em representação política. O impossível da política é a superação das possibilidades institucionais, o grau zero de representação (Safatle, 2017). Nesse sentido, Neves:

Podemos dizer que o acesso ao real da democracia é a dissolução do poder representativo e a afirmação de que o poder verdadeiramente emana do povo. Não é difícil perceber que o acesso ao real da democracia não se dá pela análise do conceito de democracia. A defesa do impossível é clara nesse contexto: exigir que o povo tome diretamente as decisões políticas é o ponto impossível da democracia de hoje. A realização do princípio de que ‘todo poder deve emanar diretamente do povo’ seria, sem sombra de dúvidas, aquilo que provocaria uma subversão da democracia que é hoje praticada. (Neves, 2018, 224).

Por mais contraditório que possa aparentar, defender uma real democracia frente aos entusiastas do sistema democrático liberal é um gesto subversivo, sendo considerado perigoso, justamente, por aqueles que dizem defender, a ferro e fogo, o regime democrático. Nada pode ser mais básico do que defender a dimensão democrática da democracia, ou seja, que o poder emane diretamente do povo, que a justiça social seja um valor máximo, que a democracia não seja um mero instrumento das corporações financeiras, etc. No entanto, nada pode ser, também, tão complexo, em razão de toda a estrutura de poder institucional, legislativa e intelectual montada para que o sistema democrático liberal se defenda da própria democracia. Em breves palavras, a defesa da democracia da sua própria razão de ser, ou seja, as massas: a defesa do sistema democrático liberal é a defesa daquela parcela mínima de indivíduos que se beneficia desse sistema. A dicotomia democracia e regime democrático liberal é clara, no instante em que este último se sustenta em premissas que, em si, nada costumam ter de democráticas.

1.1 Sobre as bases do neoliberalismo e sua relação com o sistema democrático liberal

No filme *Inside Jobs* (Trabalho Interno), vencedor do Oscar de melhor documentário em 2011 e dirigido por Charles Ferguson, o entrevistador pergunta a uma autoridade chinesa sobre as consequências da especulação financeira norte-americana, no contexto da crise capitalista de 2008. A resposta da autoridade é emblemática: se os sonhos dos financistas viram pesadelo, os outros é que pagam. Retratando o ano de 2008, o documentário exhibe imagens que refletem as distintas maneiras como aquela crise capitalista foi sentida no interior da sociedade norte-americana. De um lado, os mesmos especuladores financeiros que, notadamente, foram os responsáveis pelo desenvolvimento da crise, aproveitam os seus dias em iates de luxo e mansões localizadas em alguns dos metros quadrados mais caros do mundo. Do outro lado,

uma massa enorme de trabalhadores viu ruir, em curto espaço de tempo, a segurança dos seus empregos e ficaram à mercê do desalento generalizado. Ao passo que o desemprego, nos Estados Unidos, em 2008, começava a atingir números expressivos, o presidente do *Lehman Brothers* – banco cuja quebra representou o marco inicial da crise – auferiu lucros da ordem de 65 milhões de dólares, somente naquele ano. *Inside Jobs* apresenta uma frase que pode ser interpretada, em sentido amplo, como aquela que mais precisamente revela como se dão as relações entre governos e mercados financeiros, no âmbito do neoliberalismo: é o governo de *Wall Street*.

A análise política desprovida da análise econômica corre o risco estudar o fenômeno o fenômeno político apenas parcialmente. O mesmo vale para a análise econômica desprovida da análise política. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender a política como uma categoria inserida em um contexto amplo, de maneira que, ao tratar do neoliberalismo, busquemos entender as relações entre as medidas econômicas neoliberais, os comportamentos dos governos e as ações políticas da coletividade. Em certa medida, é dizer que a crise da democracia liberal – que coloca em xeque os pilares do sistema representativo, do parlamentarismo burguês e da própria institucionalidade democrática – é um fenômeno intimamente ligado com a própria crise do neoliberalismo. Para que seja possível compreender a atual conjuntura da democracia liberal - com ascensão de governos de extrema-direita e exemplos inúmeros de manifestações de massas contrárias às diretrizes da democracia vigente -, é preciso compreender as bases do neoliberalismo e seus avanços desde a década de 1970.

Perry Anderson (1995) aponta que o neoliberalismo surgiu como uma reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Importante destacar a expressão “reação”, na definição de Anderson. Não é demais lembrar que o Estado keynesiano, que se fundamenta em uma ampliação da proteção social por parte do Estado, atuando diretamente através de política fiscal e monetária (Keynes, 1982), representou a solução da Europa capitalista frente às consequências da crise de 1939. Uma crise, aliás, colocada por Hobsbawn (1995) como aquela que destruiu o liberalismo econômico por meio século. A ampliação da intervenção estatal apresentou-se, no modelo keynesiano, como um desdobramento às avessas do liberalismo clássico. Nesse sentido, o neoliberalismo originou-se como uma reação à ameaça “letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson, 1985, p. 09), conforme o seu texto fundador, “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek (1987 [1944]).

Objetivamente, a proposta inicial do programa neoliberal pressupõe um entendimento da política democrática como mero instrumento da economia capitalista. Um projeto que encerra o modelo capitalista nos seus próprios termos, relegando à política o mero papel de execução, a nível institucional, das propostas neoliberais. Diz Hayek (1987, p. 78) que “para se realizar um planejamento eficaz, a gestão econômica deve ser afastada da área política e confiada a especialistas”. Fundamental pensar criticamente sobre essa passagem. Ao apresentar a distinção entre a gestão econômica e a classe política, Hayek - teórico basilar do pensamento neoliberal -, instiga a atuação dos ditos “especialistas”. Ou seja, sujeitos dotados de conhecimentos técnicos específicos sobre a área econômica. Pensar a questão nesses termos exige, no mínimo, ignorar os posicionamentos ideológicos desses mesmos especialistas. É exaltar, em maior medida, a neutralidade no trato de questões econômicas. A mesma neutralidade, aliás, com a qual se apresentam os defensores da economia de mercado.

Apesar da sua formulação teórica, a imposição do neoliberalismo como modelo hegemônico na economia da Europa Ocidental exigia uma conjuntura econômica favorável para a entrada em prática. Em outros termos, seria importante que houvesse uma crise no modelo intervencionista, que, sem prejuízo das suas idiossincrasias e méritos, sobrevivia com certo vigor na Europa pós-Segunda Guerra Mundial. É basilar, nesse ponto, assumir como marco temporal o ano de 1973. Explicar a totalidade das razões que levaram à primeira grande crise capitalista do mundo ocidental pós-Segunda Guerra seria demasiado extenso para as pretensões da presente pesquisa, mas, por ora, é suficiente assumir que, naquele ano, houve a combinação de baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, conforme aponta Anderson (1973). Para os defensores do neoliberalismo, a crise tinha chegado a tal ponto em razão do movimento operário e do poder sindical, que haviam destruído as bases da acumulação capitalista por meio de reivindicações salariais e movimentos de pressão para que o Estado ampliasse os investimentos públicos.

Não por outra razão, a queda generalizada dos lucros das grandes empresas capitalistas justificou a mudança de paradigma no modelo econômico. Para Anderson:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais,

reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (Anderson, 1995, p. 10)

A partir das lições de Anderson, a ascensão do neoliberalismo, no início dos anos 1970, não diz respeito a uma diminuição estatal, aos moldes do liberalismo clássico. A mudança substancial teria ocorrido no que diz respeito a quais setores o Estado passaria a atuar com mais força, e em quais deixaria de atuar. Qualquer Estado, no marco do neoliberalismo, necessita de uma estabilidade monetária robusta. O neoliberalismo, portanto, tem como uma de suas bases a atuação do Estado contrariamente ao poder sindical. Quanto ao gasto público, antes entendido como direcionado às políticas sociais – mesmo no modelo liberal keynesiano –, a partir do neoliberalismo, a regra de ouro passou a ser contenção orçamentária e o enxugamento dos gastos públicos. Não por acaso, seria preciso encontrar um mecanismo suficiente para a redução desses gastos.

O mecanismo legal primordial adotado pelo modelo neoliberal para o enxugamento do Estado passa a ser a reforma fiscal. Em outros termos, diminuição da tributação sobre a renda da parcela da população mais rica, além de reformas nos sistemas trabalhista e previdenciário. A justificativa da reforma fiscal, como aponta Anderson (1995), além do enxugamento do Estado, seria o incentivo aos agentes econômicos.

Recobrando o contexto da década de 1970, é possível conjecturar que o fortalecimento do programa neoliberal exigia não apenas a construção do seu discurso de maneira minimamente hegemônica entre pensadores liberais, mas uma conjuntura política favorável, como dissemos. É esse segundo ponto específico que Anderson (1995) apresenta em “Balanço do Neoliberalismo”, ao afirmar que, a partir de 1979, especificamente, teria surgido a oportunidade política real para que se pudesse pôr em prática o programa. Notadamente, a partir da eleição do governo de Margareth Thatcher, “o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal” (Anderson, 1995, p. 11). Segue-se, à eleição de Thatcher, a chegada ao poder de Ronald Reagan, no Estados Unidos (1980); de Kohl (1982), na Alemanha; e de Schluter, na Dinamarca (1983). Sem prejuízo do avanço dos governos neoliberais na Europa, nesse contexto, já se observava a implementação do programa neoliberal na América Latina – região de economias dependentes e, portanto, suscetíveis às dominações de projetos liberais formulados em países de capitalismo

avançado -, a partir do caso específico do Chile, com o golpe militar promovido pelo ditador Augusto Pinochet contra o governo de Salvador Allende, em 1973.

O caso do Chile, pela sua relevância perante a América Latina, pede algumas considerações à parte. Pode-se dizer, como diz o próprio Anderson (1995, p. 18), que a ditadura de Pinochet tem “a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea”. O programa de Pinochet, entre outras medidas militares ligadas à tortura e ao desaparecimento de civis, sustentava-se por repressão sindical, privatização de bens públicos, transferência de renda dos mais pobres aos mais ricos, além de um massivo desemprego.

A arte latino-americana deu importantes contribuições para que se pudesse lançar um olhar crítico e dramático sobre a situação do Chile pinochetista. Uma delas vem da literatura, com a publicação, em 1985, da obra “A aventura de Miguel Littín clandestino no Chile”, do escritor colombiano Gabriel García Márquez. A obra, em formato jornalístico, narra as imersões do cineasta Miguel Littín no Chile governando por Pinochet, com a finalidade de filmar, clandestinamente, a situação da ditadura do país. A maestria literária de García Márquez permite ao(à) leitor(à) observar as contradições de uma capital, Santiago, tomada por aparente modernidade, nos anos de Pinochet, a despeito de medidas como toque de recolher, desemprego e exílio político de um número exorbitante de chilenos. Outra obra fundamental pode ser considerada a película “Machuca” (2004), do diretor chileno Andrés Wood. É particularmente interessante e poético notar, nesse filme, o olhar das crianças chilenas sobre a chegada ao poder do ditador Pinochet. Em resumo, o filme mostra a história de Gonzalo Infante, um garoto chileno inserido no seio da classe alta do país, que, estudando no Saint Patrick, um colégio de elite, tem que lidar com a chegada de Pedro Machuca, um aluno pobre que tem acesso à referida escola graças à política de inclusão educacional de Salvador Allende. O filme expõe, com a precisão típica dos grandes dramas históricos, as contundentes diferenças de visões das populações pobre e rica do Chile sobre o período final do governo Allende e o golpe militar de Pinochet.

Voltando ao debate sobre o neoliberalismo como ideologia dominante e hegemônica, é preciso perceber que o programa, nas suas bases, criou condições para que a variante produtiva do capitalismo começasse a dar lugar à variante especulativa. Uma lógica, assim, própria dos agentes econômicos do mercado financeiro. Trata-se do triunfo do capital financeiro sobre o capital produtivo. Dessa forma, é razoável compreender o neoliberalismo, na sua faceta econômica, a partir da ideia estabelecida por Anderson (1995), para quem o programa neoliberal entende-se como sendo aquele que se constitui através da hegemonia do capital

financeiro sobre as demais frações do capital. Essa premissa é fundamental para entendermos os desdobramentos econômicos do neoliberalismo, inclusive para o contexto que será apresentado mais à frente: o da crise capitalista de 2008.

Alcançar a hegemonia do capital financeiro sobre as demais frações do capital exige, essencialmente, uma forte política de desregulamentação. Não se pode compreender os avanços do neoliberalismo – e suas crises intrínsecas – sem compreender o papel do Estado, enquanto agente desregulamentador. Para Bresser-Pereira (2009), no marco do neoliberalismo, o Estado mínimo guarda, em si, pelo menos, quatro dimensões: (1) o fato do Estado deixar de se encarregar com a produção de bens basilares à infraestrutura econômica, (2) o desmonte do Estado social e de toda a estrutura de proteção social; (3) o fato do Estado deixar de promover o investimento produtivo e; (4) a compreensão do mercado financeiro como autorregulador, o que exige, por parte do Estado inserido no programa neoliberal, a omissão em regular as atuações dos agentes econômicos. (Bresser-Pereira, 2009)

Perry Anderson (1995) acrescenta uma outra atuação do Estado, eminentemente ligada à sua relação com a classe trabalhadora. Para o pensador marxista inglês, o programa neoliberal exige ataques sistemáticos à classe trabalhadora e ao poder dos sindicatos. Cabe, aqui, pensar sobre quais seriam as razões para essa ação específica do Estado, no marco do neoliberalismo. A promoção de uma legislação anti-sindical e abertamente voltada à desregulamentação das relações trabalhista obedece a duas necessidades básicas do programa neoliberal: o incentivo aos agentes econômicos e a subida das taxas de desemprego. Em primeiro lugar, a filosofia neoliberal tem como premissa o fato de que a menor proteção à classe trabalhadora gera, necessariamente, um cenário econômico mais favorável aos investimentos dos capitalistas, ou, em outros termos, dos detentores do capital. Em segundo lugar, um índice muito alto de empregabilidade criaria, não sem outra razão, uma classe trabalhadora mais fortalecida e uma maior agregação aos sindicatos. Ser abertamente favorável a um desemprego mais alto é um modo, assim, de esfacelar o fortalecimento da classe trabalhadora.

Avançando, temporalmente, no curso do fortalecimento do programa neoliberal nos países capitalista, é importante ponderar sobre o contexto específico dos anos 1990. Discutir essa década, do ponto de vista do estado do neoliberalismo no mundo, é, fundamentalmente, ter em vista a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991. A partir desses dois eventos históricos fundamentais, as promessas do capitalismo direcionaram-se, com mais força, ao plano global, a partir da proposta de livre circulação de mercadorias. Não por acaso, o neoliberalismo, que antes triunfara em países latino-americanos que viviam sob

ditaduras militares, passou a alcançar um amplo consenso a nível de massas, em razão da sua permanência em novos regimes que se apresentavam como democráticos e liberais.

É o caso, por exemplo, dos governos de Menem, na Argentina; de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, no Brasil; de Carlos Andrés Pérez, na Venezuela; e de Fujimori, no Peru. Guardadas as suas particularidades locais, os países mencionados passavam, ao final da década de 1980, por graves problemas de dívidas públicas e fuga de capitais estrangeiros, conforme aponta Luiz Alberto Moniz Bandeira (2002). As soluções econômicas encontradas foram aquelas já formuladas na base do pensamento liberal – e expostas acima –, quais sejam: a definição do papel do Estado como desregulamentador, uma forte política de ajustes fiscais, o incentivo à ação desenfreada de agentes econômicos, a entrega de bens nacionais ao capital estrangeiro, a partir de privatizações e concessões, além de um desmonte do poder dos sindicatos.

Entretanto, nesse ponto, levanta-se a questão sobre como o neoliberalismo nos anos 1990 teria alcançado consenso de massas, em razão das regras democráticas. O raciocínio tem a ver, essencialmente, com o aprimoramento de uma concepção mínima de democracia. Aqui, estreitam-se os laços entre a democracia liberal e o neoliberalismo. Hayek, em “O Caminho da Servidão” (1987), formula críticas ao Estado de Bem-Estar Social da Europa e ao Estado Soviético. Essas críticas se direcionam ao fato de que uma democracia, nos termos liberais, deveria restringir-se a um método de escolha de governantes ou, no máximo, ser entendida nos limites dos seus arranjos institucionais. O liberalismo econômico guarda proximidade visível com o liberalismo democrático. No campo da ciência política mais ligado à defesa da democracia liberal, deve-se destacar Joseph Schumpeter, em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1942), para quem a democracia deve ser entendida na sua dimensão mais elitista, no sentido de que é possível falar em democracia quando se está diante do conjunto de procedimentos eleitorais que visam levar à escolha de representantes políticos. O pensamento schumpeteriano sobre a democracia liberal é da mesma natureza do pensamento de Hayek, formulador do neoliberalismo, para quem “aumenta cada vez a convicção de que, se quisermos resultados devemos libertar as autoridades responsáveis dos grilhões representados pelas normas democráticas” (Hayek, 1987, p. 81). Continua Hayek, “a democracia é, em sua essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual”.

Pensemos sobre as considerações de Hayek e sua relação com o pensamento liberal da ciência política dominante. Algumas expressões são de máxima importância: normas democráticas, meio e instrumento utilitário, por exemplo. No seio do pensamento neoliberal, o

regime democrático em nada guarda relação com um hipotético sistema no qual o poder pertence, essencialmente, ao povo. Nada mais natural a esse modo de pensar, que é resulta diretamente na divisão de classes. Também não compreende a democracia como a finalidade. A democracia, nos termos neoliberais, é um instrumento, como dito. Em um raciocínio simples, precisamos perguntar qual seria a real finalidade desse instrumento que responde pela alcunha de “democracia”. Tem-se, assim, a consideração de que a finalidade do “instrumento” democracia é a realização irrestrita do programa neoliberal, com suas propostas de Estado mínimo e ínfima ou nenhuma regulação das atividades dos agentes financeiros. Uma democracia nos termos da elite financeira. Uma democracia que se sustenta por eleições formais, mas que os métodos de escolha de governantes são métodos de mercado. Eleitores racionais enxergados como meros consumidores. Uma democracia despreocupada, portanto, das consequências sociais das omissões dos governos eleitos sobre as regras democráticas clássicas: eleições, representatividade, parlamentarismo, etc.

Acerca da relação simbiótica entre a filosofia neoliberal e o pensamento democrático liberal, trataremos mais à frente. Por ora, é suficiente estabelecer que, no contexto da década de 1990, o triunfo do neoliberalismo em países latino-americanos que superaram ditaduras militares e passaram a regimes democráticos deve-se, como fundamentado acima, ao fato de que a democracia liberal foi utilizada como um instrumento de propagação do capitalismo, na sua vertente neoliberal.

Desprovidos de políticas macroeconômicas (Fiori, 1997), os países periféricos da América Latina, nos anos 1990, adotaram políticas neoliberais no sentido de promoverem planos de estabilização econômica com maior valorização do câmbio, altas taxas de juros e abertura comercial. Não por acaso, o triunfo do neoliberalismo, na América Latina, nos anos 1990, trouxe consigo consequências sociais graves. Alguns números podem nos auxiliar a compreender a extensão da gravidade das políticas neoliberais na América Latina, nos anos 1990. A média da taxa de desemprego aberto na América Latina, naquela década, foi de 8,7%, sem prejuízo do fato de que, no final dos anos 1990, 11% dos trabalhadores latino-americanos não tinham emprego formal (Campos, 2017). Acerca da formalidade do emprego, é importante destacar que, a cada 20 milhões de empregos criados na década de 1990, na América Latina, 18 milhões correspondiam ao setor informal (CEPAL, 2000).

O compromisso irrefutável dos governos neoliberais latino-americanos dos anos 1990 com programas de privatização, como forma de reduzir o tamanho de Estado e fazê-lo cumprir sua função restrita no marco neoliberal, fez com que o capital estrangeiro, na sua forma

especulativa, avançasse sobre os países da região. O caso brasileiro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, é emblemático.

Não é demais estabelecer o fenômeno nos seus termos reais, o que exige que falemos em catástrofe social promovida pelo fortalecimento do neoliberalismo, nos países latino-americanos, nos 1990. A partir da contextualização feita, e observado os fundamentos do neoliberalismo, seria ingênuo pensar que a deterioração social promovida pelo programa neoliberal é acidental. Ou fruto de circunstâncias específicas, contornáveis com o passar do tempo. Essa deterioração é inerente à própria natureza do sistema. Se está se analisando um modelo econômico que pressupõe que o Estado deixe de lado políticas sociais e passe a desregular atividades financeiras de agentes econômicos que detêm a maior parcela do capital, seria impensável conceber que esse modelo possua algum tipo de sustentação social ou que, por ele mesmo, seja capaz de trazer benefícios à classe trabalhadoras e às massas sociais, em geral.

Tratar do neoliberalismo nos anos 2000 é tocar na caminhada do modelo rumo à crise capitalista de 2008. Antes de contextualizar, porém, é importante buscar uma categoria teórica que seja capaz de formular os termos da referida crise. Encontramos nas lições do italiano Antonio Gramsci o olhar mais apropriado sobre esse tipo específico de crise. Trata-se de uma crise orgânica do capitalismo. Para explicitar a noção de crise orgânica, é fundamental apresentar as seguintes lições de Gramsci:

Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção. Tem lugar uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Essa duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. (Gramsci, 2000. P. 37)

A duração excepcional de uma crise de natureza orgânica, na visão gramsciana, resulta da existência de contradições insanáveis na estrutura do sistema. Explicar a totalidade das contradições do capitalismo é tarefa demasiada ampla, que exige, no mínimo, um apanhado teórico sobre todo o histórico desse sistema. No entanto, é importante, por ora, apegar-se à ideia de “contradições insanáveis”. Significa, assim, a existência de uma série de condições de um mesmo sistema que se chocam entre si. O sistema, essencialmente contraditório, chega a um

estágio em que a tensão das contradições assume o seu lado mais agudo, a sua faceta mais escancarada. Um estado-limite, portanto.

A crise capitalista de 2008, em razão do seu poder extensivo a todos os setores da esfera social, política e econômica, não deve ser entendida apenas como uma crise conjuntural. É admissível, assim, que não se trate de uma crise de uma forma de capitalismo (Rojas, 2014), mas, fundamentalmente, de uma crise geral do capitalismo. Uma crise concebida e manifestada no setor que melhor representa o novo modo de acumulação de capital, levado a status máximo no neoliberalismo: o mercado financeiro.

Importante, ainda, estabelecermos a distinção entre crise de conjuntura e crise orgânica, para que seja possível delimitar melhor o campo de nossa análise sobre a crise capitalista de 2008. Sardo (apud Gomes e Rojas, 2017) distingue as duas categorias apontando que a crise orgânica possui, em relação à crise conjuntural, maior amplitude e profundidade. O conflito entre a classe dominante e as demais classes acirra-se a ponto de - na esfera da crise orgânica - atingir as instituições burguesas. Para Sardo, interpretando Gramsci, é fundamental compreender a crise orgânica como sendo aquela que é capaz de romper o bloco histórico vigente.

Tratar do modelo capitalista é tratar, em primeira medida, de crises. Não significa dizer que as crises no interior do capitalismo ocorram por meros acidentes conjunturais, como dito. A crise capitalista, que, em geral, exige dos seus defensores uma reinvenção no modo de produção e no modelo de acumulação, é inerente ao próprio modelo. Entretanto, há crises incapazes fazer com que se rompa o bloco histórico vigente, a exemplo da ocorrida no final dos anos 1990. Há crises, igualmente, que não são capazes de promover a deterioração das instituições, a ponto de incentivar a discussão sobre um novo modo de institucionalidade. São crises, como dito acima, de conjuntura. A crise orgânica é reflexo – e resultado direto – do acirramento profundo do conflito entre classe dominante e as demais frações de classe. É o caso de buscar explicar, desse ponto em diante, por que a crise capitalista de 2008 se enquadraria como sendo uma crise orgânica, nos termos de Gramsci.

Recobremos, de início, o surgimento e o estopim da crise de 2008. Múltiplas visões podem ser apresentadas sobre a crise que surgiu no setor imobiliário norte-americano, a depender do referencial daquele(a) que narra o ocorrido. Em todo caso, parece inevitável, nesse momento, admitir que a crise foi resultado direto da especulação financeira desenfreada por parte de agentes de investimentos norte-americanos, que caminhavam sem amarras pelos

porções da especulação, sem qualquer tipo de regulamentação efetiva que os impedisse, por exemplo, de auferirem lucros exorbitantes vendendo títulos de dívida pública norte-americana. Conforme ressaltado por Anderson (1995), o Estado neoliberal cumpre o papel da inação, quando se trata de regulamentar esses tipos de condutas. Seria contraditório supor, assim, que o próprio mercado financeiro se regulasse. Dada a ausência estatal – inerente ao neoliberalismo –, potencializa-se a crise capitalista, descontruindo o mito de que o mercado é capaz de regular a si mesmo.

Some-se a isso o estado de endividamento público da maioria dos países europeus, no contexto imediatamente anterior a 2008. Tem-se, então, uma conjuntura de crise econômica inevitável. Em 2007, os primeiros sinais de estagnação da economia norte-americana podiam ser sentidos. A *American Home Mortgage* solicitou concordata, ao passo que a *Countrywide Financial* foi adquirida pelo *Bank Of America*. Segue-se a isso quebra do banco *Lehman Brothers* e o prejuízo de 18 bilhões de dólares do *Citigroup*, em 2008. A intensidade da crise de 2008, em específico, resulta não apenas de fatores econômicos, mas, notadamente, sociais e políticos.

A brutal concentração de renda resultante de um modelo liberal que se sustentava na ideia de não tributar incisivamente a renda das parcelas mais ricas da população conduziu o mundo, de maneira geral, a um estado de desigualdade severo. As insatisfações populares contra as desigualdades sociais reverberaram-se no campo político. Entretanto, mesmo com a deflagração da crise capitalista de 2008, nenhuma saída para a crise foi formulada fora dos termos capitalistas e democráticos-liberais. Um dos mais emblemáticos problemas do capitalismo diz respeito ao fato de que as soluções para as crises no modelo de acumulação não envolvem a propositura de um outro modelo.

Por isso, afirma Rodrigo Dantas (2009) que a experiência histórica mostra que as saídas para as crises capitalistas envolvem, sem exceção, os seguintes elementos: (1) destruição de grande quantidade de forças produtivas, (2) conquista de novos mercados, e (3) exploração mais intensa dos antigos. Não se trata, em um cenário hipotético, de um reconhecimento, por parte das autoridades econômicas e políticas, dos erros cometido. Muito menos da propositura de um outro modelo. Trata-se da intensificação do mesmo modelo que gerou a crise. Não por outra razão, os três elementos acima citados foram utilizados como possíveis soluções para a crise capitalista de 2008.

Apesar de ter sido colocado, até aqui, que o modelo neoliberal se sustenta na ideia de redução do tamanho do Estado, é preciso ponderar criteriosamente sobre quão mínimo, de fato, é o Estado para os interesses dos neoliberais. Ao sufocar a ideia de que o Estado deve promover investimento público em programas sociais que visem reduzir desigualdades sociais, mesmo no marco de um sistema essencialmente desigual, os mandatários do liberalismo não reduzem, em si mesmo, o tamanho do Estado. Fazem, por outro lado, com que o Estado sirva aos interesses da especulação imobiliária e dos lobistas que lucram quando esse mesmo Estado intervêm para salvar o capitalismo de suas crises. Contraditoriamente a qualquer pensamento realmente liberal, foi o próprio Estado norte-americano que, após 2008, fez com que o sistema não fosse, definitivamente, à bancarrota. Além disso, como resume Motta:

O remédio de sempre já foi anunciado: FMI dobra limite de empréstimos para países mais pobres; Bird promete US\$ 35 bi para infraestrutura na América Latina; pacote de ajudas passam de US\$ 1 trilhão para salvar bancos com problemas; o setor automobilístico recebe ajuda de mais de US\$ 17 bilhões. (Motta, 2009, pp. 19-20)

É nesse ponto que, mais uma vez, é preciso insistir na relação entre política e economia. Entre a democracia liberal e o neoliberalismo, apenas para lançar luz a categorias mais específicas. Ao observar os Estados agindo intensamente para salvar bancos e setores capitalistas sufocados no horizonte de crise criada por eles mesmos, é fundamental recordar o que já dizia Hayek (1987), ao afirmar que a democracia liberal é um instrumento. O Estado liberal é o Estado capitalista burguês. Sobre tudo no momento de crise, a faceta instrumentalista da democracia liberal se revela. Com ela, o silêncio dos liberais sobre o fato de estarem sendo salvos, em seus negócios, por meio de atuações estatais e empréstimos públicos.

A apresentação das bases do neoliberalismo e do seu avanço histórico até a crise capitalista de 2008 é importante para que se possa ter, a partir desse ponto, um olhar mais claro sobre o estado atual das coisas. Tanto na dimensão econômica, como, sobretudo, nas dimensões política e social. O leitor ou a leitora crítica do presente trabalho pode argumentar, à primeira vista, que o debate sobre o neoliberalismo apenas poderia, quando muito, margear a questão política. É importante esclarecer que os movimentos na estrutura abalam as bases sociais da reprodução política (Rojas, 2014). Além disso, as medidas neoliberais guardam, em si, fortes componentes políticos. Não é outra a natureza, senão política, de medidas como cortes de programas sociais, privatizações, desvalorização da classe trabalhadora, ausência de

regulamentação sobre ações de agentes do mercado financeiro, etc. O conflito de interesses evidencia-se. O tempo econômico – não é demais assentar – é distinto do tempo político.

Por fim, a contextualização feita nesse primeiro tópico serve para que possamos estabelecer a crise orgânica do capitalismo, em 2008, como ponto de partida para análise dos eventos e fenômenos subsequentes. A partir do ocorrido em 2008, caminharemos rumo à análise, nos tópicos seguintes, das manifestações de massas contrárias ao status quo da institucionalidade democrática, da crise de representatividade, da conservação do projeto neoliberal por meio dos arranjos democráticos, do contexto de giro à direita na América Latina e, especificamente, no Brasil; e do estado de desamparo das massas excluídas das decisões políticas, no seio da democracia liberal.

2 PROTESTOS DAS MASSAS APÓS A CRISE DE 2008 E UMA NOÇÃO DE DESAMPARO COMO AFETO POLÍTICO CENTRAL DA ATUALIDADE

Há quem considere William Shakespeare um dos maiores gênios da humanidade, por uma gama de razões. Entre outras coisas, a sua técnica de composição dramática é de um refinamento que atravessa o tempo. Mais do que isso, Shakespeare é daqueles escritores que, nas suas obras – a exemplo de “Hamlet”, “Ricardo III”, “Macbeth”, “Otelo”, “Rei Lear” e tantas outras –, foi capaz de tratar dos mais aprofundados sentimentos humanos, alcançar o núcleo da subjetividade humana e trabalhá-la na sua dimensão mais poética. Não há um tema universal do ser humano que, de alguma forma, não tenha sido tratado no teatro shakespeariano. O poder, a loucura, o amor, a inveja, a ambição, a traição, o ciúme são alguns dos exemplos. Ao tratar de sentimentos universais dos seres humanos, Shakespeare protege a sua obra do esquecimento. Tanto que o seu sucesso estrondoso dura até a atualidade e, enquanto o ser humano não trair a si mesmo, durará sempre.

O drama histórico “Ricardo II”, provavelmente escrito em 1595, narra o fim do governo de um rei, com sua morte, ao final. A queda de rei se deve, na peça shakespeariana, à sua imensa impopularidade, uma vez que o monarca teria destruído a economia do país com gastos absurdos, tentando suprir o rompo com aumento de impostos. Antes de cair, Ricardo II, o rei, temia a volta de Henrique Bolingbroke, seu primo, que havia sido exilado, sob suspeita de traição. Diz Ricardo II: “Parece que a Inglaterra é dele, que o tinham como única esperança. Gostaria de exilar, também, essa afeição” (Shakespeare, 2002, p. 87). Consciente da sua enorme impopularidade, Ricardo II, diante da possibilidade de volta do seu primo exilado, deseja exilar, desesperadamente, a afeição que a população tinha por Henrique Bolingbroke.

Diante da obscuridade no horizonte do governo de Ricardo II, seus aliados decidem trair-lo e apoiar Bolingbroke. Um dos aliados diz a Bolingbroke, a certa altura da peça: “Não podemos continuar aceitando passivamente o naufrágio de nosso país. Talvez nossas esperanças estejam perto” (Shakespeare, 2002, p. 95). Diante da morte do seu governo, Ricardo II tem, ainda, de escutar de seu tio, o duque de Lancaster, o seguinte: “Eu o vejo doente. Seu leito de morte é o seu Estado, e sua reputação também se encontra adoecida” (Shakespeare, 2002, p. 121).

Shakespeare aborda a confiança desenfreada de Ricardo II em si mesmo. Uma desconfiança que o faz acreditar que ele mesmo seja absolutamente inabalável. Entretanto – e aqui se revela a genialidade de Shakespeare ao tratar das contradições humanas –, Ricardo II,

tomado por uma paralisia que somente a literatura mais alta é capaz de descrever, é absolutamente incapaz de agir diante da crise econômica que o seu reinado gerou no país. A soma de prepotência pessoal e completa irresponsabilidade pública faz com que seu prestígio perante a população caia por terra, e se sigam a sua deposição e morte. A história da política é uma tragédia, na visão shakespeariana. Como diz Chaia, na obra “Arte e Política” (2007), “os homens são simples atores ou sombras, que passam pelo palco político, enquanto o poder continua em cena” (2007, p. 89).

Nada mais emblemático do que considerar a somatória de presunção pessoal com irresponsabilidade pública – colocada pela maestria literária de Shakespeare, séculos atrás -, como definidora dos comportamentos dos governos neoliberais diante da crise capitalista de 2008. O mesmo vale para os agentes do mercado financeiro que, com suas especulações financeiras desprovidas de regulamentação, geraram a referida crise.

Este capítulo irá girar em torno do cenário de crise neoliberal, crise da democracia liberal e os fenômenos da “pós-política” e de “inflexão democrática”, após 2008. Discutiremos os movimentos de massa que ganharam força, contrários aos arranjos democráticos liberais, com suporte na literatura de Slavoj Žižek, especialmente em obras como “Em Defesa das Causas Peridas” (2011), “O Ano em que Sonhamos Perigosamente” (2012) e “Violência” (2014). Sobre o caso brasileiro, discutiremos a atuação do Judiciário no golpe de 2016 contra o governo Dilma Rousseff e a eleição do direitista Jair Bolsonaro. Buscando entender o fenômeno político a partir de uma visão de totalidade, discutiremos como o desamparo é o afeto político central nesse contexto de crise, a partir da obra “O Circuito dos Afetos” (2015), de Vladimir Safatle.

Começemos pelo debate sobre a política predominante, na atualidade, com a conjuntura de crise orgânica do capitalismo. Para Žižek (2014), é possível identificar um fenômeno que se expressa pelo termo “biopolítica pós-política”. Para o filósofo esloveno, há uma dose de ironia na racionalidade, que precisa ser ressaltada, em qualquer reflexão sobre o fenômeno político. A pós-política, assim, seria aquela que se constitui na ideia de superação dos velhos embates ideológicos (Žižek, 2014). Apresentando-se como neutra, essa modalidade política pretende não apenas preencher as lacunas parlamentaristas, como desenvolver a cultura, no interior da sociedade, de que as mazelas da política decorrem do acirramento dos embates ideológicos. Para desfazê-las, portanto, seria necessário superar o choque ideológico, estabelecendo um modelo de ação política, nas palavras de Žižek (2014), que concentre seus esforços na administração dos bens públicos, do Estado e da própria vida.

A leitura de Zizek sobre a realidade política pode ser feita observando o modo como neoliberalismo e a democracia se aproximam, visando superarem suas crises. No contexto da “biopolítica pós-política”, a finalidade das atividades dos representantes eleitos diz respeito ao gerenciamento do Estado, a partir de princípios da administração de negócios. Em outros termos, faz com que se exalte não o político, mas aquele que assume o perfil de líder gerencial e se apresenta como “novo político”. Essa discussão deve ser feita, também, levando em consideração o pensamento Foucault, que dizia, já em “Nascimento da Biopolítica” (2008), que a biopolítica como controle das formas de vidas possíveis decorre, exatamente, do neoliberalismo. É necessário, segundo o pensamento foucaultiano, pensar o neoliberalismo não apenas como o programa econômico, unicamente, mas como um política de sociedade. Desse modo:

O neoliberalismo, o governo liberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Ele não tem de constituir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos. Ele tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura. No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores [...] não é o governo econômico, é um governo de sociedade. (Foucault, 2008, p. 199)

A administração neoliberal das possibilidades encerradas no âmbito institucional pertence a um campo. A política, propriamente, nos termos apresentados anteriormente por Badiou (1999a), pertence a outro. Há uma confusão - incentivada pelo discurso predominante na Academia e na mídia corporativa - que tende a vender a ideia de que a “nova política” seria a verdadeira política. O anseio pela superação das ideologias se justifica pela necessidade de imposição, através de uma forjada neutralidade, de uma velha ideologia que há séculos estabelece quem domina e quem é dominado. Esse anseio, também, não poderia deixar de ser fruto direto do que se costuma considerar como “crise de representatividade”.

Há sempre um tom rejuvenescente nos discursos dos apoiadores da superação das ideologias. Uma vã ilusão de que, superadas os acirramentos ideológicos, o mundo se converteria em uma espécie de campo harmônico, com todas as suas novas possibilidades de diálogo, cooperação e justiça. Um mundo com governos liderados por gestores, muito mais interessados no gerenciamento técnico da máquina administrativa estatal, do que por discussões de menor importância, resultantes dos embates ideológicos. Esse primado da gestão que propõe

anular o conflito não é outra coisa, senão uma nova roupagem para a defesa do consenso. Sabemos, como foi discutido no capítulo anterior, quem são os verdadeiros determinadores das regras desse consenso. É desse modo que compreende Zizek o fenômeno atual da pós-política:

Quando se renuncia às grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida... ou quase apenas isso. O que significa que, com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas que é através do medo, um elemento que constitui de modo racional a subjetividade nos dias de hoje. (Zizek, 2017, online)

A partir dos dizeres de Zizek, não é incongruente afirmar que há um forte grau despolitizante no fenômeno da pós-política. Trata-se da defesa do encerramento do conflito ideológico, em prol de uma gestão liberal que, em si, nada guarda do político. Uma renúncia, portanto, à política na sua dimensão mais essencial, ou seja, conflituosa. A eliminação do conflito, não é demais lembrar, somente serve à disseminação totalizante das ideias daqueles que se entendem vencedores. Aceitar a política no seu caráter despolitizante é aceitar que o modo neoliberal de conceber a economia é um fato dado e inquestionável. Que a necessidade de corte de gastos social é um dado do estado de coisas objetivo, como diz Zizek (1999), em *“Dije Economía política, estúpido”*. Consideramos como despolitizante, também, a expressão ideológica de aplicar as mesmas lógicas política e econômica a todos os países. A despolitização é uma plataforma ideológica, cujo cinismo está no fato de propor alternância, sem considerar a existência de reais alternativas.

Desse modo é que podemos pensar na biopolítica, inserida no marco da pós-política. Há uma sobreposição das duas dimensões. Ora, uma vez esvaziado o caráter político pela superação dos embates ideológicos, é preciso que haja a presença de algum elemento capaz de regular a vida social e mobilizar as pessoas. É preciso encontrar, nessa conjuntura, uma maneira de introduzir paixão nesse campo de racionalidade. É desse modo que Zizek (2009, p. 39) se propõe a pensar que a biopolítica “designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas”. A mobilização ativa das pessoas, no contexto da política da atualidade, dá-se através do medo, “um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje” (Zizek, 2009, p. 39). Afirma, ainda, que “por isso, a biopolítica é em última instância

uma política do medo que se centra na defesa contra o assédio ou a vitimização potenciais”. (Zizek, 2009, p. 39)

Importante ter em vista que o neoliberalismo impõe a necessidade de gerenciamento individual da própria vida. Impõe a condição de proprietários às cidadãs e cidadãos. O medo da perda da propriedade, como perda da própria condição de cidadania, é um fenômeno que exige que se pense sobre ele. Bem como o medo nas suas mais variadas dimensões: “medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio” (Zizek, 2009, p. 40). É preciso que o medo seja constituído, gerido e disseminado, e seria ingênuo supor que o medo, enquanto elemento fundamental da mobilização no marco do capitalismo global e das formas democráticas institucionalizadas, ocorra por acaso. Há uma forte carga ideológica no medo que se constitui no marco da biopolítica. Entretanto, pensar sobre esse medo é pensa-lo não apenas como elemento mobilizador, mas, essencialmente, pensa-lo como elemento paralisante. Uma paralisação corrosiva, que se intensifica à medida que a vida coletiva vai se constituindo em um permanente estado de medo, nas pessoas, em não quitar os juros estrondosos das dívidas com as instituições financeiras, o medo a tudo aquilo que lhe parece estranho e ameaçador, o medo às formas de constituição de família fora da estrutura burguesa heterossexual, aos novos discursos que impõe a superação do patriarcado, o medo às guerras nucleares, o medo diante da possibilidade mínima de chegada de uma nova ordem, o medo diante da face opressiva do Estado e suas leis. Na linha do que tem sido afirmado por Zizek:

Não é difícil reconhecer que, atualmente, o afeto político que sustenta a adesão coletiva aos ideais civilizatórios e a aquiescência individual à norma social é o medo. É o medo que surge hoje como o afeto que mobiliza os vínculos sociais. O medo é esse núcleo fantasmático responsável [...] pela formação de uma unidade coletiva. (Neves, 2018, p. 230)

A despeito de se tratar de um afeto inserido no marco da biopolítica, não se pode esquecer que o medo é uma das justificativas mais elementares para a própria existência dos governos, na linha do pensamento hobbesiano, e, por isso, “o medo teria a força de estabilizar as sociedades, paralisar o movimento e bloquear o excesso de paixões” (Safatle, 2015, p. 56). Chamemos a atenção para três expressões muito emblemáticas, usadas por Safatle: “estabilizar”, “paralisar”, “bloquear”. Sustentamos, acima, que o medo enquanto afeto

mobilizador não acarreta a emancipação das massas. O medo paralisa, põe as coisas nos limites da ordem e do rigor, faz recuar. Daí a se pensar que, se não pelo medo, que outro afeto serviria de instrumento à estrutura dominante? É preciso impor a domesticação e enrijecer as ações políticas disruptivas. Eis a razão do medo. Não se pode pensar a ideia de Estado sem pensarna ideia de controle: essa condição que legitima a sua soberania e põe os governados na posição de controlados.

Pensemos, então, na relação entre medo e subserviência coletiva. Se, pelo medo, o Estado atual faz com que os indivíduos se submetam às burocracias das normas sociais – que são construídas levando em conta a ideologia dominante –, é de se considerar que esse medo impõe, inevitavelmente, o estado de subserviência perante os governos. Há qualquer coisa de muito profundo na aparente superficialidade da frase, repetida pelo senso comum, de que “política não deve ser discutida”. Negar-se à discussão política é reconhecer que a política – ou que se entenda por isso – somente pode ser feita por aqueles que são gabaritados para exercê-la: os representantes eleitos. Renunciar à discussão política é, desse modo, entrega-la àqueles que podem ou sabem discuti-la. Essa renúncia e essa entrega, em nenhuma forma, é acidental. É necessário que essa cultura de subserviência seja disseminada, e não é demais pensar que essa disseminação se dê, justamente, por aquela fração de classe completamente interessada, tanto na renúncia, quanto na entrega. “Dê-me a política, reconheça que você não pode discuti-la, para que eu faça uso dela aos meus moldes e pelos meus interesses”.

Adiante, discutiremos, no marco da “biopolítica pós-política”, a relação entre o medo e ascensão da extrema direita. Por ora, é preciso adiantar que a disseminação do medo se dá pela construção do inimigo. O inimigo, na atualidade, pode ser externo ou interno. Nos contextos dos Estados Unidos e da Europa, é razoável pensar que o inimigo é externo. O imigrante, aquele que virá e fora de tomará os empregos dos norte-americanos e dos europeus, os latinos e seus modos pouco civilizados, a China e sua produtividade incansável. No contexto brasileiro, é possível pensar que, sem prejuízo dos inimigos externos, há o inimigo interno. O inimigo que a sociedade branca, patriarcal e escravocrata sempre renegou. O inimigo como sendo a comunidade negra, os despossuídos, os movimentos favoráveis à reforma agrária, a comunidade LGBTQ, os(as) entusiastas da legalização do aborto e da maconha e, mais recentemente ainda, os artistas, a intelectualidade e a comunidade acadêmica e educacional.

Ainda sobre a questão da pós-política, lancemos mão de dois exemplos, para que possamos dar mais clareza à compreensão sobre o caráter despolitizante do fenômeno. Utilizar exemplos para que se possa compreender teorias é sempre arriscado, uma vez que, qualquer

teoria que se desenvolve, se propõe a teorizar sobre algo. De um modo ou de outro, qualquer teoria apresentada neste trabalho diz respeito a um olhar sobre a prática da política. A princípio, exemplos sequer deveriam ser necessários: a teoria já teoria sobre algo do mundo empírico. Em todo caso, porém, os exemplos a seguir poderão bem ilustrar o fenômeno. Os dois dizem respeito ao sistema democrático brasileiro, no contexto específico da legislatura iniciada em 2019.

O primeiro deles é o da deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP). Com um discurso de defesa melhoria da gestão pública e da educação do país, Tabata Amaral foi eleita, em 2018, para ocupar o cargo de deputada na Câmara dos Deputados com 264.450 votos (Folha, 2018). No dia seguinte à sua eleição, declarou ao jornal Folha de S. Paulo, “meu desafio vai ser ir além dessa polarização, conversar com todos no Congresso – a direita e a esquerda – e com a sociedade civil. Esse Congresso polarizado reflete a sociedade brasileira e não podemos ignorar isso”. (Folha, 2018, online). Tendo sido eleita em um país descrente, em absoluto, das suas autoridades parlamentares, o discurso de Tabata, uma parlamentar jovem e nascida na periferia de São Paulo, encaixava-se de maneira distintamente agradável aos ouvidos dos eleitores insatisfeitos.

Uma vez que assumiu o mandato de deputada federal, Tabata Amaral, ainda insistindo na necessidade de superação da “grande polarização” do Congresso brasileiro, afirmou ser a favor da aprovação da reforma de previdência, uma medida tipicamente neoliberal debatida como questão de primeira urgência no país (Exame, 2019). Apresentando-se como progressista, Tabata afirmou sentir “uma tristeza muito grande” ao ver que os deputados do seu partido – ironicamente, o Partido Democrata Trabalhista – não pretendiam apoiar a reforma da previdência.

Na defesa incansável da necessidade de renovação política, Tabata defende o seu apego ao consenso, criticando aquelas e aqueles que, segundo a deputada, tentam “rotulá-la”. Assim, afirmou que “a pergunta sobre ser de esquerda ou direita me acompanha há um bom tempo. Dizer que estes são termos cunhados há mais de 200 anos que, sozinhos, não podem explicar o mundo de hoje, e que me considero progressista nunca é suficiente”. (Folha, 2019, online). Nesse tom, continua: “A renovação política não pode ser apenas uma mudança de nomes, ela deve ser também uma mudança de práticas e ideias, para além da polarização. Então, progressistas, uni-vos”. (Folha, 2019, online)

Considerando a pós-política como um fenômeno que se constitui (i) pela defesa da superação dos embates ideológicos, e (ii) pela imposição, através da forjada neutralidade, do fazer político como uma administração gerencial do aparelho estatal, é possível observar, até agora, no discurso e na prática da deputada Tabata Amaral, a presença do primeiro elemento. Quanto ao segundo, uma breve análise da sua formação pode ajudar a explicar.

A deputada federal Tabata Amaral é formada em Harvard, o prestigioso centro de formação de lideranças capitalistas. Não por acaso, o financiamento do seu estudo veio da não menos liberal e elitista Fundação Estudar (Esquerda Diário, 2019), formada, basicamente, por Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles, três dos empresários mais ricos do Brasil, que se orgulham de praticarem, sob a nomenclatura de “choque de gestão”, a demissão em massa de trabalhadores, quando fazem aquisições de empresas. A Fundação Estudar, criada nos anos 1990, disponibiliza bolsas de estudos em universidades ao redor do mundo, visando criar “oportunidades para gente boa agir grande e transformar o Brasil”¹. Um dos seus valores, aliás, é o “protagonismo”, que a própria instituição define como sendo “liderar pelo exemplo, propondo caminhos e assumindo responsabilidade pelo seu destino sem culpar terceiros. Conquistar e cumprir seus objetivos pelo próprio esforço”².

Não é preciso uma imersão teórica profunda para se perceber a vitrine neoliberal que não apenas a Fundação Estudar, mas que institutos da mesma natureza costumam ser. Propor a conquista dos objetivos individuais não é outra coisa, senão impor a filosofia liberal da meritocracia, uma discurso que, por si só, é um contrassenso completo. Não estranha, assim, que Tabata Amaral, apresentando-se como “progressista”, defenda o consenso com os setores financeiros em nome da aprovação da reforma da previdência. Trata-se de um caso emblemático do fenômeno da pós-política, na sua dimensão despolitizante e com o discurso interiorizado que nunca revela, ou seja, o de que a superação dos embates ideológicos é um instrumento para promoção do modo gerencial de fazer política e impor uma ideologia dominante – “se é que isso” (apenas para usar a expressão foucaultiana que traremos mais à frente – pode ser chamado de política.

O segundo exemplo da materialização do fenômeno da pós-política, em seu caráter despolitizante, no Brasil, refere-se ao campo partidário. Desse modo, tratemos do partido “NOVO”. Surgido em 2011, o partido NOVO cresceu com a proposta de reunir cidadãos – nas

¹ Disponível em: <https://www.estudar.org.br/>. Acesso em 09 de julho de 2019.

² Op. Cit.

palavras do diretório do partido – “insatisfeitos com o montante de impostos pagos e a qualidade dos serviços públicos recebidos”³. Abertamente liberal – ao menos no discurso, o partido NOVO, cuja figura máxima é João Amoêdo – candidato à Presidência da República, no Brasil, nas eleições de 2018 -, orgulha-se de defender uma diminuição do tamanho do Estado, a partir de concessões e privatizações. Até aqui, nada de novo – com o perdão do trocadilho – em relação aos demais partidos liberais, que repetem os chavões neoliberais de necessidade de diminuição do Estado, “choque de gestão pública” e outras terminologias da mesma natureza. Curiosamente, o partido é contrário aquilo que chama de acirramento ideológico no Brasil. Amoêdo, aliás, defende não apenas o fim da intervenção do Estado brasileiro na economia, como o fim de qualquer uma das empresas públicas existentes no Brasil, na atualidade, a exemplo da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil (BBC, 2018). Mais curiosamente ainda, na sua peculiar defesa da diminuição do Estado para que seja possível, nas suas palavras, “dar mais protagonismo ao cidadão” (BBC, 2018, online), Amoêdo não é, exatamente, favorável à taxaçaõ das grandes fortunas. Quando perguntado sobre a necessidade de taxar as fortunas dos mais ricos – uma medida, aliás, prevista desde 1988 na Constituição brasileira, mas nunca tornada real pelo parlamento reformista do país -, Amoêdo responde: “eu não gosto muito da ideia, porque todos os países que foram crescendo muito essa taxaçaõ acabaram por levar o empreendedor pra fora” (BBC, 2018, online). Até aqui, mais uma vez, nenhuma grande novidade em relação ao modo liberal de pensar, com defensores se intitulando empreendedores e negando o papel estatal.

Apresentando-se como um partido feito por cidadãos – “gente comum”, nas palavras do seu diretório -, o partido NOVO silencia quanto a se posicionar ideologicamente, em uma postura de negação dos embates ideológicos. Como que dizendo “não somos a favor da política, somos a favor do cidadão”, assume para si a necessidade de desconstituição do que entenderia por classe política tradicional, sendo necessário que, nos novos quadros partidários e representativos, esteja “gente disposta a arregaçar as mangas e trabalhar, com métodos geracionais”. Amoêdo, seu representante maior, costuma explicitar uma visão bastante peculiar sobre o que seria desigualdade social e qual o seu método para combatê-la. Ao estilo do icônico Pobre Tom, personagem shakespeariano que, na obra “Rei Lear”, se faz de louco para confundir a corte e jamais revelar a sua identidade, Amoêdo diz: “o que queremos: combater a pobreza e não necessariamente a desigualdade. Somos, felizmente, diferentes por natureza. O combate à

³ Disponível em: <https://novo.org.br/>. Acesso de 10 de julho de 2019.

pobreza de (sic) faz com o crescimento e com a criação de riqueza, e não com a sua distribuição” (The Intercept Brasil, 2018).

Ironicamente, a felicidade de João Amoêdo ao reconhecer que “somos diferentes por natureza” parece decorrer da sua posição nesse quadro de diferença. Amoêdo, ex-diretor financeiro do banco BBA Creditanstalt e vice-presidente do Conselho Administrativo do Banco Itaú/Unibanco, possui uma fortuna estimada em R\$ 445 milhões (Esquerda Diário, 2018). Não por acaso, o seu partido NOVO, que prega a necessidade de superação dos embates ideológicos, defende, na legislatura iniciada em 2019, a necessidade urgente de aprovação de reforma de Previdência, entendendo-a como “a proposta mais importante para o equilíbrio financeiro do país”⁴

Foucault e Zizek, como apresentamos, já se debruçavam sobre a máscara que se revela em propostas despolitizantes, no marco do fenômeno da pós-política. Os exemplos acima são típicos do neoliberalismo não apenas porque, no final das contas, defendem a imposição da economia de mercado sobre o modo de fazer política e de se pensar a sociedade, mas porque, sobretudo, revelam o que verdadeiramente consiste o neoliberalismo: um novo liberalismo que, substancialmente, nada tem de novo.

Tomando como ponto de partida as lições de Zizek e de Foucault, é possível pensar como o neoliberalismo não apenas determina a pauta política, a nível institucional, mas como determina as próprias formas de vida. Para essa segunda determinação, faz uso de princípios caros a si: a ideia de concorrência, o forte apego ao individualismo, a noção de que toda responsabilidade sobre os caminhos da vida humana é individual, a dicotomia sucesso e fracasso e a necessidade de gerenciamento do Estado, da sociedade e da vida individual.

É possível identificar três dimensões do neoliberalismo, segundo o pensamento foucaultiano. Do ponto de vista econômico, “nada mais que a reativação de velhas teorias econômicas já surradas” (Foucault, 2008, p.179). Do ponto de vista sociológico, “nada mais que aquilo através do que passa a instauração, na sociedade, de relações estritamente mercantis” (Foucault, 2008, p. 179). Por fim, do ponto de vista político, o neoliberalismo “nada mais é que uma cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado, intervenção tanto mais pesada quanto mais insidiosa e quanto mais se mascarar sob o aspecto de um neoliberalismo” (Foucault, 2008, pp.179-180). A pergunta que se coloca, nesse ponto, é sobre se o neoliberalismo, em qualquer das suas dimensões, seria uma outra forma de imposição do

⁴ Disponível em: <https://novo.org.br/a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

pensamento liberal já tão conhecido. Continua Foucault (2008, p. 180), afirmando que o neoliberalismo é “nada mais que a mesma coisa de sempre, e a mesma coisa de sempre piorada”. Do ponto de vista econômico, considerando-o como a mesma coisa de sempre piorada, o neoliberalismo seria “Adam Smith apenas um pouco reativado” (2008, p. 180). Do ponto de vista social, “a sociedade mercantil, a mesma que o livro I do Capital havia decodificado, denunciado” (2008, p. 180). Do ponto de vista político, por fim, para Foucault (2008, p. 180), “a generalização do poder de Estado”.

Há uma caracterização importante sobre o neoliberalismo, no que se refere à política social. Lembremos que o neoliberalismo defendido por Hayek (1987) é aquele que surge na ânsia de superação do modelo keynesiano. Liberal em todas as suas dimensões, propõe que o Estado deixe de regular determinadas ações de agentes econômicos e não invista na tributação das rendas da parcela mais rica da população. Ora, se o neoliberalismo propõe encerrar um dos únicos canais de distribuição de renda dos governos liberais – a tributação da renda dos mais ricos –, é de se perguntar, nesse ponto, como esse programa pretende incentivar o consumo. Para essa questão, Foucault apresenta respostas que auxiliam a compreender a dimensão social – mínima – que o neoliberalismo tem. Para ele, a política social do neoliberalismo – “se é que podemos chamar isso de política social” (Foucault, 2008, p. 197) – seria:

[...] uma privatização, isto é, não se vai pedir à sociedade inteira para garantir os indivíduos contra os riscos [...] Vai-se pedir à sociedade, ou antes, à economia simplesmente para fazer que todo indivíduo tenha rendimentos suficientemente elevados de modo que possa, seja diretamente e a título individual, seja pela intermediação coletiva das sociedades de ajuda mútua, se garantir por si mesmo contra os riscos que existem, ou também contra os riscos da existência, ou também contra essa fatalidade da existência que são a velhice e a morte, a partir do que constitui sua própria reserva privada. Ou seja, a política social deverá ser uma política que terá por instrumento, não a transferência de uma parte da renda ao outro, mas a capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais, que terá por instrumento o seguro individual e mútuo, que terá por instrumento enfim a propriedade privada. (Foucault, 2008, p. 197)

É a partir desse entendimento que podemos enxergar os efeitos do neoliberalismo na esfera social, promovendo aquilo que Zizek (2013) chama de “capitalização da vida”, no ensaio “Problemas no Paraíso”, contido na obra “Cidades Rebeldes”. Ou seja, um modo de vida baseado na capitalização da própria existência, efeito de um sistema que, não dispondo de nenhum mecanismo de distribuição de renda – uma vez que foi elaborado, justamente, para

romper com um modelo mais distributivo -, defende a rentabilidade máxima possível aos indivíduos, para que estes, por suas próprias contas, tenham que lidar com os riscos inerentes à vida social. No final das contas, trata-se de uma consagração da propriedade privada. Trata-se da aquisição da propriedade privada como aquisição da própria vida, algo quase idêntico ao pensamento liberal clássico. “Já que o Estado não lhe fornecerá nada, é preciso que você, indivíduo, seja proprietário e assuma os riscos da inação estatal”.

O modo pelo qual o neoliberalismo monta suas entranhas no meio do tecido social não é apenas pela renda, entretanto. É possível identificar o desenvolvimento de uma cultura neoliberal, baseada, fundamentalmente, no individualismo e na noção de concorrência. Algo que Foucault (2008) categoriza como “sociedade mercantil”. Uma sociedade, assim, “na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca de mercadorias quanto os mecanismos da concorrência” (Foucault, 2008, p. 201). Há um elemento normativo na lógica da concorrência, que se expressa como sendo uma regra silenciosa que impõe profundas transformações nas relações humanas. É o caso das relações de amizade que deixam de responder por essa nomenclatura e passam a ser entendida como relação entre concorrentes. Bem como o caso das relações afetivas-amorosas que, nessa dimensão, perdem a ideia básica de troca de afeto para se tornarem relações de concorrência e dominação econômica. Na mesma esteira, as relações intelectuais, consagradas, nos moldes do mecanismo concorrencial, ao estilo das universidades norte-americanas com seus *rankings* que separam os melhores dos piores alunos. Nem mesmo o campo artístico pode passar imune à lógica concorrencial imposta pelo neoliberalismo, bastando ver o modo de operação da indústria da música hoje, que produz executores de músicas como que em larga escala, puro e simples produto para consumo imediato, sem qualquer substrato, fundamentalmente, artístico: servindo apenas à reprodução da lógica do consumo.

Impossível não pensar esse fenômeno como estando inserido em um fenômeno ainda mais amplo: as transformações do capitalismo global e a mudança no seu modo de hegemonia. Pensemos, em primeiro lugar, sobre a hegemonia do capitalismo, levando em consideração duas inquietações: (i) a globalização, na forma que assumiu a partir do início de 1990, transferiu para outras estruturas – para além dos Estados nacionais – o poder de determinar a dinâmica do sistema mundial? E (2) ainda é possível construir movimentos contrários ao sistema hegemônico, ou que nos resta é a resignação ou, quando muito, a defesa contra a completa deterioração promovida pelo neoliberalismo? Para expressar teoricamente essas inquietações,

lançaremos mão de algumas passagens contidas na obra “Caos e Governabilidade No Moderno Sistema Mundial” (2001), de Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver.

Na introdução da obra, Arrighi e Silver (2001), citando Immanuel Wallerstein (1995) ponderam que o final da década de 1980 apresentou ao mundo a escalada da desordem auto-reforçada das duas décadas anteriores. Tal desordem teria sido uma forma de caos sistêmico, causada “pelo fato de as contradições [do mundo capitalista] haverem chegado a um ponto em que nenhum dos mecanismos voltados para restabelecer o funcionamento normal do sistema consegue mais funcionar a contento” (Wallerstein, 1995, p. 268 apud Arrighi e Silver, 2001, pp 11-12). Teria o final do século XX, desse modo, mostrado ao mundo a vitória definitiva do capitalismo e da democracia liberal, como teria dito o ferrenho liberal Francis Fukuyama, ao dizer que “a democracia liberal permanece como a única aspiração coerente que abrange regiões e culturas diferentes em todo o planeta” (Fukuyama, 1992, p. 46 apud Arrighi e Silver, 2001, p. 12)? O ponto-chave parece ser a noção de que, após a corrosão do Estado soviético, no final da década de 1980, não apenas o liberalismo e a democracia liberal se apresentaram como formas vencedoras, mas como as únicas e absolutas possibilidades econômicas e políticas, capazes de suprir a infinidade de demandas e anseios, de abarcar as mais díspares culturas e valores, e de determinar a ordem do mundo. Nada, em nenhum aspecto, poderia passar imune a isso. Uma democracia liberal capaz de salvar o mundo – e não há ironia em utilizar a expressão “salvar” – de toda e qualquer ameaça autoritária e comunista, de dar ao mundo toda gama de possibilidades de expressão de ideias, de pluralismo político, de competitividade eleitoral, de tolerância, multiculturalismo, etc. Um capitalismo capaz de salvar o mundo do terror autoritário do Estado soviético, de construir um exército interminável de indivíduos ansioso pela aquisição da propriedade privada, de disseminar o discurso de que tudo aquilo que vem do Estado é ineficiente, burocrático, corrupto imprestável.

Há um ponto fundamental – e isso não é negado nem mesmo pelo próprio capitalismo hegemônico. O ponto é o seguinte: há um semblante em jogo. O semblante do capitalismo está no fato de que ele nem mesmo é gerenciado pelos Estados nacionais. Que organizações políticas e econômicas supranacionais determinam a pauta do capitalismo. Insistimos na ideia de que é aqui que se encontra o semblante do sistema. Porque a verdadeira face está onde sempre esteve: são os Estados nacionais – os países capitalistas avançados – que, ao fim e ao cabo, continuam determinando as pautas. É no contexto de globalização que as relações entre agências privadas e Estados capitalistas se dão da seguinte forma:

Na situação emergente, as agências privadas de avaliação de crédito, como a Moody's Investors Services, exercem uma influência que alguns comentaristas compara à das superpotências militares. [...] A tese da globalização, que afirma a perda geral de poder dos Estados diante de forças econômicas não territoriais, supranacionais ou transnacionais, não deixou de ser contestada, mesmo em suas formas menos exageradas. Poucos questionam a magnitude e velocidade crescentes dos fluxos de capital que atravessam as fronteiras nacionais. No entanto, muitos questionam a ideia de que esse aumento constitui um fenômeno qualitativamente novo ou irreversível nas relações Estado-capital. (Arrighi e Silver, 2001, p. 17)

A partir da leitura de Arrighi e Silver (2001), há três considerações que podem ser feitas sobre a dimensão hegemônica do capitalismo após a derrocada da União Soviética. Em primeiro lugar, que não podemos perder de vista que o neoliberalismo é, ao fim e ao cabo, o velho liberalismo de sempre. Dessa forma, não há grandes novidades na relação entre o capital e o Estado moderno. Apesar de que “os Estados Unidos podem destruir um país, arrasando-o com bombas; a Moody's também pode destruir um país, baixando o valor de seus títulos” (Friedman, 1996, p. 282 apud Arrighi e Silver, 2001, p. 17), é preciso recobrar que a democracia liberal é um instrumento do neoliberalismo. O poder do Estado moderno é o poder do capital, no final das contas. Que vã ilusão seria pensar que a “sociedade global aberta”, pretensamente aberta à circulação de mercadorias e pessoas pelo mundo, defensora do multiculturalismo e das diferenças culturais, forjada pelo discurso liberal, não se converteria na sociedade global atual, comandada por figuras como Donald Trump, por exemplo. Peguemos o exemplo de um dos símbolos máximos da especulação financeira mundial, o investidor húngaro George Soros. Aliás, apenas a título de curiosidade, Soros possui uma fundação intitulada “Open Democracy”, que faz brilhar os olhos dos cientistas políticos defensores da democracia liberdade. Dizia Soros, já em 1997:

Nossa sociedade global aberta carece das instituições e mecanismos necessários para sua preservação, mas não há vontade política que as faça existir. A culpa disso, a meu ver, é de uma atitude vigente que afirma que a busca irrestrita dos interesses pessoais acarretará em um eventual equilíbrio internacional (...) Do modo como estão as coisas, não é preciso muita imaginação para perceber que a sociedade global aberta, que hoje vigora, tende a revelar-se um fenômeno temporário. (Soros, 1997, pp. 53-54 apud Arrighi e Silve, 2001, p. 19)

Diversos entusiastas do mercado financeiro, leitores de publicações como *Forbes* ou *Financial Times*, costumam se referir a Soros como um visionário (basta recobrar o exemplo

icônico da sua aposta contra a libra, em 1992, na qual ganhou – na contramão de todo o mercado financeiro -, em uma só aposta, mais um bilhão de libras). A passagem acima, ironicamente, parece confirmar um certo tom visionário nas suas palavras, o que, evidentemente, não se dá à toa. O individualismo desenfreado do neoliberalismo conduz o mundo a um desequilíbrio total. No mesmo sentido, a hegemonia do capitalismo se constrói a partir daquilo que Arrighi e Silver (2001) chamam de “corrida para o fundo do poço” nos “salários e nas condições de trabalho, à medida que os trabalhadores do mundo são levados a competir em um único mercado de trabalho” (pp. 19-20). Politicamente, devemos colocar o seguinte: esse sistema somente possui três eixos de interesse, nas suas decisões, com nenhuma margem para além disso. Primeiro, as decisões dos políticos da democracia liberal visam se alinhar às determinações do capital estrangeiro. Fugir a isso é potencialmente ilusório. Na esteira do primeiro eixo, as decisões devem visar o enfraquecimento dos trabalhadores, seja na manutenção de uma taxa alta de desemprego, seja no forjamento da ideia de “pleno emprego”, quando, na verdade, o que há é uma massa enorme de indivíduos trabalhando em condições cada vez mais precárias, lançados à própria sorte. Por fim, as decisões dos políticos da democracia liberal devem ser direcionadas para a conquista do eleitorado, uma vez que, apesar de todo o seu viés autoritário, a democracia liberal ainda se sustenta na ideia de sufrágio universal, o que torna necessária – não agradável, mas necessária – a conquista dos eleitores que, no final das contas, apenas reproduzirão os mesmos nomes – se não os mesmos nomes, as mesmas ideias – no poder democrático.

Pensando sobre a hegemonia do capitalismo, Zizek (2013) aponta que o ano de 1990 foi, de fato, um ano revolucionário, no sentido puramente formal. Ali – relembrando eventos como a queda do muro de Berlim e o esfacelamento do Estado soviético – teria ficado claro, na visão do filósofo esloveno, que “as reformas dos Estados comunistas não seriam suficientes, que era necessário uma ruptura global radical para resolver até mesmo problemas parciais” (Zizek, 2013, p. 88). A globalização – a grande bandeira universal do capitalismo moderno – começou a colocar os pontos da tendência do capitalismo, que, na visão de Zizek (2013, p. 88), “é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição dos serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político”. O estágio do capitalismo pós-Maio de 1968, com os avanços do neoliberalismo, suas crises e seus modos de interferências nas formas de vida, é que “a própria economia (a lógica do mercado e da concorrência) se impõe cada vez mais como ideologia hegemônica” (Zizek, 2011, p. 10). Em “Primeiro Como Tragédia, Depois Como Farsa”, Zizek (2011) nos diz:

Depois de décadas (de promessa) de Estado de bem-estar social, em que os cortes financeiros se limitavam a curtos períodos e se apoiavam na promessa de que tudo logo voltaria ao normal, entramos num novo período em que a crise, ou melhor, um tipo de estado de emergência econômica, que necessita de todos os tipos de medidas de austeridade (corte de benefícios, redução dos serviços gratuitos de saúde e educação, empregos cada vez mais temporários etc.), é permanente e está em constante transformação, tornando-se simplesmente um modo de viver. (Zizek, 2011, p. 07)

Talvez, nesse momento, estejamos na posição de afirmar com certa segurança a questão principal sobre o modo de agir do neoliberalismo, que está na essência da crise capitalista de 2008, na crise de representatividade democrática, na crise dos arranjos democráticos institucionais, e na própria crise da pós-modernidade. É que o neoliberalismo é, em primeiro lugar, um modo de viver. Seria por demais ingênuo supor que o programa neoliberal encerraria suas fronteiras no plano econômico e no plano político. Para que possa se fazer valer, em um nível mais agudo, é preciso que invada a percepção coletiva sobre o que é sociedade e, mesmo, sobre o que é a vida individual. Aqui reside a força da sua ideologia, o que lhe confere, propriamente, o caráter de programa político. Necessita impor – condição alinhada à sua força econômica –, que cidadãos e cidadãos propagem o modo de vida neoliberal. Um modo de vida que substitua o espaço público pela arena privada, que conceba o individualismo como regra inquestionável no estabelecimento das relações humanas, que entenda a política como aquela realizada exclusivamente pelos representantes eleitos, que renegue as massas à condição meros indivíduos sem capacidade de composição de um corpo coletivo. Que abdique das utopias, em prol da destinação do tempo às atividades mais elementares do trabalho e da ampliação da produtividade do mercado, como se as grandes causas não nos dissessem respeito. Ou que, em outros termos, fosse inútil lutar. Mesmo as relações de envolvimento emocional ocorrem, paulatinamente, sob as regras do mercado, a exemplo do que diz Zizek (2011, p. 11), que “cada parceiro se apresenta como mercadoria, mostrando fotos e listando qualidades”.

Seria um ledor engano supor, também, que o modelo educacional não sofreria as transformações decorrentes do modo de vida neoliberal, da lógica da mercantilização da vida. Aliás, é preciso dizer que não apenas a educação sofre tais transformações, como, possivelmente, é ela um dos espaços de maior proliferação dessa filosofia. Para Zizek (2011, p. 10), “na educação, assistimos ao dismantelamento gradual do aparelho ideológico do Estado da escola burguesa clássica: o sistema escolar é cada vez menos uma rede compulsória elevada acima do mercado e organizada diretamente pelo estado”. Desse modo, o que assistimos é o fortalecimento de um modelo “cada vez mais tomado por várias formas de PPP (parceria

público-privada”, segundo Zizek (2011, p. 10), “em nome da fórmula sagrada de ‘menor custo, mais eficiência’”. Necessário pensar, ainda, se esse modelo, fruto da imposição do capital sobre a própria forma de se conceber o conhecimento, não estaria mesmo determinando o que seja ou não conhecimento válido. Como que dizendo, silenciosamente, “todo conhecimento só é válido se puder ser aplicado na prática do mercado de trabalho”, há qualquer grau de desprezo, na dinâmica atual, pelas artes, pela filosofia e pela sociologia, e qualquer grau de insatisfação com o uso do tempo livre para qualquer atividade que não seja, de um modo ou de outro, direcionada para a ampliação da produtividade. Um processo, aliás, que nada tem de novo e se reveste na forma de considerar todo tempo livre e todo apreço às artes – cinema, literatura, música ou qualquer modalidade – como inútil. Na forma livre do senso comum neoliberal, é preciso que a própria ciência pare de “criticar e criticar, e passe a pensar soluções para o mercado”.

Aliás – para que possamos fechar esse ponto -, a penúltima afirmação pode ser entendida relativamente. O apreço às artes pode assumir um grau de utilidade, no modelo de mercantilização da vida estabelecido pelo programa neoliberal e resultante da atual hegemonia do capitalismo. É útil quando puder servir ao que, orgulhosamente, os capitalistas atuais chamam de “tomada de decisão”. Enquanto servir à exploração da subjetividade humana e à ampliação das fronteiras imaginativas, a arte permanece em uma inutilidade que deve ser negada. Se puder contribuir para que o indivíduo amplie a sua habilidade – ou *expertise*, para utilizar um termo caro aos idólatras do mercado – de ser criativo ao tomar decisões no âmbito empresarial e gerencial, é possível que o apreço às artes seja útil. Uma utilidade – é importante não se iludir – controlada, condicionada ao uso dos saberes artísticos nos processos de tomada de decisão, seja empresarial, econômica ou política liberal.

Desse ponto em diante, buscaremos debater a ideia de que os protestos que se seguiram em todo o mundo após a crise capitalista de 2008 não se direcionaram somente à economia neoliberal e ao sistema democrático liberal. Refletiremos se se trataram de protestos contra (1) toda a estrutura vigente, contra (2) o modo de vida proposto pelo programa neoliberal, com suas injustiças e sufocamentos e (3) contra o modelo ideológico. Podemos afirmar, já com algum grau de segurança, que tanto a economia (capitalista) quanto a política (democrática liberal) não se constituem como duas categorias totalmente isoladas, mas guardam em si uma unidade ideológica.

Trataremos, então, dos seguintes eventos: *Occupy Wall Street* (Estados Unidos), Indignados (Espanha) e as Jornadas de junho de 2013 (Brasil). Em relação aos dois primeiros eventos, buscaremos fazer uma sucinta descrição dos ocorridos, muito mais a título de

contextualização, sem prejuízo de alguma problematização teórica sobre eles. O caso brasileiro exigirá mais atenção, e nos guiará adiante. Mais do que tentar explorar as especificidades de cada evento, buscaremos explicar o que os une. A partir dessa compreensão, passaremos, então, a discutir, por meio das lições de Vladimir Safatle, especialmente contidas em “O Circuito dos Afetos” (2015), a noção de desamparo como afeto político central, na atualidade.

O movimento Occupy Wall Street emergiu no cenário norte-americano a partir de 17 de setembro de 2011, pela ocupação do parque Zuccotti, em Manhattan – Nova York – por manifestantes. Especialmente configurado como um movimento contrário às práticas do mercado financeiro norte-americano que fizeram eclodir a crise capitalista de 2008, caracterizou-se pela manutenção constante da região de Wall Street – centro financeiro de Nova York -, com o slogan “*We Are 99%*” (“Nós somos os 99%), em clara menção ao 1% de indivíduos detentores da maior parte da renda produzida em sistemas capitalistas⁵. Castells (2013), em “Redes de Indignação e Esperança”, compreende o movimento, à semelhança de outros movimentos de massas que surgiram após a crise de 2008, como movimento social rizomático. A expressão “rizomático” é utilizada por Castells (2013) para definir modalidades de revolução com um formato semelhante a um rizoma, caracterizada por ser horizontal, sem definição específica de um núcleo, interligada por todas as partes.

David Harvey (2012) oferece uma visão sobre as atuações dos agentes financeiros de Wall Street, apresentando a nomenclatura “Partido Wall Street”, para dizer que esse “partido” controlou os Estados Unidos sem qualquer tipo de dificuldade, determinando as políticas presidenciais por, pelo menos, quatro décadas, corrompendo o Congresso norte-americano através da dependência dos partidos – tanto Democrata, quanto Republicano – em relação ao (i) poder do dinheiro do mercado financeiro e (ii) ao acesso à mídia controlada por Wall Street.

Não há como supor, por qualquer ângulo que se olhe, que a política do possível vendida pelos representantes democráticos exista por si mesma. Não é só uma questão de afastar, pelos arranjos institucionais, as massas dos processos decisórios, mas, nesse campo de não-ação popular, permitir que os detentores do capital financeiro ajam, muitas vezes diretamente, na determinação das pautas políticas que serão tratadas no parlamento. Há, nesse sentido, uma perda da dimensão representativa, mesmo dentro do sistema. O avanço do neoliberalismo sobre qualquer forma de ação política institucional indica, desse modo, que os representantes

⁵ Disponível em: <http://occupywallst.org/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

democráticos, de maneira geral, costumam agir como meros executores das demandas que realmente importam, na dimensão liberal: as demandas criadas pela força do capital financeiro.

Para além de sua característica de interligação horizontal, o movimento Occupy Wall Street foi marcante por ter sido realizado, justamente, no local que representa o símbolo máximo do capitalismo norte-americano. Há duas ideias básicas sobre o movimento Occupy Wall Street, segundo Zizek:

O movimento Occupy sugere duas ideias básicas: i) o descontentamento com o capitalismo como sistema (o problema é o sistema capitalista em si, não a sua corrupção em particular); e ii) a consciência de que a forma institucionalizada de democracia multipartidária representativa não é suficiente para combater os excessos capitalistas, ou seja, que a democracia tem de ser reinventada. (Zizek, 2013, p. 90)

Importante tentar desenvolver uma visão totalizante sobre a onda de protestos após a crise capitalista de 2008, a fim de que se possa ter a noção de que o descontentamento não se refere apenas a elementos específicos do capitalismo (corrupção, desigualdade, concentração de renda, etc), mas do capitalismo enquanto sistema. Na esteira do que estamos discutindo ao longo de todo o trabalho – as implicações do programa neoliberal, as incongruências da institucionalidade democrática -, o Occupy Wall Street revelou-se contrário à ordem econômica e política vigente. Embora se suponha que diga respeito à superfície (uma faceta mais visível do sistema), direcionou-se contra o núcleo do sistema, contra sua raiz fundamental e seus desdobramentos na vida social.

Refletindo sobre o Occupy Wall Street, a partir de uma visão de totalidade em relação aos demais protestos, Zizek (2013, p. 90) diz que “deve-se ressuscitar o bom e velho conceito marxista de totalidade [...] o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todos reações contra as múltiplas facetas da organização capitalista”. Entretanto, é de se pensar que o capitalismo, na forma total, não atinge de maneira uniforme todos os países. É precisamente nos países periféricos que sua atuação é mais contundente. Desse modo, o fato de que protestos anti-capitalistas tenham surgidos em países não-periféricos é um ponto a ser observado com especial atenção. Um ponto, aliás, que instigou à escrita de Zizek em “Problemas no Paraíso”, expressando a dicotomia Inferno e Paraíso, nos seguintes termos:

A característica mais estranha e ameaçadora sobre eles é que não estão explodindo apenas nos pontos fracos do sistema, mas também em lugares que eram até agora tidos como histórias de sucesso. Problemas no Inferno parecem compreensíveis, mas por que é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento [...] Talvez exista algo de errado com a nossa percepção de Paraíso. (Zizek, 2013, p. 88)

A escrita irônica e provocadora de Zizek parece revelar que a existência de “algo errado com a nossa percepção de Paraíso” decorre do fato de que o capitalismo deve ser entendido a partir de uma noção de totalidade. Nessa totalidade, seus efeitos se alastram tanto nos pontos fracos, como nos pontos fortes – claro, sem desconsiderar as diferenças. “Problemas no Paraíso” não é outra coisa senão dizer que, na lógica do capitalismo hegemônico – na sua forma global – o Paraíso não existe.

Passemos ao movimento Indignados. Ocorrido na Espanha, teve início em 15 de maio de 2011 (o que o fez conhecido, também, como 15-M), possibilitando uma abertura à rediscussão do modelo representativo não apenas espanhol, como europeu. A crise capitalista de 2008 se reverberou na Espanha de modo a produzir severos problemas hipotecários e índices de desemprego a mais de 20%. O mal-estar da crise, desse modo, atingiu tanto a parcela mais velha da população espanhola, incapaz de cumprir seus compromissos do ponto de vista hipotecário, quanto a parcela mais nova, criando uma juventude não apenas desempregada, mas, fundamentalmente, desalentada e descrente no seu próprio futuro. Do ponto de vista representativo, uma das consequências do movimento 15-M foi o surgimento do partido *Podemos*, na Espanha.

O movimento se reaglutinou através de coletivos espanhóis que passaram a propor discussão de pautas sociais, com a contribuição de ativistas e intelectuais da *Izquierda Anticapitalista*, um agrupamento espanhol de origem trotskista (Boitempo, 2014). A filosofia do movimento pode ser compreendida a partir das palavras de um dos seus líderes, Juan Carlos Monedero, professor de sociologia da Universidad Complutense de Madrid:

Gramsci dizia que os tempos de crise são tempos em que o velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu. As instituições vinculadas à Constituição espanhola de 1978 estão aí, mas já não funcionam e as novas instituições estão por construir. [...]. A conclusão é que o esgotamento da democracia representativa, a perda de credibilidade de uns políticos que se converteram em burocratas do neoliberalismo, transformou-se na necessidade de inventar

novas soluções. [...]É preciso romper o marco político em que entregamos aos especialistas a gestão do político, porque os cidadãos perdem a possibilidade de controlar as metas coletivas. [...]. Há que romper a hegemonia de um modelo capitalista que nos transforma a todos em mercadoria e que mede a vida em termos de rentabilidade. (Boitempo, 2014, online)

Expressa-se, no movimento 15-M, um significativo grau de insatisfação com o marco político entregue aos especialistas que se propõem a gerir a política. Na esteira dos outros movimentos surgidos após a crise de 2008, direciona a expressão de suas angústias contra os responsáveis por desenvolvê-las, ou seja, nas palavras de Monedero, “os burocratas do neoliberalismo”. Não deixemos de pensar o movimento Indignados, também, a partir de uma perspectiva crítica. Muito embora as pautas do movimento sejam legítimas e as críticas tenham construídas a partir dos afetos gerados na população espanhola pelas ações do sistema, é o caso de pensar se o movimento Indignados seria, de fato, capaz de construir certa hegemonia em torno das suas propostas. A ampliação de um movimento de massas sem o devido desenvolvimento de estratégias políticas pode fazer com que se perca as demandas originais, entregando-o a parcelas do próprio movimento mais interessadas a construírem uma política consensual. Além disso, cabe destacar, ainda que brevemente, que o resultado prático do movimento caminhou muito mais no sentido de propor uma conciliação de classes, na Espanha, algo efetivamente distante do ideal disruptivo que os movimentos de massas devem possuir.

Para tratarmos o caso das Jornadas de junho de 2013, no Brasil, faremos, de início, uma contextualização não apenas sobre o movimento, em si, mas sobre a própria conjuntura brasileira, à época, para que possamos, então, tratar do movimento e de seus desdobramentos no campo social e na esfera política.

O Brasil de meados de 2013 experimentava o começo do fim não apenas dos governos do Partido dos Trabalhadores no país, mas da própria noção de Nova República fundada após a redemocratização e a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988. Como um canto de sereia que ecoou por todo o mundo na primeira década do século XXI, o Brasil legitimava-se como o mais feliz exemplo de uma sociedade que conseguia, através da concessão de crédito bancário à população e às empresas, e do estímulo à venda de *commodities* a países como a China, avançar economicamente a níveis poucas vezes experimentado. Além disso, embora não visualizasse uma real redução da histórica desigualdade social, aproveitava-se dos benefícios de políticas públicas que foram capazes de – ainda que precariamente – aumentar o consumo da população mais pobre e reduzir a miséria e a fome.

Alguns números sobre o crescimento econômico do país podem auxiliar a enxergar a situação econômica do Brasil, pelo menos em termos formais. Em 2004, o Produto Interno Bruto do país cresceu 5,1%; em 2005, 2,3%; em 2006, 3,7%; em 2007, 5,4%; em 2008, 5,1%; em 2009 (após a crise internacional), caiu 0,2%; em 2010, cresceu 7,5%; em 2011, 2,7%; e em 2012, 0,9% (Index Mundi, online). Definitivamente, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – uma fórmula que indica um tipo específico de crescimento econômico – estão longe de refletirem o estado real de um país, mas, em todo caso, costumam indicar um parâmetro, ao menos, de bonança econômica, em termos capitalistas.

Daí a razão de se perguntar, como faz Zizek (2013), sobre que problemas haveria em “Paraísos” como o Brasil àquela altura – apesar de não ser um país capitalista avançado, mas colocando-se como um país próspero -, que justificasse a explosão dos protestos em meados de 2013. Pensar somente a conjuntura brasileira para buscar explicar o evento é esquecer que, fundamentalmente, o capitalismo possui múltiplas faces e seus efeitos não se direcionam a apenas um país ou região. Que o crescimento econômico vivido pelo Brasil desde o início do governo Lula – um crescimento aproveitado não somente pela classe mais pobre, como, principalmente, pela elite do país -, possivelmente, escondeu a necessidade de se resolver os verdadeiros problemas locais, a exemplo das profundas desigualdades sociais. Some-se a isso a já tão debatida (no presente trabalho) crise de representatividade.

O motivo superficial do início dos protestos, como é de conhecimento geral, foi o aumento dos preços do transporte público, em São Paulo. A partir da noção de que os protestos, na verdade, disseram respeito muito mais ao estado do sistema, pergunta Zizek:

Foram sim desencadeados por um pequeno aumento no preço do transporte público, mas então por que continuaram mesmo após essa medida ter sido revogada? Mais uma vez, os protestos explodiram em um país que, ao menos de acordo com a mídia, encontrava-se em seu ápice econômico, desfrutando da alta confiança depositada no próprio futuro. Somou-se ao mistério o fato de que os manifestantes foram imediatamente apoiados pela presidenta Dilma Rousseff, que afirmou estar “encantada”. Portanto, quem são os verdadeiros alvos de inquietação dos manifestantes sobre a corrupção e a desintegração dos serviços públicos? (Zizek, 2013, p. 89)

A última pergunta da passagem de Zizek já indica a própria resposta, a partir do que foi dito até aqui. Se o verdadeiro alvo da inquietação é o capitalismo global – e, politicamente, sua forma democrática liberal -, tampouco se pode cair na armadilha da negociação pragmática

com problemas particulares no afã de uma transformação radical. Supor isso é ignorar que “o capitalismo global é necessariamente inconsistente” (Zizek, 2013, p. 91). É na inconsistência do capitalismo e dos arranjos democráticos liberais que se abrem as brechas para as reais oportunidades de mudança. É fundamental, portanto, não perder de vista que “a liberdade de mercado anda de mãos dadas com o fato de os Estados Unidos apoiarem seus próprios agricultores com subsídios; pregar democracia anda de mãos dadas com o apoio à Arábia Saudita” (Zizek, 2013, p. 91). Eis a razão do porquê afirmar que a política é forçar o impossível, e de que o neoliberalismo, com sua capa de apoio à redução do Estado, não é outra coisa senão um programa que apoia o Estado interventor, mas na medida em que intervenha para salvar as grandes empresas nos momentos de crise, e de apoiar medidas de opressão à classe trabalhadora.

Entretanto, mesmo o sucesso de movimentos de massas tem um preço. A demanda inicial dos protestos de junho de 2013, no Brasil, foram cumpridas, afinal: o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo foi reduzida, e medidas semelhantes se repetiram em várias cidades do país. Grupos de mídia alternativa, engajados em uma leitura socialmente precisa do país, a exemplo da “Mídia Ninja” cresceram substancialmente, no curso das jornadas. Discutiu-se, a nível nacional, possibilidades políticas contrárias à representatividade até então estabelecida no país. “O que fazer, agora que alcançamos?” é a pergunta-chave sobre como seguir adiante. “É aqui que a política propriamente dita começa”, diz Zizek (2013, p. 92). Da necessidade de dar o próximo passo sem sucumbir à catástrofe da tentação totalitária. Zizek termina afirmando:

Um dos grandes perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nas ruas. “Estão nos perguntando qual é o nosso programa. Não temos programa. Estamos aqui para curtir o momento”, dizem. Bom, os carnavais saem barato, mas a verdadeira prova de seu valor é o que permanece no dia seguinte, o modo como o nosso cotidiano se transforma. (Zizek, 2013, p. 93)

O modo como o cotidiano se transforma, então, provará a existência de valor ou não do carnaval político das ruas. Assentada a poeira, passa a ser a hora de definir a estratégia política do novo tempo. Eis um dos pontos mais paradoxais dos protestos políticos das massas, após a crise capitalista de 2008. Tomadas pelo sentimento – muitas vezes construído pelos analistas que as estudaram – de que era interessante que não tivessem lideranças específicas, nem pautas específicas estabelecidas – como se, nesse estado difuso, toda e qualquer demanda

anti-sistema fosse permitida e isso, por si só, fosse uma verdadeira expressão de democracia -, acabaram por não terem sido capazes de estabelecer, nos dias seguintes, as estratégias políticas reais para o mundo que estavam propondo – ou, pelo menos, contra o mundo ao qual estavam se opondo. Não se trata, é claro, de deslegitimar protestos contrários ao capitalismo global e à representatividade democrática que nada representa. Antes de se propor um novo modelo, é preciso criticar aquele que está estabelecido. Entretanto, o risco de “se apaixonar por si mesmos” talvez tenha conduzido a questão para a outra face do que seja o “anti-sistema” e que trataremos, mais à frente: a eleição de políticos de extrema-direita, com vieses nacionalistas, em uma clara demonstração de reafirmação do neoliberalismo, após a sua própria crise.

Antes de seguir, parece ser preciso tocar em uma questão importante, no que se refere às manifestações de massa contrárias ao capitalismo global e à representatividade democrática, após a crise de 2008. Trata-se da violência. A violência como forma de expressão de indignação popular. Um tema certamente colocado à margem na maior parte dos debates da ciência política dominante, mas que, quando observada a sua pertinência no que toca às manifestações de rua, parece dar boas mostras sobre o atual estado das relações entre povos excluídos e membros do sistema econômico e democrático.

Lancemos mão de uma sequência de perguntas. Importante dizer, antes, que toda resposta responde sobre algo durante um tempo específico. Muito mais importante do que apontar as possíveis respostas, é deixar que as ideias corram guiadas pelas perguntas fundamentais. Como dizia exemplarmente o icônico jornalista brasileiro Antônio Abujamra (1932-2015), há sentido em “caminhar no incerto e idolatrar a dúvida”.

Dessa forma, é preciso questionar. Em qual situação haveria mais violência: naquela em que os ativistas nas ruas atacam diretamente as sedes das instituições financeiras ou naquela em que as próprias instituições financeiras fazem com que indivíduos, para que possam pagar por seus empréstimos, tenham que pagar, como pagam no Brasil, a maior taxa de juro real do mundo? Naquela em que manifestantes invadem o Congresso Nacional, como que gritando “é preciso que vocês saibam quem são os verdadeiros donos dessa casa”, ou naquela em que os parlamentares aprovam leis e medidas legislativas que extinguem as esferas participativas dos conselhos deliberativos que formulam políticas públicas? Naquela em que os manifestantes em prol da Marcha da Maconha gritam contra e zombam da guerra às drogas, em defesa do uso recreativo e medicinal, ou naquela em que o aparelho opressor do Estado faz uso de suas leis penais para prender negros e pobres que portam cinco gramas da erva? Naquela em que as manifestantes feministas desconstroem símbolos religiosos do catolicismo, ou naquela em que

a Igreja impõe a submissão da mulher perante o homem? Naquela em que o trabalhador desempregado subtrai um pacote de comida em uma grande rede de supermercado, ou naquela em que as autoridades econômicas do Brasil estabelecem que, no ano, não haverá ganho real no salário mínimo?

É preciso dar um passo para trás, como diz Zizek (2014). Um passo para trás que nos permita “desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência ‘subjativa’ diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (Zizek, 2014, p. 17). Considerando as ações políticas exercidas pelas massas excluídas do sistema – e, não por coincidência, as que mais sensíveis são aos efeitos devastadores do sistema, nos momentos de crise orgânica deste, como a que se seguiu após 2008 -, levaremos em consideração a dicotomia estabelecida por Zizek (2014) entre violência subjativa e objetiva.

Para Zizek, a violência subjativa “é percebida como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ pacífico” (2014, p. 17). Ao estilo, por exemplo da violência exercida por Daniel Blake, o personagem interpretado por Dave Johns no filme “Eu, Daniel Blake”, vencedor da Palma de Ouro no Festival de Cannes de 2016, dirigido por Ken Loach. Daniel Blake, 59 anos, trabalhou a maior parte da vida como marceneiro, em Newcastle, Reino Unido. Depois de um ataque cardíaco que o fez despencar de um andaime, o personagem tem de percorrer os labirintos burocráticos do Estado, com seus formulários, máquinas e números para que possa conseguir o benefício estatal que lhe conceda uma forma de subsistência. Após inúmeras negativas parciais às suas tentativas de comprovar a incapacidade para o trabalho aos agentes do Estado, Blake, no limite da sua desesperança, resolve pichar a repartição da Segurança Social de Newcastel com os seguintes dizeres: “*I, Daniel Blake, demand my appeal date before I starve, and change the shit music of the phones*” (Eu, Daniel Blake, exijo a data da minha apelação antes eu morra de fome, e mudem a merda da música do telefone”, em tradução literal). O grito silencioso de Daniel Blake é ouvido, mas não no sentido de fazer com que, efetivamente, apresentem ao personagem desesperado a data da sua apelação, mas para que ele seja detido por perturbar a ordem vigente. Ao final do filme, Blake morre sem que consiga o benefício estatal. Ao estilo, também, da violência praticada pelo personagem Simon Fischer, interpretado pelo sempre magistral Ricardo Darín, no filme argentino “*Relatos Salvajes*”, quando resolve explodir o estacionamento de uma repartição pública em razão da aplicação a ele de uma multa de trânsito sem justificativa plausível. A expressão da violência contra o sistema que lhe impõe ter de possuir um automóvel e ter de pagar para usar o espaço público, na lógica da privatização do público. Ao final do trecho do filme – trata-se de um filme com diferentes episódios -, o

personagem de Ricardo Darín é preso e recebe, na prisão e sob a condição de ídolo dos presos, o poético apelido de “*Bombita*”.

A partir da noção de que é preciso ir além na compreensão da violência visível, Žizek (2014, p. 17) coloca que a violência subjetiva é apenas “a parte mais visível do triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência”. A violência objetiva se localiza onde é impossível visualizá-la, onde é impossível rotulá-la como sendo praticada por um corpo visível. Trata-se da violência “sistêmica”, ou seja, os resultados brutais do “funcionamento de nossos sistemas econômico e político” (Žizek, 2014, p. 17). A normalidade do sistema, o estado ordenado das coisas, certamente, decorre dessa violência objetiva. É preciso que o sistema a pratique, ao seu modo, para que a normalidade se imponha. E é preciso, no mesmo sentido, que declare que violência subjetiva contra as suas consequências e injustiças é aquela que deve ser combatida. Uma violência subjetiva que é resultado direto da exclusão capitalista.

Surge, então, a necessidade de pensar o papel da mídia dominante na construção do discurso de horror perante a violência praticada nos protestos brasileiros, nas jornadas de 2013. Um exemplo servirá para pôr termo às questões. Trata-se da reportagem da revista Exame, de 2014, intitulada “Black Blocs: os grupos que usam a violência para protestar”. Assumindo um tom de defesa da normalidade democrática, a revista Exame apresenta os “Black Blocs”, que agiram nas manifestações de 2013 a partir da noção de que a violência que praticavam não era outra coisa senão a expressão de indignação pela violência objetiva de um sistema econômico de desigualdades ilimitadas e de um sistema democrático liberal igualmente violento, a partir dos seguintes termos: “coletivos que depredam igrejas, bancos e prédios públicos durante manifestações estão agindo no Brasil” (Exame, 2014, online). Como no jornalismo praticado nas páginas policiais dos jornais, a Exame continua: “Na onda de protestos atuais alguns grupos têm chamado a atenção pela atuação violenta. Em destaque, estão os Black Blocs, grupos temporários formados por anarquistas. Eles se vestem de preto e usam máscaras para garantir o anonimato” (Exame, 2014, online). A mesma Exame que diz às suas leitoras e leitores que os Black Blocs representaram a faceta mais horrorosa da violência subjetiva, com práticas anarquistas, costuma ser tida como a Bíblia empresarial, defendendo, nas suas publicações, reformas neoliberais que, quando realizadas, disseminam os efeitos perversos sobre as massas excluídas do capitalismo global e da democracia representativa, a exemplo do desemprego galopante, do desalento generalizado, do rompimento das relações sociais em razão do estado individual de miserabilidade e mesmo dos suicídios.

É preciso se perguntar, então, sobre o que justifica o enfoque à violência subjetiva. O que justifica a disseminação da ideia de que a violência subjetiva deve ser freada e combatida pelos defensores da ordem vigente, ao passo que silenciam sobre as práticas diárias de violência objetiva, que costumam vir em forma de leis, decretos, decisões governamentais, etc. A violência objetiva que se reproduz diariamente, com as contradições do sistema que foi concebido para excluir. Nesse sentido, Žizek:

Não haveria algo de suspeito, até mesmo sintomático, nesse foco sobre a violência subjetiva, a violência dos agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados, das multidões fanáticas? Não haveria aqui uma tentativa desesperada de desviar as atenções do verdadeiro lugar do problema, uma tentativa que, ao obliterar a percepção de outras formas de violência, se torne assim parte ativa delas? Há uma anedota bem conhecida em que um oficial alemão visitou Picasso em seu estúdio em Paris durante a Segunda Guerra Mundial. Chocado com o “caos” vanguardista da *Guernica*, perguntou a Picasso: “Foi você que fez isto?”. Ao que Picasso replicou, calmamente: “Não, isto foi feito por vocês!” (Žizek, 2014, p. 23)

A prática de repressão à violência subjetiva não é outra coisa senão a materialização da própria razão de ser do sistema. Excludente por natureza, o sistema representativo não apenas esvazia as possibilidades de participação política no seu interior – renegando a participação política à arena civilizada das eleições formais –, como enxerga a necessidade absoluta de controle – vigiado ou efetivamente reprimido – às manifestações de rua e ações políticas de protesto. Ao invés de submeter-se à tentação de acreditar que, de fato, a violência subjetiva – como o ataque direto a sede de bancos como o Santander – deve ser combatida em nome da manutenção da ordem, parece mais interessante se perguntar, como faz Žizek (2014) na passagem acima, se esse enfoque não seria uma tentativa de desviar as atenções do verdadeiro lugar do problema. Escolher por um modelo de sistema político nos termos da democracia liberal que, através da sua lógica representativa, estabelece que toda forma de participação política deve se dar (i) por meio de eleições formais, (ii) por meio de manifestações de massa controladas pelo regime constitucional liberal da “liberdade de expressão” (controlada) ou (iii) por meio da deliberação pública proposta por participacionistas liberais como Habermas (1997)⁶, envolve um custo. Objetivamente, esse custo é a expressão das angústias sociais por

⁶ O alemão Jürgen Habermas (1997) propõe um modelo de democracia deliberativa, a partir de duas vias: na primeira, a linguagem da esfera social deve ser convertida em linguagem sistêmica, para que sejam capazes de influenciar as decisões governamentais. Na segunda, a informação especializada deve ser passada de maneira compreensível ao público. No seu processo de institucionalização, Habermas

meios que a institucionalidade não consegue abarcar. Angústias decorrentes do próprio caráter excludente do sistema. Angústias, enfim, que se materializam em uma violência subjetiva que é resultado direto da violência objetiva praticada pelo sistema.

É preciso assumir, para a questão, a leitura que faz Jacques Rancière, em “O Ódio à Democracia” (2008). Rancière estabelece que o ódio à democracia é tão antigo quanto a própria democracia, considerando aqui a democracia grega. Surgido como um insulto ao governo direto das multidões, para Rancière (2008), esse ódio se caracteriza por assumir duas dimensões: (1) a rejeição à classe aristocrática destinada por nascimento, e (2) o governo das massas, ou governo de qualquer um. Nas sociedades democráticas contemporâneas – pelo menos, aquelas regidas pela institucionalidade democrática, com suas leis e métodos -, a democracia se expressa a partir da retroalimentação das mesmas figuras oligárquicas na esfera de poder, da formação de “especialistas” da política democrática, do papel da mídia corporativa que tenta, a todo custo, demonizar a esfera pública e defender a elaboração de leis por aquela classe que, no final das contas, é talvez a que menos se interesse por uma mudança paradigmática real (Rancière, 2014). Os políticos despolitizados são, assim, meros gestores da coisa pública, em um método de gestão que não faz distinção entre a coisa privada e a coisa pública. Desse modo, tem-se “a apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e a econômica”. Segue Rancière:

Qual é exatamente a necessidade em nome da qual se realizam essas transformações [da globalização]? Que o crescimento do capital e os interesses dos investidores tenham leis que dependem de uma matemática acadêmica é perfeitamente admissível. Que essas leis entrem em contradição com os limites impostos pelos sistemas nacionais de legislação social é igualmente claro. Mas que sejam leis históricas inelutáveis, às quais seja inútil se opor, e que prometam para as gerações futuras uma prosperidade que vale o sacrifício desses sistemas de proteção, isso não é mais uma questão de ciência, mas de fé [...] Isso exige fé. A «ignorância» que se critica no povo é simplesmente sua falta de fé. (Rancière, 2014, p. 103)

Eis um dos pontos principais na relação entre neoliberalismo de democracia liberal, e que acarreta nas angústias sociais que se materializam pela violência subjetiva tão condenada

(1997) procura um meio-termo entre a democracia liberal e a democracia como poder exercido diretamente pelo povo, considerando que é preciso garantir formalmente a participação, a partir de esferas públicas deliberativas, nas quais uma estrutura intermediária media as relações entre esfera sistema político e setores individuais do campo social.

pelas autoridades preocupadas com a manutenção da ordem. Dada a relação simbiótica entre projeto econômico e projeto político, no marco do capitalismo global, não é nada surpreendente perceber que as leis aprovadas por parlamentos reformistas se contradigam aos anseios sociais.

O ponto é que, para que os programas político e econômico se imponham de maneira verdadeiramente incisiva, é preciso que se construa o discurso de que é inútil se opor ao sistema. De que não há qualquer alternativa, senão reconhecer que, mesmo com todas as suas contradições, os sistemas capitalista global e democrático liberal não comportam alternativas plausíveis, como já dissemos. Daí surgir, por exemplo, a conhecida fase de que a democracia talvez seja “não o melhor dos sistemas, mas o menos ruim que temos”. É nessa linha de pensamento que Anderson (1995), no seu “Balanço sobre o neoliberalismo” vai dizer que o sucesso do neoliberalismo é significativamente maior do que os seus elaboradores pensavam, inicialmente: uma vez que sua hegemonia impõe que toda solução para crises neoliberais tenha que surgir do próprio neoliberalismo. Por fim, Žižek (2011, p. 13) nos vai dizer que “a razão disso é que vivemos numa época pós-política de naturalização da economia: em regra, as decisões políticas são apresentadas como questões de pura necessidade econômica”.

Por outro lado, é preciso avançar na questão e perceber que a regra da naturalização do modelo vigente (“não há soluções fora do sistema, portanto, aceite o que temos a oferecer e abandone suas utopias”), por mais que se proponha a construir um discurso hegemônico, enfrenta um problema. Esse problema, objetivamente, diz respeito à maneira como as massas excluídas do capitalismo global aceitam ou não essa naturalização. Uma hipotética não-aceitação poderia se dar por meio de uma demanda ainda maior por amparo direcionada aos representantes políticos atuais. Por mais paradoxal que possa parecer, seria uma não-aceitação interessante à própria representatividade democrática. Se o sistema impõe a violência objetiva e, ainda assim, as massas demandam amparo aos representantes políticos, então não há razão para crer em riscos. Bastaria que se continuasse a impor a violência objetiva e a restringir a política ao campo das possibilidades institucionais, que as massas, sem outra alternativa, continuariam a demandar amparo aos representantes eleitos, em um sistema que se retroalimenta. Entretanto, se pensarmos na noção de desamparo como a superação da demanda por amparo (Safatle, 2015), abre-se um horizonte conceitual para se compreender o real estado das coisas entre massas excluídas e representatividade democrática, na atualidade. É nesse ponto que tocaremos a partir do próximo tópico.

2.1 Da relação entre política e psicanálise: uma noção de desamparo como afeto político central da atualidade

A escolha pelo conjunto de teorias e reflexões que serão apresentadas, deste tópico em diante, sustenta-se no nosso interesse em debater as possibilidades de relação entre política e psicanálise. Não se trata, objetivamente, de considerar que a teoria política deva se limitar à incorporação de conceitos psicanalíticos, para investigar fenômenos como o comportamento dos indivíduos em relação aos seus representantes eleitos, por exemplo. Nem mesmo de se considerar que as teorias psicanalíticas devam ser lidas pelo ângulo da teoria política. Essa segunda consideração levaria a crer, erroneamente, que a atividade da teoria política, em relação a outras áreas do conhecimento, seria a de moldar as leituras da psicanálise sobre o fenômeno político, por exemplo, nos termos dela, como costuma fazer a teoria política liberal em relação à economia.

A própria história recente da ciência política, como já dito em tópicos anteriores, indica uma permanente tentativa de possuir certa exclusividade no entendimento sobre os fenômenos políticos, dada a necessidade que certos teóricos da ciência política norte-americana tiveram – e disseminaram em países como o Brasil, por exemplo – de se distanciarem, por exemplo, da sociologia. Não por acaso, adotaram ferramentas como análises inferenciais e estatística avançada, a fim de que pudessem conferir maior “cientificidade” à própria ciência política. Uma cientificidade, diga-se, que se sustenta na ideia de que seria possível mensurar quantitativamente o humano e a sua subjetividade, buscando explicar, por meio de números e gráficos, a adesão de cidadãos e cidadãos às políticas públicas elaboradas por governos, as razões de abstenção eleitoral e a desconfiança em relação às instituições democráticas.

Antes de tocarmos no ponto principal do presente tópico, convém apresentar um breve balanço sobre como a ciência política apegada à teoria democrática liberal e sua institucionalidade costuma tratar o comportamento dos indivíduos em relação aos representantes democráticos. Frisemos, de início, a expressão “indivíduo”, uma vez que teoria democrática liberal, de modo geral, acirra a dicotomia indivíduo e sociedade, esforçando-se por dar holofotes à individualidade. Nenhuma novidade há sobre isso, é claro, uma vez que se trata do modo liberal de pensar.

Tomaremos como referência o artigo “A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política”, de John Ferejohn e Pasquale Pasquino (2001), publicado no volume 16, n. 45, da Revista Brasileira de Ciências Sociais. De início, é

preciso estabelecer que a teoria política liberal lança mão da ideia de racionalidade, a partir daquilo que se costuma cunhar como teoria da escolha racional. Essa teoria adentrou na ciência política a partir dos resultados dos trabalhos da economia – pontualmente, do conjunto de teorias da ciência econômica desenvolvidas nos Estados Unidos. Exemplos de entusiastas da teoria da escolha racional seriam Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, Mancur Olson, entre outros (Ferejohn e Pasquino, 2001). Há, aqui, uma interpretação materialista da teoria da escolha racional. “Para todos eles, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades” (Ferejohn e Pasquino, 2001, p. 05).

Importante é compreender a existência de uma dimensão normativa nessa teoria. “Ninguém realmente acha que os seres humanos reais se comportam exatamente como as teorias da escolha racional prescrevem”, observam Ferejohn e Pasquino (2001, p. 05). A despeito dos seres humanos não se comportarem levando em consideração a racionalidade absoluta, é de se questionar, então, o que levaria a crer que essa racionalidade se imponha. Respondem Ferejohn e Pasquino (2001, p. 06) que há “uma força normativa da racionalidade – e isso influencia as suas ações [das pessoas]”. Essa passagem indica que há, assim, uma suposição de racionalidade, tanto política como economicamente. A pergunta que se apresenta, nesse ponto, é sobre quais seriam as razões pelas quais os teóricos da política adotaram aos pressupostos da racionalidade. Ferejohn e Pasquino, acerca dessa questão, consideram duas razões inter-relacionadas:

Em primeiro nível, teorias normativas são endereçadas a agentes racionais, preocupados com a crítica de práticas correntes ou com o estabelecimento de novas. [...] O objetivo do teórico é nos convencer de como a vida política deveria ser vivida, e tentando fazer isso nos trata como capazes de acompanhá-lo na contemplação de como as instituições alternativas ou os sistemas normativos iriam funcionar. Em outro nível, a teoria normativa trata como (ou contém) sujeitos racionais e inteligíveis, cujas ações podem ser entendidas ou talvez alteradas pela mudança do seu contexto institucionais. [...] as formas pelas quais os teóricos modelaram irracionalidades – as paixões, por exemplo – não as torna necessariamente desvios de racionalidade do ponto de vista técnico. Fazer alguma coisa por causa de uma paixão não significa a inexistência de cálculos entre meios e fins. (Ferejohn e Pasquino, 2001, p. 06)

Duas considerações iniciais podem ser feitas a partir da explanação de Ferejohn e Pasquino. A primeira indica que a racionalidade na teoria política se sustenta na ideia de que as ações humanas estão sujeitas às mudanças de contextos institucionais. A segunda é que a

racionalidade é entendida na sua dimensão mais plena, de maneira que, para esses teóricos, mesmo as irracionalidades não se caracterizam, necessariamente, como desvios de racionalidade. Há uma pressuposição de que, qualquer que seja a situação da vida política e econômica, os indivíduos realizam cálculos entre meios e fins. Estabelece-se uma relação particularmente intensa entre a racionalidade da teoria política e a defesa quase inquestionável da institucionalidade, desse modo.

Pensemos, então, sobre os fundamentos da racionalidade. Seguindo o padrão do modo de pensar da teoria política liberal, seus teóricos se propõe a apresentar uma noção mínima de racionalidade. “Convencionalmente, um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos. Atos racionais maximizam preferências ou desejos [...]” (Ferejohn e Pasquino, 2001, p. 07). Possuindo crenças, desejos e valores construídos ao longo da experiência de vida, os indivíduos escolheriam, assim, as melhores ações a serem tomadas. A pergunta que deve ser levantada, nesse ponto, é sobre quais seriam as situações nas quais os indivíduos iriam se comportar racionalmente – considerando “racionalidade” nos termos até aqui apresentados. Basicamente, essa racionalidade se explicita em todas as ações nas dimensões política e econômica: quando os indivíduos escolhem nos candidatos a quem votar, quanto escolhem qual partido não se filiar, quando escolhem os meios pelos quais farão investimentos com suas rendas, etc. “O agente entende que está comprometido a alcançar um objetivo, que isso é parte do seu projeto de vida” (Ferejohn e Pasquino, 2001, p. 09).

Para interpretar as ações políticas dos indivíduos, portanto, é preciso aceitar não apenas os ditames da racionalidade, mas aceitar que a própria vida humana se constitui em uma permanente competição para se alcançar um objetivo. Maximizar os resultados é o ponto principal, o motor das ações. Além disso, é preciso considerar a questão sob o ponto de vista da individualidade. Ora, se é aceito pela teoria da escolha racional que os indivíduos agem racionalmente para maximizar seus interesses, é de se supor que a preocupação do indivíduo sobre a comunidade seja mínima. O indivíduo está no centro palco, sob todos os holofotes, e nada mais importa. Apresenta-se, nesse ponto, uma das bases do pensamento liberal: o esvaziamento da dimensão social e coletiva, e o protagonismo de indivíduo racional. A esse modo de pensar, some-se a noção de gerenciamento da própria vida individual. Há qualquer coisa de despolitizante nesse modo de pensar. A relação simbiótica entre teoria econômica liberal e teoria política liberal se estabelece, mais uma vez. Seria impossível pensar em uma noção de

comunidade, quando se considera que a sociedade é composta por indivíduos que atuam racionalmente para maximizarem seus interesses.

Vejamos o caso da racionalidade presente na teoria de Hobbes. Em “Leviatã”, Hobbes (1974) põe em palavras o seu projeto de justificar a obediência dos súditos a um absoluto soberano. Essa justificativa se baseia na ideia de que é necessário manter a autopreservação. Não se trata, em Hobbes (1974), de colocar a obediência como uma alternativa, mas como uma obrigação. A alternativa – a desobediência – incorreria na ideia hobbesiana de vida em estado de natureza. Como forma de reforçar o seu argumento de que a autopreservação é uma regra que não comporta alternativa, Hobbes define o estado de natureza como sendo aquele que inviabilizaria a própria sociedade, bem como as artes, as letras e a economia: um permanente estado de pânico e medo (Hobbes, 1974).

Um estado de natureza, portanto, incompatível com a racionalidade. Desprovidos da capacidade de agirem racionalmente, os agentes não poderiam executar aquilo que Hobbes (1974) entende por convenções – ou acordos, contratos. O medo, portanto, é o elemento fundamental que, ao mesmo tempo que impõe o pavor do estado de natureza, legitima a existência de um Estado absoluto, que dissipará o medo desse estado de natureza. Essas lições básicas sobre o pensamento hobbesiano são importantes para que se possa compreender o que legitima a racionalidade, nesse campo teórico. Há um grau de racionalidade, na perspectiva de Hobbes (1974), quando os indivíduos aderem ao Estado soberano, uma vez que compreendem que os acordos, no estado de natureza, não são possíveis de serem cumpridos.

Tão intensa quanto a defesa da racionalidade pelos teóricos da política liberal, são as críticas feitas a essa mesma racionalidade, elaboradas por outras correntes teóricas, de outros campos do saber. De início, a perspectiva crítica sob a qual se pode enxergar o Estado soberano de Hobbes indica – na esteira do que temos sustentado – que, para a aquiescência individual à norma e aos ditames desse Estado, o medo é o elemento central. O medo como fundamento para a estabilidade social. Nesse sentido, diz Safatle:

Seu pensamento [o de Thomas Hobbes] possui como horizonte uma lógica do poder pensada a partir de uma limitação política, no caso, de uma impossibilidade de pensar a política para além dos dispositivos que transformam o amparo produzido pela segurança e pela estabilidade em afeto mobilizador do vínculo social. [...] Pois o Estado hobbesiano é, acima de tudo, um Estado de proteção social que se serve de todo poder possível, instaurando um domínio de legalidade própria, neutro em relação a valores e verdade, para realizar sua tarefa sem constrangimento externo algum, ou seja, como uma

máquina administrativa que desconhece coerções em sua função de assegurar a existência física daqueles que domina e protege. Um Estado construído a partir da dessocialização de todo vínculo comunitário, constituindo-se como o espaço de uma “relação de não relações”. (Safatle, 2015, p. 31)

A defesa da racionalidade instrumental, tão cara a Hobbes (1974), exhibe a necessidade de que, para que o modelo de Estado soberano se sustente, é preciso que ele detenha todo o poder e esse poder seja inquestionável, uma vez que os indivíduos o reconhecem sem que haja margem para qualquer alternativa fora dele, senão o amedrontador estado de natureza. Um Estado soberano, portanto, sem qualquer associação com o vínculo social. Por essa razão, sustenta-se o individualismo como ideia base.

Passemos àquelas críticas que se inserem na vertente da Escola de Frankfurt, especialmente as colocadas por Theodor Adorno e Max Horkheimer, em “Dialética do Esclarecimento”; e por Horkheimer, em “O Fim da Razão” (1941) e “Eclipse da Razão” (2002). Inserido no marco da teoria crítica, Horkheimer (2002) propõe a distinção entre razão instrumental e razão crítica. Formula Horkheimer:

Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhada pelo positivismo, enfatiza-se a sua não-referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel de domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. (Horkheimer, 2002, p. 29)

Buscando uma leitura cuidadosa da passagem acima, é possível fazer algumas separações conceituais, buscando encontrar o fundamento do caráter instrumental da racionalidade defendida pelos teóricos da política liberal. É preciso que se coloque de lado a autonomia da razão, para que ela seja considerada – como é, por exemplo, por Hobbes e os institucionalistas irredutíveis da ciência política – um mero instrumento. O critério, portanto, para avaliar o uso da razão é sobre qual valor operacional ela teria. Algumas expressões gravitam em torno do mesmo eixo: instrumentalidade, objetividade, pragmatismo, operacionalidade, maximização de resultados. Não por acaso, expressões que dão uma ideia sobre a própria cultura disseminada no interior da sociedade norte-americana. A razão, pela perspectiva

instrumentalista, não existe em si, mas no modo como é utilizada – e esse é o ponto, o “modo” de utilizar e a dimensão operacional.

A redução da razão a uma função meramente instrumental coordena os meios e os fins, sempre sob a perspectiva da eficiência. Entretanto, para Horkheimer (1941), o vínculo entre razão e eficiência sempre existiu. Diferentemente, porém, dos teóricos liberais, Horkheimer (1941) estabelece que esse vínculo não é interno. Não se trata do indivíduo buscar maximizar as suas preferências. “As causas da inter-relação repousam dentro da própria estrutura básica da sociedade” (Horkheimer, 1941, p. 368). A utilidade, assim, é uma categoria social que “induz o indivíduo a subordinar-se à sociedade sempre que ele não seja forte o suficiente para transformá-la em seu próprio interesse”. O ideal de autopreservação hobbesiana, que justificaria a razão meramente instrumental, não é outra coisa senão o ideal liberal de não-existência da totalidade, de que somente a partir da subordinação racional ao Estado soberano é possível atingir os objetivos individuais. Raciocinar nesses termos parece indicar que essa perspectiva instrumentalista da razão conduz à existência de indivíduos desprovidos de qualquer consciência de classe, ignorando as desigualdades inerentes à economia de mercado.

A partir das reflexões acima, podemos considerar, com certo grau de segurança, que, quando os teóricos defensores da teoria da escolha racional estabelecem que os indivíduos agem, política e economicamente, apenas para maximizar seus interesses – e que a irracionalidade não seria nem mesmo um desvio da racionalidade -, procuram, no final das contas, estabelecer uma relação de meios e fins. Mais do que isso, buscam determinar quais sejam os próprios fins das ações individuais. Esses fins devem ser colocados, sob essa perspectiva, em termos liberais: defesa da propriedade privada, segurança individual, preservação da individualidade, etc.

Separar indivíduo e sociedade não é outra coisa, assim, senão a expressão de uma ideologia. Uma separação, como colocam Adorno e Horkheimer (1973), que contribui para o isolamento e para reforçar a ideia de que a emancipação é impossível, embora, paradoxalmente, a racionalidade moderna prometa essa emancipação. É sobre a busca de encontrar na razão a própria causa para a barbárie do século XX que trata “Dialética do Esclarecimento”, de Adorno e Horkheimer (1986 [1944]). A obra fundamental apresenta uma visão mais radical da crítica à racionalidade moderna. É importante dizer que, fundamentalmente, discutir a totalidade dessa obra à altura da sua densidade seria tarefa impossível, para as pretensões deste trabalho. Mas esse reconhecimento não nos impede de, a partir de passagens dela, elaborar críticas à racionalidade consagrada pela teoria política liberal.

Lembremos que Hobbes (1974) elege a racionalidade instrumental como o caminho contra o estado de natureza e a barbárie, justificando a necessidade vital de submissão ao Estado soberano. Como tese contrária a essa ideia, Adorno e Horkheimer (1986) formulam que a base da barbárie atual reside justamente no fato de que essa razão (formal) não é capaz de se opor à destrutividade. Os elementos do “estado de natureza” (todos contra todos, violência, não cumprimento de acordos, etc) não são superados pela racionalidade formal pelo estrito fato de que essa racionalidade não comporta, em si, nenhuma possibilidade crítica. Lembremos, ainda, que entender o ser humano como mero maximizador dos seus interesses individuais não é outra coisa, senão encerrar nele – no ser humano - a sua possibilidade de criticar aquele que lhe salvará do estado de natureza: o Estado soberano. Desse modo, Adorno e Horkheimer formulam o esclarecimento moderno:

Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino. Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o caráter destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde o seu caráter superador e por isso, também, a sua relação com a verdade. (Adorno e Horkheimer, 1986, p.13)

É nesse ponto que podemos pensar os contornos sobre os quais se sustentam o pensamento pragmático. Esse modo de pensar – “o conhecimento deve gerar soluções, e não perder tempo com críticas” – é o próprio rebaixamento da atividade de pensar. É condená-la a uma atividade animalesca, no sentido mais depreciativo do termo. O esvaziamento da possibilidade crítica do pensamento humano é a reprodução do discurso que deseja a imposição da submissão. Os únicos ganhadores com a submissão do pensamento humano são aqueles que determinam as regras do jogo do sistema e se beneficiam delas.

Seria enganoso supor que a ciência esteja imune a isso. Quando observamos centenas e centenas de produções científicas que reproduzem o discurso do apego à racionalidade instrumental, no campo da ciência política e da economia, estamos diante de uma ciência cuja finalidade é a própria defesa do sistema. Não por acaso, esse “fazer científico” que ignora a herança intelectual e a formulação crítica do mundo tem sustento no modelo econômico que, atualmente, assume a forma de capitalismo global. As universidades norte-americanas – com seus departamentos financiados por empresas norte-americanas – costumam ter, de maneira geral, um papel muito importante sobre esse fenômeno. Tratam de legitimar, como já foi dito no presente trabalho, o conhecimento científico apenas quando ele serve ao refinamento das práticas

de mercado. Considerar a racionalidade instrumental, em termos políticos, é crer que a racionalidade é, no final das contas, submissão. Reduzir o social ao individual e conceber esse indivíduo como realizador de cálculos estratégicos. Há uma lógica mercantil nesse modo de pensar, que se reproduz por todas as instâncias do conhecimento, e que supõe que os seus críticos são inimigos do progresso – um progresso, aliás, formulados nos termos do liberalismo econômico.

Nesse ponto, parece ficar clara a razão de ser do apego notável da ciência política dominante ao método. O método – que, essencialmente, é um meio – costuma ser tratado como um fim. Diversos e diversos trabalhos da ciência política dominante, tanto na segunda metade do século XX, como na atualidade, costumam dar um enfoque bastante agudo ao método. Nesse sentido, Adorno e Horkheimer:

O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo [...] A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos ou imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. (Adorno e Horkheimer, 1986, p. 20)

Talvez devêssemos repensar o papel da ciência política atual, ao lermos as palavras de Adorno e Horkheimer sobre “complacência em face dos senhores do mundo”. No percurso rumo à ciência moderna – ou seja, uma ciência fortemente apegada aos métodos, a exemplo dos estudos de ciência política que mais se preocupam em cruzar dezenas de variáveis dependentes e independentes, ao invés de problematizarem os fenômenos a partir de teorias sólidas, cuja dimensão crítica é nula -, “os homens [as pessoas, leia-se] renunciaram ao sentido” (Adorno e Horkheimer, 1986, p. 21).

Para fecharmos a questão da crítica à racionalidade elaborada por Adorno e Horkheimer, parece importante esclarecer determinada distinção elaborada por esse teóricos da Escola de Frankfurt. Ao pensarem criticamente a racionalidade ocidental atual, Adorno e Horkheimer (1986) não promovem uma crítica à racionalidade, por ela mesma. A hipotética crítica à racionalidade – no sentido amplo – poderia indicar um desejo de volta a um estado natural humano ilusório. A idealização do pré-moderno não é a finalidade da crítica aqui apresentada. A questão passa a ser compreender que a racionalidade ocidental estipula uma possibilidade emancipatória que, ao fim e ao cabo, não se sustenta. A prometida emancipação

pela via da racionalidade instrumental, formulam Adorno e Horkheimer (1986), serve, substancialmente, como uma intensificação da exploração.

Há uma outra dimensão da racionalidade, ainda, que se exige pensar. Lembremos o que foi apresentado anteriormente: para a teoria da escolha racional, as irracionalidades – as paixões, os vícios, etc – podem ser comportadas no domínio da razão. Tecnicamente, para essa corrente teórica, as irracionalidades não consistem em desvios da racionalidade, mas, por outro lado, mesmo um comportamento irracional é precedido por cálculos entre meios e fins (Ferejohn e Pasquale, 2001). A moderação e a sensatez, portanto, são elementos a serem valorizados e defendidos, ao passo que toda irracionalidade deve ser combatida. Essas formulações exigem pensar o seguinte: não seria esse combate à irracionalidade uma tentativa de controlar os fins das ações humanas, mesmo do ponto de vista político e econômico? Vejamos o que tem a dizer Nietzsche, em “O Nascimento da Tragédia” (1992 [1872]) e em “A Visão Dionisíaca do Mundo” (2005 [1870]).

A partir de referências ao deus bárbaro Dionísio⁷, Nietzsche (2005) revela a sua crítica à excessiva valorização do conhecimento racional, frente a outros tipos de conhecimento, na modernidade. O fenômeno se constitui como sendo uma fé inabalável na razão e no conhecimento teórico, a partir da ideia de que tudo aquilo que foge à racionalidade é bruto, confuso, ameaçador, imprevisível e caótico (portanto, dionisíaco). Entretanto, para Nietzsche (1992), essa valorização não é um fenômeno novo. Trata-se de uma valorização já formulada por Sócrates, que Nietzsche considera, nessa questão, como sendo o responsável pela tragédia. Não se pode deixar de levar em consideração o fato de que um dos fundamentos da filosofia de Nietzsche (1992) está no fato de que a transitoriedade da vida é insuportável para o ser humano e, desse modo, a vida precisa ser mediada por uma força de grande potência, capaz de criar as ilusões que possibilitem que a própria existência seja digna.

Há um grau significativo de falha, assim, em um conhecimento que se sustenta apenas na aplicação da lógica, para Nietzsche (1992). O apego à racionalidade como instância máxima de moderação e conhecimento ignora o que, para Nietzsche (2005), constitui o conjunto de elementos inerentes ao próprio humano: o irracional, o conflituoso, o contraditório. Assim:

⁷ Na mitologia grega, o deus Dionísio, filho de Sêmele e Zeus, foi o último a ser aceito no Olímpio. Simboliza tudo aquilo que foge à racionalidade humana, sendo expressão de caos, imprevisibilidade, desordem e perigo. Está ligado à ideia de proteção àquelas e àqueles que não pertencem à sociedade convencional.

A ciência, esporeada por sua vigorosa ilusão corre, indetenível, até os seus limites, nos quais naufraga seu otimismo oculto na essência da lógica. (...) Quando divisa aí, para seu susto, como, nesses limites, a lógica passa a girar em redor de si mesma, e acaba por morder sua própria cauda – então irrompe a nova forma de conhecimento, o conhecimento trágico, que, mesmo para ser apenas suportado, precisa da arte como meio de proteção e remédio. (Nietzsche, 2005 [1870], p. 95)

Assumimos concordância com o pensamento de Nietzsche, no sentido de que o limite da ciência está naquilo que a racionalidade pode comportar. Daí a ser possível perceber a razão da força imensurável da arte, na compreensão da subjetividade humana, no seu grau mais alto de expressão. A arte alcança aquilo que a racionalidade não expressa. Fazer arte, como diz o pintor malaguenho Pablo Picasso, não é representar a realidade tal qual ela é, mas representar aquilo que se sente ao observar a realidade.

Após terem sido apresentadas as bases da teoria da escolha racional, com as subsequentes críticas à racionalidade instrumental, pensamos haver suficiente base teórica, até o momento exato deste trabalho, para que possamos debater sobre a noção de desamparo como afeto político central da atualidade. Para isso, tomaremos como referência – como já antecipado – a obra “O Circuito dos Afetos” (2015), do filósofo brasileiro Vladimir Safatle, além dos trabalhos de Sigmund Freud sobre psicologia social e da recente tese de doutorado “A Cura em Psicanálise Como Potência Política de Transformação” (2018), de Tiago Iwasawa Neves.

É comum que se acredite que não é possível esclarecer os fenômenos sociopolíticos a partir da teoria dos afetos (Safatle, 2015). Se, mesmo para o campo da psicanálise, ainda se encontra presente uma corrente teórica – minoritária, mas ainda assim presente – que afirma a incompatibilidade entre a psicanálise e a política (Neves, 2018), o que se pode dizer da própria teoria política? Mesmo Trotsky – e aqui, evidentemente, não estamos tratando de um pensador da política nos seus termos liberais –, escrevendo para Ivan Pavlov, afirmou que a teoria freudiana poderia ser englobada em uma psicologia materialista, de modo que a teoria pavloviana seria superior à freudiana, sendo esta “excessivamente fantasiosa” (Fernandes, 2001). Quanto à ciência política dominante, tão rotineiramente apegada à defesa das regras do jogo democrático, é preciso dar um passo além e afirmar que não apenas a explicação de fenômenos políticos através da teoria dos afetos é ignorada, como, objetivamente, rejeitada. Antes de seguirmos com o raciocínio, é preciso desenvolver algumas linhas buscando apresentar o que viria, propriamente, a ser afeto, a partir da teoria freudiana.

Nas suas considerações iniciais sobre a influência do psíquico sobre o corpo, Freud (1890) coloca que os exemplos mais claros dessa influência se dariam por meio da expressão das emoções, de modo que “em certos estados anímicos denominados afetos, a co-participação do corpo é tão chamativa e tão grande que muitos investigadores da alma pensarão que a natureza dos afetos constituirá somente nas suas exteriorizações corporais” (Freud, 1890, p. 118). Na teoria freudiana, essas colocações, contidas em “Tratamento Psíquico” (1890), expressam o momento em que o afeto está sendo estabelecido como um estado anímico. Continua Freud:

Os afetos em sentido estrito se singularizam por uma relação muito particular com os processos corporais; mas, a rigor, todos os processos psíquicos, mesmo os que consideramos “processos de pensamento”, são em certa medida ‘afetivos’ e em nenhum estão ausentes as exteriorizações corporais e a capacidade de alterar processos físicos. (Freud, 1890, p. 119)

Considerações sobre o afeto voltam a aparecer na obra de Freud em escritos após 1920 (Rangel, 2015), quando Freud distingue representação de afeto visível. A partir dessa distinção, passa a ser possível considerar o afeto de maneira isolada. Pela sua experiência com a histérica – a conhecida experiência na qual Freud, no final do século XIX, elaborou as primeiras lições sobre o inconsciente e estabeleceu as bases da psicanálise –, Freud construiu a ideia de que o afeto se define como um representante da pulsão. Tendo origem no corpo, a pulsão liga-se com o psíquico a partir de representantes pulsionais, a saber: o afeto e a representação (Rangel, 2015).

Paremos por aqui a busca por uma noção do que seja afeto, na teoria freudiana, sem deixar de reconhecer a enorme complexidade dos conceitos, que exigiria, para compreendê-los na sua totalidade, um debate muito além dos limites do presente trabalho, e mesmo além das possibilidades temporais, vez que demandaria anos de estudo sobre psicanálise. Além disso, seria absolutamente incongruente se propor a apresentar uma definição única de afeto, uma vez que a própria obra de Freud é marcada por viradas de perspectivas. Acreditamos, porém, que o que foi colocado nos parágrafos anteriores é suficiente para seguirmos.

Safatle (2015) aponta a razão da crença de que a teoria dos afetos não contribui para o entendimento dos fenômenos sociopolíticos, ao dizer que “aceitamos que a dimensão dos afetos diz respeito à vida individual dos sujeitos enquanto a compreensão dos problemas ligados aos

vínculos sociais exigiria uma perspectiva diferente” (Safatle, 2015, p. 27). É fundamental, assim, que se busque superar essa dicotomia, como propõe Safatle (2015). Como já afirmado anteriormente, temos buscado, no presente trabalho, desenvolver as análises sobre os fenômenos a partir da superação do indivíduo. Safatle (2015) continua argumentando que Freud, por diversas vezes, mostrou a relevância de articular reflexões sobre afetos, considerando-os na maneira como funcionam como base de sustentação para a adesão social. Na contramão da perspectiva – que expusemos ao debater a teoria da escolha racional – que considera os indivíduos como maximizadores de utilidade, Freud “[...] prefere compreender a forma como indivíduos produzem crenças, desejos e interesses a partir de certos circuitos de afetos quando justificam, para si mesmos, a necessidade de aquiescer à norma, adotando tipos de comportamentos e recusando repetidamente outros” (Safatle, 2015, p. 27).

É nessa linha de raciocínio que Safatle (2015) vai construir a ideia de que a capacidade instauradora de afetos tem consequências políticas de maior dimensão. A maneira como somos afetados diz, fundamentalmente, não apenas sobre a nossa ação individual, mas sobre a ação coletiva e suas implicações no fazer política. Por isso, afirma Safatle (2015, p. 28) que “a política é, em sua determinação essencial, um modo de produção de circuito de afetos”. Devemos levar em consideração que Safatle (2015) não considera que a política como um modo de produção de circuito de afetos seja apenas uma dimensão específica da política, mas a própria política, na sua forma mais essencial. O ponto principal da reflexão sobre a política enquanto afetos que circulam não está, unicamente, nos afetos que se colocam nas relações horizontais, ou seja, nas relações entre a mesma classe, sem hierarquia determinada. O ponto-chave passa a ser compreender como os afetos se dão nas relações verticais. É aqui que se pode começar a pensar as relações entre sociedade e autoridades políticas, entre o que se costuma considerar como representados e representantes, entre a sociedade e suas lideranças políticas.

Não que seja o caso de considerar uma possível necessidade dos indivíduos de possuírem um líder, submetendo-se a uma figura autoritária, “como se o homem fosse um animal que procura necessariamente um mestre” (Safatle, 2015, p. 29). Assim:

Contrariamente a teóricos como Michel Foucault, Freud não acredita em alguma forma de ocaso do poder soberano em prol do advento de uma era de constituição de individualidades a partir de dinâmicas disciplinares e de controle social. Ele simplesmente acredita que o poder soberano, mesmo quando não se encontra efetivamente constituído na institucionalidade política, continua em latência como demanda fantasmática dos indivíduos. A recorrência contínua, mesmo em nossa contemporaneidade, de sobreposições

entre as representações do dirigente político, do chefe de Estado, do pai de família, do líder religioso, do fundador da empresa deveria nos indicar que estamos diante de um fenômeno mais complexo do que regressões de indivíduos inaptos à “maturidade democrática”. (Safatle, 2015, p. 29)

Em “O Circuito dos Afetos” (2015), Safatle constrói a ideia de que compreender o poder é uma questão de compreender “seus modos de construção de corpos políticos” (Safatle, 2015, p. 16). Ora, se toda a história da teoria política tem sido dedicada, essencialmente, a buscar compreender as relações de poder no marco do campo político, é de sustentar que a psicanálise é de completo interesse a quem quer que se debruce sobre a questão. Há pontos importantes a serem considerados, quando se parte da ideia de que a teoria dos afetos pode contribuir para a compreensão dos fenômenos políticos, como coloca Neves (2018): (i) compreender a estrutura do poder, (ii) o impossível do ato de governar e (iii) o fenômeno da adesão social e aquiescência individual à norma.

Há um pressuposto central na obra de Freud, que Safatle (2015, p. 30) coloca nos seguintes termos: “o afeto que nos abre para os vínculos sociais é o desamparo”. Nessa linha de raciocínio, uma política verdadeiramente emancipatória é uma prática. Essa prática, na visão de Safatle (2015, p. 34), “funda-se na capacidade de fazer circular socialmente a experiência de desamparo e sua violência específica, e não de construir fantasias que nos defendam dela”. Trata-se de uma visão sobre a política que vai além daquela que estabelece que a política é a mera gestão do serviço dos bens. Estamos alinhados à noção fundamental, exposta por Safatle (2015, p. 34), de que “toda ação política é inicialmente uma ação de desabamento e só pessoas desamparadas são capazes de agir politicamente”. É nesse modo de colocar as relações políticas que se começa a compreender o afeto político central, que circula nas ações políticas da atualidade. Enquanto o discurso oficial procura soluções para amplamente debatida crise de representatividade, é dizer que os protestos de massa contra o capitalismo global e os arranjos institucionais demais atuais não constituem um conjunto de demandas por mais (ou melhor) representatividade. Trata-se da negação da instância representativa e do modo de vida neoliberal. Trata-se de dizer “isso não nos serve”.

Separemos, nesse ponto, medo e desamparo. “Desde Aristóteles, medo implica preparo e reação diante de um perigo real, iminente ou imaginado” (Safatle, 2015, p. 34). Já o desamparo “tem algo de desabamento das reações possíveis, de paralisia sem reação [...] ou mesmo de extrema vulnerabilidade vinda do fato de estar fora de si, mas agora dependendo de um Outro que não sei como responderá”. Há uma dupla dimensão do desamparo, desse modo:

(i) vulnerabilidade do sujeito em relação ao Outro e (ii) impossibilidade saber a resposta desse Outro.

Buscando uma leitura sobre a conjuntura política, as relações de forças e a luta de classes no marco do sistema capitalista global perante as instâncias representativas, tampouco se pode confundir desamparo com melancolia social, “o que o transformaria no afeto de uma vida democrática pensada como esfriamento geral das paixões de ruptura [...]” (Safatle, 2015, p. 36). Em outros termos, não se trata de compreender o desamparo das massas como o estado de resignação, esvaziado de qualquer possibilidade de ruptura com a institucionalidade vigente. A confusão entre desamparo e melancolia social poderia ser, objetivamente, interessante àqueles entusiastas das regras do jogo democrático. Nada poderia, nesse sentido, parecer mais interessante à manutenção das atuais regras do sistema dominante do que as massas em estado de melancolia generalizada. A questão passa a ser perceber que, na atualidade, as demandas políticas por transformação não se dão na via da normatividade estabelecida. Não apenas o desamparo, em si, mas a vulnerabilidade do desamparo é a condição essencial para a emancipação social, para Freud. É preciso pensar que:

[...] isso ocorre porque não se trata aqui de uma experiência de resignação diante da vulnerabilidade, de demanda de cuidado por figuras protopaternas de autoridade ou uma experiência de exploração política contínua do medo. O que temos em Freud é uma maneira de pensar os caminhos da afirmação do desamparo, com sua insegurança ontológica que pode nos levar à consequente redução de demandas por figuras de autoridade baseadas na constituição fantasmática de uma força soberana ou mesmo por crenças providenciais a orientar a compreensão teleológica de processos históricos. O desamparo nos mostra como a ação política é ação sobre o fundo de insegurança ontológica. (Safatle, 2015, p. 36)

A noção de desamparo como afeto político central da atualidade sustenta-se na premissa de que o desamparo das massas não é a demanda de cuidado pelas figuras políticas atuais. Não é, assim, a demanda por mais amparo pela representatividade democrática. É, sob essa leitura, um estágio que está além disso. Trata-se, fundamentalmente, da superação da necessidade de amparo das autoridades políticas. A partir da compreensão da nossa própria vulnerabilidade, nesse estado de desamparo político, é que se pode pensar as formas de emancipação política. Nessa linha de pensamento, enquanto insistirmos em demandar à representatividade política inserida na institucionalidade democrática liberal, não estaremos fazendo outra coisa senão insistindo na política do possível, aceitando de maneira mais

desesperada as possibilidades institucionais que são ofertadas - e que os eventos políticos e sociais têm provado que somente interessam aos que já ganham com as regras do jogo do capital e da democracia liberal.

A partir dessa noção, insere-se a ideia de que a política, como fala Badiou (1999a), é a realização do impossível. Compreender a política nesses termos é compreender, em última instância, que ela “implica em um modo de ser afetado para além da ‘forma indivíduo’” (Safatle, 2015, apud Neves, 2018). Assim, “se realmente existe um sujeito que possa ser designado como revolucionário, este sujeito é aquele na condição limite de se despir de todas as suas propriedades de indivíduo [...]” (Neves, 2018, p. 214). A assimilação do que seria ser revolucionário não passa, desse modo, pela ideia de que o indivíduo seja o agente de um fim predeterminado, mas que coloque a sua condição individual em risco (Neves, 2018). É justamente na tentativa de se opor a qualquer possibilidade verdadeiramente revolucionária, que a teoria que se pretende defensora das regras do jogo democrático e dos mecanismos do capitalismo global baseia-se, a ferro e fogo, no individualismo metodológico e na racionalidade instrumentalista. É contra toda forma de articulação social - que leve em conta a política como aquilo que força o impossível a acontecer - que a representatividade democrática busca se impor.

É nesse ponto que se deve colocar em xeque toda e qualquer ideia de crise, no marco da democracia liberal e do capitalismo global. Ora, as crises no capitalismo nunca ocorrem por mero acidente de percurso. As crises – a exemplo da crise orgânica de 2008 – não são outra coisa, senão uma possibilidade de reafirmação, ainda mais intensificada, do sistema. Entender a crise capitalista desse modo não é nenhuma novidade. Lembremos István Mészáros, filósofo marxista húngaro, em “Para Além do Capital” (2002), ao dizer que:

[...] crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria a superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda reivindicuem a realização de) exatamente isso. (Mészáros, 2002, p. 795)

Do ponto de vista da falência dos arranjos institucionais democráticos atuais, as “crises democráticas” ou a pontual “crise de representatividade” não significam outra coisa, senão o

cenário construído pelos próprios ideólogos do sistema liberal para que o próprio sistema se reafirme. Uma “crise de representatividade” estritamente ligada à crise orgânica – formulada por Gramsci (2000). Tal crise explora o desejo de que cidadãos e cidadãs se distanciem dos partidos políticos, abrindo a possibilidade para que projetos políticos aparentemente renovadores entrem em cena, centrados em indivíduos que apenas representam os interesses das classes dominantes. Quando as massas gritam, como gritam na presente década e têm gritado há décadas, que o sistema capitalista global e a democracia liberal não lhes servem mais, a medida urgente dos defensores do sistema é construir o discurso da crise para que, a partir dela, toda e qualquer possibilidade econômica e política deva se dar no interior do sistema já estabelecido. “Se a representatividade está em crise, as nossas soluções se darão dentro da representatividade já estabelecida”, é o discurso oficial que se impõe, muitas vezes silencioso.

O neoliberalismo é emblemático, nesse sentido. Um olhar sobre as formas delirantes do neoliberalismo, após a crise capitalista de 2008 – não o olhar à procura de soluções no interior do sistema, mas o olhar crítico sobre sua estrutura e seus modos de ação – apontam para a reafirmação do neoliberalismo, a partir da consagração exacerbada do indivíduo. O indivíduo responsável por seus próprios fracassos e sucessos, empreendedor de sua própria vida, imerso em permanentes mudanças de legislações trabalhistas, cuja consequência direta é a precarização das relações de trabalho, mas que, ainda assim, precisa “empreender” se quiser sobreviver. O indivíduo desempregado e desalentado que precisa trabalhar em empresas de aplicativos, sem qualquer grau de segurança, para que possa se alimentar. O mesmo indivíduo que, diante dessa conjuntura, é levado a pensar “pois bem, é o que me resta e a isso tenho que me apegar, para que não morra de fome”.

A partir do conjunto de teorias trazidas, podemos assumir certo grau de segurança para afirmar que a reafirmação do modelo capitalista global e de democracia liberal – no cenário pós-crise orgânica de 2008 – é apenas uma nova face de um modo de agir já conhecido. A reafirmação do individual é o esvaziamento da política. Toda tentativa de exacerbação da dimensão individual é, por essência, despolitizante. Se pensarmos a política na contramão daquilo que defendem os teóricos da escolha racional – até aqui apresentados, parece insustentável relacioná-la com o individualismo. Lançando mão das palavras de Neves (2018, 214), “[...] podemos dizer, sem ironia alguma, que os políticos de hoje fazem a política que lhes é própria (a política partidária, com regras implícitas e explícitas, legais e ilegais de alianças pela governabilidade) para não terem de se haver com a política!”.

Talvez precisemos encontrar uma nova terminologia que designe com maior veracidade as ações dos representantes eleitos, na atualidade. O que está dado – a institucionalidade democrática, as possibilidades ofertadas pelos arranjos democráticos eleitorais – não é política. O que está dado pode ser considerado como gestão da máquina pública, acordos ligados à satisfação pessoal dos representantes eleitos e, quando muito, apenas semblante. Lembremos Badiou (1999a), para quem a arte do possível é a política como semblante. Lembremos Neves (2018, p. 29), para quem “[...] ao se realizar, o impossível é aquilo que força o desabamento das normalidades instituídas”. É de se perguntar: quando ocorre a queda do semblante, o que nos resta? A verdadeira face da política, na superação do individualismo e constituída como sendo a verdadeira possibilidade emancipatória.

3 SOBRE A REAFIRMAÇÃO DO PROGRAMA NEOLIBERAL E O SISTEMA DEMOCRÁTICO: GIRO À DIREITA E UM OLHAR SOBRE O BRASIL

Durante as manifestações de junho de 2013, no Brasil, uma jornalista perguntou a um manifestante o seu nome. Ouviu a seguinte resposta: “anota aí, eu sou ninguém”. Esse aparentemente simples exemplo de negatividade está colocado no manifesto “Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência” (2016), de Vladimir Safatle. “Por mais paradoxal que possa parecer, ‘eu sou ninguém’ é a mais forte de todas as armas políticas” (Safatle, 2016, p. 06). Parece interessante desenvolver um raciocínio indutivo sobre a passagem acima. Essa negatividade, que não se encerra apenas na esfera individual, é, propriamente, um sinal da astúcia coletiva dos nossos tempos. Uma astúcia “daqueles que compreendem que a liberdade passa pela capacidade de destituir o Outro da força da enunciação dos regimes de visibilidade possíveis” (Safatle, 2016, pp. 06-07).

É desse ponto que construiremos a ponte entre o que foi colocado no capítulo anterior e o que se pretende explicar no presente capítulo: que a reafirmação do programa neoliberal (e do capitalismo global e da democracia liberal com seus arranjos, em maior medida) é uma reação deliberada de negação das massas excluídas ao estado do capitalismo global e aos excludentes arranjos da democracia liberal. Uma negação constituída pelo desamparo. Um estado de permanente destituição das forças políticas e econômicas dominantes, no sentido de retirar-lhes a força de enunciarem o que é possível, na política e na economia. Inevitavelmente, a reafirmação do projeto neoliberal incide sobre quem pretende negar os seus modos de agir. Afinal, “o poder inventa todas as formas de urgências, de ataques terroristas, de crises econômicas, de violência estatal [...] já que o poder atual baseia-se na mobilização contínua da ausência de saída, da ausência de escolha” (Safatle, 2016, p.07).

O paradoxo fundamental do capitalismo global, na sua versão mais escancaradamente radical, diz respeito ao fato de que seus entusiastas (parte da ciência que se intitula como neutra, jornalistas de grupos midiáticos corporativos, “especialistas” do mundo das finanças, etc) defendem a todo custo a liberdade e a escolha individual, ao mesmo tempo em que defendem que não liberdade para escolher aquilo que esteja fora do sistema. É preciso, desse modo, que se construa, continuamente, o discurso da disseminação da ideia de que não há escolha. Desse modo, diz Safatle:

E só há uma forma de levar as pessoas a acreditarem não ter escolhas: há de se gerir e produzir continuamente o medo, gerir situações de emergência que se tornam regra, criar um regime que se sustenta na contradição de ser, ao mesmo tempo, liberal e militarista, permissivo e restritivo, que prega a liberdade individual mas grampeia seu telefone. Um regime que invade sua privacidade em nome de sua própria segurança. (Safatle, 2016, p. 08)

O poder não age sozinho – limitado às suas possibilidades institucionais e na sua violência objetiva – quando gere situações de emergência. É preciso, como condição básica, o apoio da imprensa corporativa e de setores sociais que disseminem a ideia de crise e que sejam capazes de fazerem crer, mesmo às massas mais sensivelmente prejudicadas pelas ações do atual regime econômico e político, que os pobres paguem a conta quando os sonhos dos ricos viram pesadelo – apenas para usar o exemplo contido no documentário *Inside Jobs* e colocado no início deste trabalho.

Fundamental é recobrar a lição de Marx (2008), para quem as crises no capitalismo devem ser entendidas a partir da regularidade da dinâmica de expansão desse sistema. Desse modo, as crises no capitalismo “não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, contradições bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (Marx, 2008, p. 286). É sob esse modo de compreensão que se pode entender que a crise capitalista de 2008 não se constituiu como sendo um acidente de percurso. As contradições bruscas e inerentes do sistema são inegáveis, do mesmo modo que os arranjos do próprio sistema para reafirmar-se. Politicamente, a ascensão da direita em países da América Latina e da Europa, na segunda década do século XXI, não se constitui como sendo uma simples consequência do desenrolar do acirramento do jogo político estabelecido no contexto da crise capitalista, mas, fundamentalmente, um meio de reafirmação do neoliberalismo. Mais uma vez, recobremos a ideia de que o sistema político se baseia no seu caráter instrumentalista, e que as relações entre capitalismo global e sistema democrático liberal são simbióticas.

Inúmeros trabalhos – não apenas da ciência política – se esforçam para uma defesa ainda mais contundente das regras do jogo democrático não apenas porque defender as regras do jogo é quase um modo natural de pensar da filosofia liberal, mas porque, após a crise capitalista de 2008 – com manifestações de massa contrárias à representatividade democrática e ascensão de governos de extrema-direita -, o sistema foi colocado em xeque. É preciso pensar, porém, que esse resgate das premissas básicas do regime democrático tem uma razão de ser. É preciso não apenas excluir as massas de uma efetiva participação política e oferece-la, sob o

semblante de “participar politicamente”, as eleições, o sufrágio universal e tudo aquilo que se encerra na política enquanto o conjunto de possibilidades. É preciso fazer com que elas retornem aos princípios da democracia liberal. Para intentar esmiuçar essa ideia, lançaremos mão dos dizeres de Judith Butler (2000), ao trabalhar o pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, quando afirma que *“las organizaciones políticas democráticas se constituyen mediante exclusiones que retornan para frecuentar aquellas organizaciones políticas predicadas sobre la ausencia de esas exclusiones”* (Butler et al, 2000, p. 17). Na medida em que o retorno das massas excluídas é colocado, expande-se e rearticula-se as premissas básicas da democracia.

É preciso pensar, entretanto, que a organização de uma política democrática é, necessariamente, incompleta. Em maior medida, como diz Butler (2000), a própria posição de um sujeito particular dentro de uma organização política é incompleta. Para Butler (2000), essa incompletude pode ser entendida a partir das seguintes dimensões: (i) o fracasso de uma articulação em particular para descrever a população que representa, e que (ii) cada sujeito se constitui por diferenças, de modo que aquilo que é produzido como “exterior constitutivo” do sujeito nunca pode passar a ser totalmente interno. É preciso levar as considerações de Butler com certo cuidado, sobretudo pelo fato da pensadora partir do indivíduo como unidade de análise. Ainda assim, a partir dessa compreensão, é precário buscar entender a política democrática como aquela, efetivamente, capaz de comportar o conjunto complexo de indivíduos e grupos sociais marcados por diferenças inerentes a cada um. A diversidade – exatamente a marca basilar do próprio ideal democrático – é, ao fim e ao cabo, aquilo que não é comportado pelo sistema democrático fundado na filosofia liberal. Tampouco na dimensão representativa da democracia, com seus arranjos.

No atual processo de legitimação do poder democrático, o que se entende por eleições – categoria cara à teoria política democrática – se constitui como um evento cada vez mais concebido a partir de um modelo de concorrência de mercado. A lógica concorrencial, aplicada às eleições, transformam-nas em mera troca comercial, sendo as eleitoras e os eleitores singelos consumidores desse produto do sistema. Nesse sentido, articula Zizek (2011, pp. 10-11) que “[...] os eleitores ‘compram’ a opção que promete cumprir de maneira mais eficiente a tarefa de manter a ordem social [...]”. É dizer, assim, que o método de escolha de governantes possui, pelos arranjos do sistema de democracia liberal, uma dimensão política, mas, também, econômica – tão ou mais intensa do que a própria dimensão política. Não à toa, reproduzem-se os vencedores das eleições como sendo os mesmos que dispõem de capital econômico mais

vasto. É o ponto de contato – entre outros já abordados no presente trabalho – entre a política democrática e a lógica capitalista.

Após a crise orgânica de 2008, entretanto, esse fenômeno ganhou um elemento importante. Trata-se da ascensão de governos de extrema-direita. Como dissemos acima, essa ascensão – em países da América Latina e da Europa – não é acidental. É preciso, para entendê-la nos seus contornos mais elementares, recobrar, inicialmente, as lições de Gramsci.

Para o pensador italiano, a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico (Gramsci, 2004). Nesse sentido, “o conjunto complexo e contraditório de superestruturas é o conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 2004, p. 250). A economia, em absoluto inserida na realidade social, determina a própria totalidade social. A ação coletiva é, pela visão gramsciana, limitada pelas condições econômicas objetivas e subjetivas. O bloco histórico, portanto, seria a unidade comum entre a estrutura e a superestrutura. É fundamental, pela compreensão de Gramsci (2000, 2004) que, para a formação de um bloco histórico, haja uma classe social hegemônica. Diante desse cenário – no qual uma classe hegemônica é a classe dominante –, para Gramsci, o Estado busca manter a coesão no interior do bloco, disseminando uma cultura comum. A pergunta que se apresenta, nesse ponto, é sobre se a crise orgânica de 2008 representou uma possibilidade de ruptura de um bloco histórico.

Importante, antes de se debruçar sobre a pergunta, é apresentar que a constituição de um bloco histórico, no marco do pensamento gramsciano, exige a afinidade de três espécies de relações de força. Em primeiro lugar (Gramsci, 2000, 2004), há uma relação de força referente ao nível estrutural. Em seguida (Gramsci, 2000, 2004), há uma relação de força política, que diz respeito ao desenvolvimento das classes e do nível de consciência política. Por fim (Gramsci, 2000, 2004), há uma relação de força na esfera militar, configurada tanto pelo uso interno do poderio militar, quanto pela ação de forças militares no âmbito geopolítico. No que diz respeito à segunda categoria de relação de força, especificamente, Gramsci (2004) coloca que é preciso haja três níveis daquilo que se pode entender por “consciência política”: (i) o nível de interesses específicos de um grupo, (ii) a própria consciência de classe, permanecida no nível de interesse econômico, e (iii) o nível hegemônico, propriamente, ou seja, aquele que estabelece a harmonia entre os interesses da classe dominante e das frações de classes dominadas, incorporando a isso termos universais.

A partir desse raciocínio, o que se enxerga, desde o início dos anos 1990, é o capitalismo hegemônico a nível global. No mesmo sentido, enxerga-se a democracia liberal

como o valor máximo, vencedor diante das ameaças do nazismo e do fascismo, na primeira metade do século XX, e de todas as promessas comunistas, encerradas na derrocada da União Soviética. A hegemonia, sob essa visão, é o ponto de passagem entre a estrutura e as superestruturas complexas. A construção do discurso hegemônico tem caminhado, desde os anos 1990, no sentido de que o capitalismo e a democracia liberal não são valores ligados a uma classe específica, mas valores universais a serem assimilados pela totalidade do corpo social. A crise de 2008 pôs em xeque não apenas a farsa desse discurso hegemônico, como possibilitou a ruptura do bloco histórico. Seja no nível estrutural, político ou militar, as condições de constituição do bloco histórico estavam presentes, antes do estopim da crise capitalista.

É absolutamente fundamental, no marco do pensamento de Gramsci, que, para que haja a ruptura de um bloco histórico, tenha havido uma crise orgânica. Discutimos anteriormente – apenas para esclarecer – que a crise capitalista de 2008 constituiu-se como uma crise orgânica. No mesmo sentido, discutimos que o atual bloco histórico constitui-se como sendo aquele em que há hegemonia do capital financeiro sobre as demais frações do capital – ideia central do neoliberalismo. Assim, a crise orgânica de 2008 não apenas atingiu as instituições mais essenciais do capitalismo hegemônico, como colocou no horizonte a possibilidade de ruptura do bloco histórico vigente. Eis aí não apenas a situação com potencial para o estabelecimento de um novo bloco histórico, mas, também, de reafirmação das forças dominantes de maneira ainda mais incisiva.

Vejamos alguns eventos políticos, no que se refere à ascensão da direita, na conjuntura política específica estabelecida após a crise capitalista de 2008. Trataremos, pontualmente, da situação da América Latina, exatamente por nos permitir contextualizar melhor o caso brasileiro. O avanço da direita se deu, por exemplo, pela eleição de Mauricio Macri, na Argentina. Pela derrota de Evo Morales nas eleições legislativas na Bolívia (Gomes e Rojas, 2016), pela vitória de Sebastián Piñera, no Chile; pela vitória de Mario Benítez, no Paraguai; pela vitória de Pedro Kuczynski e sucessão (após renúncia deste) de Martin Vizcarra, no Peru; pela vitória de Iván Duque, na Colômbia; e pelo golpe contra o governo de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, e a eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro, em 2018. O espectro da direita ronda, definitivamente, o subcontinente. Não é demais lembrar que:

As classes dominantes do subcontinente sempre se mostraram incapazes de implementar sequer um projeto burguês nacional autônomo. Os integrantes

dessa classe estão impetuosamente interessados em manter-se em um estado de atraso, se projetando para fora das suas próprias economias à procura de mercados externos aos quais possa se subordinar. [...] Poder-se-ia dizer, precisamente ao nível da conjuntura, na qual se mesclam políticas clássicas de ajuste, de transferência direta de ingressos aos setores mais concentrados, o avanço de um conservadorismo social e territorial através de uma “nova direita”, que cada vez mais pressiona os governos de plantão para a adoção de medidas duras como resposta à crise. (Gomes e Rojas, 2017, p. 26)

As elites da região, por razões históricas, estruturais e particulares, interessam-se na manutenção da condição de subordinação. As medidas responsivas à crise capitalista global, nesse sentido, não poderiam ser outras senão medidas de ajuste fiscal, aguçamento da precarização das relações de trabalho e enfraquecimento da classe sindical. O ponto-chave parece ser compreender que, no interior da dinâmica da América Latina, as classes dominantes se projetam, como dizem Gomes e Rojas (2016) para fora de suas próprias economias, reproduzindo, assim, a condição de subordinação. Importante, também, é lembrar Zizek (2013), quando afirma que o capitalismo, embora se proponha hegemônico a nível global, reproduz seus efeitos de maneiras distintas, nas diferentes regiões do mundo. Em particular, na América Latina, dada a histórica condição colonial, construída pela força devastadora dos impérios na nossa região, os efeitos são ainda mais graves, em razão da arquitetada condição de dependência das economias locais para com as economias capitalistas desenvolvidas.

A crise do neoliberalismo reverberou-se na região e é central para o desenrolar da própria crise do sistema democrático liberal, com o avanço, por exemplo, de uma extrema-direita estampada na figura de Jair Bolsonaro, que põe em xeque os próprios arranjos democráticos. O esvaziamento definitivo da dimensão política do sistema democrático liberal é resultado, pelo que foi exposto, do protagonismo do programa neoliberal sobre a política. Para explicar esse fenômeno, alguns autores têm utilizado a expressão “pós-democracia”, a exemplo de Rancière (2018) e Ballestrin (2018).

Rancière (2018) pretende explicar que o termo “pós-democracia” não trata, inicialmente, de uma aparente desilusão com a democracia. Tampouco da abolição das ilusões. Fundamentalmente, trata-se de uma prática governamental – um modo de governar -, inserida no que se costuma entender como sistema democrático, que ignora o “*demo*”. Uma democracia, assim, sem povo. Segundo Rancière (2018, p. 113), “[...] uma democracia que liquidou a aparência, o erro na conta e o litígio do povo, redutível portanto ao jogo único de dispositivos do Estado e das composições de energias e de interesses sociais”. O fenômeno que se pode

entender como “pós-democracia” insere-se na ideia de privatização da dimensão pública. É fruto da relação simbiótica entre neoliberalismo e democracia liberal, um ponto já abordado diversas vezes no presente trabalho. Em maior medida, é possível dizer que a “pós-democracia”, em um paradoxal sistema onde a democracia é exercida sem o povo, não é só consequência do neoliberalismo. Ela é o resultado inevitável dos efeitos corrosivos do neoliberalismo sobre a política. O sistema neoliberal, ao usar a democracia liberal como instrumento, dispensa as massas. Poderia perfeitamente – e o faz – articular pautas econômicas e projetos políticos sem qualquer necessidade de legitimação social.

Ballestrin, por sua vez, expõe que “cada vez mais a eliminação do outro é incorporada pelo léxico da pós-democracia” (Ballestrin, 2018, p. 156), ao analisar como as dinâmicas políticas atuais inserem-se na ideia de “pós-democracia”. As consequências da relação devastadora entre neoliberalismo e democracia ocorrem, também, sobre o sujeito. Um sujeito pós-democrático “depressivo, impaciente, ansioso, individualista, consumista”, como coloca Ballestrin (2018, p. 156).

Para que se possa pensar o Brasil nesse contexto, é importante ter em mente quatro eixos fundamentais: (i) as manifestações de massa em junho de 2013, (ii) a atuação do poder Judiciário, especialmente através da Operação Lava-Jato, (iii) o golpe contra Dilma Rousseff, em 2016 e (iv) a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Nenhum desses eventos ocorreu isoladamente ou se deu apenas por razões próprias. São fios do tecido político brasileiro, na conjuntura construída após a crise capitalista de 2008 e mesmo antes. Acerca do primeiro eixo, seus fundamentos já foram expostos no capítulo anterior. Passemos, então, ao segundo.

Assumiremos a premissa de que o Judiciário brasileiro é, de modo geral, uma classe corporativista que reúne o que há de mais conservador na sociedade brasileira. A própria ascensão à burocracia judicial, por meio de concursos públicos que exigem horas de estudo incompatíveis com a realidade dos trabalhadores que têm que vender suas forças de trabalho por quarenta ou mais horas semanais, é, por si só, excludente. A reprodução dos mesmos sobrenomes nas instâncias maiores do poder Judiciário é tema de inúmeros estudos promovidos no Brasil, diga-se de passagem. Trata-se de um sistema que se retroalimenta por relações familiares, com aplicação da lei penal de maneira a condenar deliberadamente a parcela pobre e negra da população brasileira. Uma teia ilegível de burocracias estatais cujo objetivo, em geral, costuma ser a reprodução das mesmas estruturas engessadas de poder. O próprio ordenamento jurídico brasileiro costuma deixar, sem margem para interpretação, que a justiça e o sistema legal são coisas distintas.

Ilusório seria pensar que o poder Judiciário brasileiro – bem como o Ministério Público e a Polícia Federal – seja uma instância neutra e distante dos meandros do poder político. Nesse ponto específico, lançaremos mão das palavras de Ballestrin, ao dizer que:

Determinadas forças relacionadas ao Poder Judiciário, Polícia Federal e Ministério Público ganharam um protagonismo inédito na promoção de uma agenda nacional anticorrupção, descaracterizando e distorcendo determinados sentidos de democracia e de justiça no país. O Brasil pode ser considerado um caso no qual o suposto combate à corrupção com a interferência desses atores e instituições não surtiu o efeito esperado para o fortalecimento da democracia. Pelo contrário, tratou-se da agenda que conduziu o Brasil à pós-democracia. Ainda que obviamente existam outros conjuntos heterogêneos de atores, instituições e personagens responsáveis e interessados no golpe constitucional consumado em 2016, o complexo jurídico-econômico institucional disparado para a aceleração desse processo indica que a expansão global do poder judiciário via judicialização da política coincide com a ascensão das pós-democracias nos anos 1990 – a despeito da inexistência de nexos e causalidades entre ambos fenômenos. (Ballestrin, 2018, pp. 159-160)

A análise de Ballestrin (2018) diz respeito à promoção exacerbada de forças do Judiciário brasileiro, do Ministério Público e da Polícia Federal no que costumou ser considerado como combate à corrupção. Notadamente, esse discurso de combate à corrupção – uma demanda, aliás, antiga no Brasil – foi assumido de maneira absoluta pela Operação Lava-Jato, uma operação articulada inicialmente no Estado do Paraná, que colocou o então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, no patamar de herói nacional, ou figura destemida e desbravada que varreria a corrupção do país e, efetivamente, colocaria na prisão algumas das figuras mais importantes do poder político institucional e do poder empresarial, até então acostumadas à impunidade. Não foi à toa, porém, que o Judiciário brasileiro assumiu, da forma que assumiu, o discurso de combate à corrupção. Inegavelmente, a corrupção é um problema crônico da realidade social, política e empresarial brasileira, e o seu combate, historicamente, sempre foi tentado por setores da esquerda. Entretanto, mais recentemente – em específico, após os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff -, esse discurso foi assimilado pela direita. O discurso que legitimou, por exemplo, a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018.

Qualquer análise minimamente séria sobre a atual conjuntura política do Brasil pode indicar que a Operação Lava-Jato se constituiu como sendo um projeto de poder articulado sob a ideia de retirar as forças populares das instâncias de poder, ao passo em que entregava empresas nacionais – a Petrobras, apenas para ficar em um exemplo – ao capital estrangeiro.

Negar isso é assumir a veracidade da formalidade jurídica e institucional pela qual as ações deliberadamente autoritárias do então juiz Sérgio Moro tentaram se legitimar. A expansão do poder do Judiciário é a expansão das forças que configuram esse poder, que, definitivamente, não são forças ligadas às massas excluídas do sistema.

Nesse ponto, é possível estabelecer a ligação entre o segundo e o terceiro eixos colocados acima – a saber: Judiciário e golpe contra Dilma Rousseff. Para isso, diz Ballestrin (2018, p. 160) “a equivalência da política à corrupção é um dos discursos generalizados que trabalha para a destruição da democracia, afastando as pessoas da política e produzindo um sentimento de rejeição aos partidos políticos [...]”. Concordamos, mas não totalmente, com a observação de Ballestrin. Em um raciocínio simples, direcionar as armas de combate à corrupção exclusivamente à política é ignorar que, para além do agente passivo da corrupção, é condição básica que haja o agente ativo. Em outras palavras, para que um político se corrompa, é preciso que um agente privado financie a prática de corrupção. Se há alguma espécie de combate à corrupção efetivamente legítima, é preciso que passe pelo combate à classe empresarial que, por suas práticas, operacionaliza a corrupção. A atuação do Judiciário brasileiro, na presente década, constitui-se como sendo uma prática obsessiva de estabelecer uma ligação – pelos meios e instrumentos mais forçosos possíveis – de corrupção com os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Daí a se pensar que o golpe contra Dilma Rousseff é resultado da atuação do Judiciário brasileiro – em específico, da Operação Lava-Jato – e dos efeitos mais devastadores do neoliberalismo. Embora seja comum pensar que a queda de Rousseff deveu-se ao show de horrores promovido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no seu processo de *impeachment*, a sua queda deve-se muito mais à reação do mercado financeiro às medidas econômicas que a então presidenta tomou contra as ações desenfreadas dos agentes do mercado financeiro, a exemplo do controle da taxa de juros. Entretanto, reconhecer isso não nos impede de reconhecer, por outro lado, que o golpe contra Dilma Rousseff foi, em alguma medida, resultado da própria política conciliatória do Partido dos Trabalhadores. Para isso, diz André Acier (2018, online) “o PT abriu caminho ao golpe institucional quando governou com a direita, assumiu e acobertou métodos de corrupção próprios desse sistema capitalista e atacou os trabalhadores [...]”. Ainda assim, deve-se compreender a atuação do Judiciário brasileiro a partir da ideia de que se trata de uma oligarquia com poderes políticos, fortemente ligada às alas conservadoras da sociedade brasileira, e uma peça central no golpe contra Dilma Rousseff.

Na mesma medida, o Judiciário brasileiro foi uma peça central para a eleição do direitista Jair Bolsonaro. O fato do então juiz da Lava-Jato, Sérgio Moro, ter aceitado o convite para o cargo de Ministro da Justiça do governo Bolsonaro – sem que se esqueça que a decisão de Moro foi a responsável por impedir que Lula da Silva, então favorito às eleições de 2018, pudesse se candidatar – é apenas um semblante da atuação orquestrada desse Poder. Acerca dessa questão, pondera Acier:

[...] a tirania judicial brasileira escolhe a bel-prazer quem o povo pode ouvir e quem não, em quem pode votar e em quem não. Essa oligarquia de juízes no Brasil é mais autoritária que os magistrados da República Romana, que eram eleitos anualmente para executar as decisões dos juriconsultos (“juízes” em tempos de paz, e “pretos” em tempos de guerra), e que não possuíam poder de veto nas eleições magistratoriais. O Poder Judiciário é conformado por uma casta vitalícia e privilegiada, com tribunais superiores (como o STF) designados a partir de negociações entre as forças políticas predominantes e sem intervenção do voto popular na designação do conjunto dos juízes e procuradores. (Acier, 2018, online)

Discutir as minúcias do poder Judiciário brasileiro exigiria esforços teóricos que vão além do presente trabalho, mas, observando as suas atuações na esfera política – sem deixar de reconhecer que toda atuação jurisdicional é, em alguma medida, uma atuação política – na presente década, com prisões de lideranças políticas e construção reiterada de combate à corrupção, é possível questionar em que medida o Judiciário brasileiro age apenas nos limites das suas competências institucionais. Como diz Acier (2018), trata-se de uma casta sustentada por privilégios constitucionais, legitimada por um poder vitalício e que, em geral, não precisa que suas decisões tenham legitimidade popular. Uma casta cinicamente desligada da realidade social do país, que, em defesa da “dignidade da magistratura”, faz lobby para que, recorrentemente, seus salários sejam aumentados, como se não fosse suficientemente escandaloso que um(a) membro(a) da magistratura ganhe mais de vinte vezes o salário mínimo vigente no país.

Uma casta, aliás, que se reproduz em uma das organizações centrais para a política brasileira, no contexto específico após a crise mundial de 2008: a Operação Lava-Jato. Para tratar dela, pontualmente, discorreremos em algumas linhas, tendo como referência o trabalho “Prosopografia Familiar da Operação ‘Lava-Jato’ e do Ministério de Temer” (2017), de Ricardo de Oliveira, José Marciano Monteiro, Mônica Goulart e Ana Valani, publicado na Revista NEP-UFRP. A partir disso, tomaremos como norte as palavras de Oliveira et al (2017, p.02), ao

afirmarem que “não se pode compreender, portanto, a ‘elite da Lava-Jato’ sem compreender a rede de relações sociais, profissionais, políticas e ideológicas que constituem esses agentes”.

A operação Lava-Jato, responsável, por exemplo, pela prisão do ex-presidente Lula da Silva, bem como de uma série de atores da política representativa brasileira e do meio empresarial, buscou legitimação popular a partir da disseminação do discurso de que ela, enquanto Operação articulada por forças da Política Federal, do Ministério Público e do Judiciário, inaugurava, na segunda década do século XXI, a mais contundente e relevante operação de combate à corrupção da história do país. A sua aparente neutralidade – uma neutralidade com a qual, em maior medida, tenta se revestir todo o Judiciário e as demais instâncias coercitivas – necessita ser entendida a partir da superação da ideia de que as instituições formais são neutras. Objetivamente, qualquer instituição é formada por indivíduos concretos, que trazem consigo seus valores, histórico familiar e posições ideológicas. Diferentemente do que tenta fazer crer a teoria democrática dominante, as instituições, sob nenhuma perspectiva que se enxergue, são neutras. Nesse sentido, afirmam Oliveira et al:

Assim como não podem ser analisados [os agentes da Lava-Jato de forma isolada, como indivíduos abstratos, que agem de acordo com o que “diz a lei”. São indivíduos concretos que possuem intenções e interesses em suas ações, além de pertencerem a famílias e classe sociais “privilegiadas”, possuidoras de uma cosmovisão de mundo, que, em muito, foi construída no decorrer do processo histórico nas principais instituições que formaram e formam as elites jurídicas e as elites políticas do país. Estas são conectadas e atreladas às elites do dinheiro, que em sua totalidade formam, com a elite midiática, a classe dominante em nosso país. (Oliveira et al, 2017, pp. 02-03)

Há uma rede de conexões que denuncia, de modo geral, a profunda relação entre os agentes do direito e as elites do países. Mesmo as instituições que formam bacharéis em direito, no Brasil, como afirmam Oliveira et al (2017), costumam disseminar, em geral, uma visão de mundo mais tradicional e conservadora, alheia às desigualdades sociais. Se a teoria política democrática costuma evitar um desenvolvimento mais profundo de suas análises justamente porque se baseia na ideia de que o mundo pode ser explicado por categorias políticas, o que dizer da teoria jurídica? Que se encerra em si mesma, ambiciosa de explicar os fenômenos sociais apenas por meio de leis e decisões judiciais, utilizando para si, de maneira satisfatória, a expressão “doutrina jurídica”. Não por acaso, trata-se de uma formação jurídica – no Brasil, de modo geral – que ignora a literatura desenvolvida, por exemplo, pela sociologia e pela

filosofia. Uma formação pontualmente tecnicista, que, de modo geral, (i) reproduz a absoluta falta de consciência de classe e (ii) baseia-se em uma pobreza teórica e intelectual assustadoramente aguda. Esse modo de pensar o direito – que se dissemina nas inúmeras faculdades de direito do país – denuncia a flagrante pobreza da formação jurídica nacional, e revela, em algum grau, o tipo de perfil dos bacharéis do país. O que se pode compreender como “elites intelectuais” do direito, no mais das vezes, acaba sendo, como afirmam Oliveira et al (2017, p. 03) “formadas por especialistas em temas relacionados à administração da Justiça estatal”. Esses especialistas, muito embora não possuam, geralmente, posição formal de poder, formam um grupo que “tem influência nas discussões sobre o setor e em reformas políticas, como no caso dos especialistas em direito público e em direito processual.” (Oliveira et al, 2017, p. 03)

O universo da pesquisa de Oliveira et al (2017) compreende os três principais núcleos da operação Lava-Jato, a saber: “14 procuradores do Ministério Público Federal, 8 delegados da Polícia Federal, o juiz Sérgio Moro e o Procurador Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros” (Oliveira et al, 2017, p. 05). Não será o caso, naturalmente, de esmiuçarmos o estudo, uma vez que leitura dele é suficiente para compreender o fenômeno. O objetivo é muito mais observar, a partir dele, as redes de relações políticas, familiares e financeiras dos membros da operação Lava-Jato e, a partir disso, compreender o potencial político dessa operação. Um par de parágrafos será suficiente para isso.

Sérgio Moro, então juiz da Lava-Jato, casado com Rosângela Wolff de Quadros, que fez parte do “escritório de advocacia Zucolotto Associados [...]” e “defende várias empresas petrolíferas estrangeiras” (Oliveira et al, 2017, p. 09), tem parentesco com o desembargador Hildebrando Moro. Na condenação a José Dirceu – figura central do início do governo do Partido dos Trabalhadores –, ficou conhecido pela frase “não tenho prova cabal contra Dirceu, mas vou condená-lo porque a literatura jurídica me permite” (Oliveira et al, 2017, p. 09). A teia de relações familiares de Sérgio Moro com a elite do Paraná envolve, por exemplo, a “grande família do poder Centro Cívico de Curitiba [...] os desembargadores Haroldo Bernardo da Silva Wolff e Fernando Paulino da Silva Wolff Filho” e, ainda, o “grupo Triunfo, bastante ativo nas atividades empresariais e na política regional, sempre envolvido com problemas jurídicos” (Oliveira et al, 2017, pp.09-10).

Outra figura importante para as investigações da Lava-Jato foi Carlos Fernando dos Santos Lima, procurador e “filho do deputado estadual da ARENA Osvaldo dos Santos Lima” (Oliveira et al, 2018, p. 10), presidente da Assembleia Legislativa do Paraná no cume da ditadura

militar brasileira, em 1973. Carlos Lima ficou conhecido por sua atuação no caso Banestado, muito embora tenha sido casado com uma ex-funcionária do Banco Banestado (Oliveira et al, 2017, p. 10) mesmo enquanto investigava o esquema. Segundo Oliveira et al (2017, p. 10), “mais que isso, consta que sua mulher trabalhou em dois dos principais locais onde funcionava a ‘lavanderia’ do Banestado e que, antes de o caso vir à tona, o procurador chegou a negar na CPI que algum parente trabalhasse no banco”.

Por fim, não se pode falar da operação sem citar o Procurador da República Deltan Dallagnol. Deltan é filho do procurador de justiça Agenor Dallagnol (Oliveira et al, 2017) e membro da Igreja Batista. Do mesmo modo que os casos acima apresentados – Sérgio Moro e Carlos Fernando dos Santos Lima – “verificamos uma reprodução dentro da elite estatal, com os filhos preservando muitas vezes os valores e as ideologias dos pais na década de 70, época de autoritarismo e justiça de exceção.” (Oliveira et al, 2017, p. 12). A mentalidade “colonizada, subalterna e entreguista” (Oliveira et al, 2017, p. 12) persiste.

É preciso asseverar que, inevitavelmente, as ideologias e valores dos membros determinam as pautas de Lava-Jato, bem como os seus modos de atuação naquilo que pretendem colocar como “combate à corrupção”. Não houve – nem há – um passo da operação Lava-Jato que não tenha sido dado no sentido de promover os seus próprios anseios políticos, de articular a sua estrutura de poder no sentido de, mais do que levar à frente a pauta de combate à corrupção – que, na sua essência, não deixa de ser legítima, ao menos quando observada do ponto de vista geral –, combater, efetivamente, o governo do Partido dos Trabalhadores e fazer girar o tabuleiro político rumo à imposição das vontades das classes dominantes do Brasil. Uma observação: não se está a dizer que os governos do Partido dos Trabalhadores tenham sido, exatamente, voltados contra essa classe. A mesma classe que se reproduz desde muito tempo, avessa à qualquer possibilidade de ascensão social, opressora em relação às condições desumanas das massas excluídas pelo capitalismo tacanho que se impõe no país. Não há diferença substancial entre a elite da Lava-Jato e as elites políticas que se fecharam nas sombras da ditadura militar brasileira e que clamam para si o título de defensores da moralidade. Não por acaso, pertencem ao mesmo percentual ínfimo da população que detêm a maior parte do capital. Nesse sentido, afirmam Oliveira et al:

Os principais operadores da Lava-Jato e boa parte dos Ministros de Temer não são membros da “classe média”, ou apenas técnicos e gestores, quase todos são membros, ou casaram, com importantes famílias políticas presentes ao

longo da história nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Todos os nomes aqui listados pertencem ao 1% mais rico, quando não ao 0,1% mais rico e sempre revelam a característica “familiar” do sistema judicial e do governo no Brasil, presentes em todas as suas regiões. (Oliveira et al, 2017, p. 27)

A leitura aguçada dos autores de “Prosopografia Familiar da Operação ‘Lava-Jato’ e do Ministério Temer” (2017) sintetiza-se na passagem em que afirmam que “a política e a justiça no Brasil continuam sendo em boa parte negócios de família” (Oliveira et al, 2017, p. 27). Ora, se são os negócios de família que determinam as ações dos membros da política representativa e dos agentes da justiça, no Brasil, é de inferir que, nesse cenário, há uma esvaziamento da dimensão da própria política. Não se trata, assim, de política, em sua essência, mas de meros acordos direcionados à manutenção das mesmas estruturas de poder dominante. Naturalmente, essa visão não é nova – já tendo sido apresentada em diversos estudos da sociologia brasileira. Há um fator que se desdobra a partir disso: não se trata apenas da manutenção das estruturas historicamente dominantes, mas, em igual medida, de sufocar e excluir toda estrutura dominada e esfacelar suas possibilidades emancipatórias. Eis a lógica da política representativa brasileira e dos agentes do poder: deputados, senadores, agentes da lei, agentes do mercado financeiro, agentes da mídia corporativa, etc; de um modo geral. Para que se reproduza uma estrutura dominante, é fundamental que se esvazie a classe dominada. O capitalismo, mais recentemente – e quando falamos “mais recentemente”, estamos nos referindo a um par de séculos – impõe essa lógica de maneira mais objetivamente visível. Mas essa lógica remonta a todas as histórias dos impérios, sendo a lógica determinante das estruturas de poder. O Brasil, na sua condição de sub-país, é apenas mais um resultado desse sistema. Ao se notar a histórica e quase insuperável desigualdade do país – desigualdade no sentido mais amplo, não apenas social/econômica -, não se pode crer que esse cenário seja resultado, fundamentalmente, de questões externas: o Brasil é um dos exemplos mais contundentes da perversidade não apenas do capitalismo global, mas da própria ideia de dominação social e cultural, algo que remonta à própria origem da colonização, no final do século XV.

Após a crise orgânica de 2008, a ascensão da direita é, fundamentalmente, um modo de reafirmação do sistema dominante. No contexto brasileiro, a crise econômica e a crise dos arranjos democráticos são, fundamentalmente, resultados daquilo que se pode considerar como versão senil do neoliberalismo. Uma versão senil que se rearticula para se afirmar de maneira ainda mais perversa, o que se observa nos programas de figuras da extrema-direita como Jair

Bolsonaro. Sobre este, a sua eleição é um fenômeno complexo, que tem sido tratado em estudos atuais e, inevitavelmente, será tratado por décadas. Não se pode enxergar a eleição de Jair Bolsonaro apenas por uma categoria específica, ou como resultado “apenas” da atuação do Poder Judiciário, ou “apenas” como fruto do programa global do capitalismo. Para tentar entendê-lo, começaremos por Jessé Souza, no seu “A Tólice da Inteligência Brasileira” (2015).

Para Souza (2015), os governos do Partido dos Trabalhadores produziram uma reação incomparável em uma das sociedades complexas “mais perversas e conservadoras da história moderna” (Souza, 2015, p. 246). O que se entende por “ódio ao PT” – uma condição fundamental para a eleição de Bolsonaro – pode ser entendido, em maior medida, como o ódio das elites brasileiras a toda e qualquer possibilidade de ascensão social. Isso não quer dizer, é importante frisar, que o Partido dos Trabalhadores tenha sido exatamente um exemplo contundente de promoção de políticas sociais realmente satisfatórias. Nesse sentido, discordamos parcialmente da análise acima de Souza (2015). Compreendemos os governos do Partido dos Trabalhadores muito mais como um semblante de medidas conciliatórias, que construiu, deliberadamente, um discurso que confundia ascensão social com simples concessão de crédito às parcelas menos favorecidas, economicamente, da população. Entretanto, essa hipotética ascensão não poderia ocorrer sem uma reação virulenta de uma classe dominante, em geral, absolutamente indiferente às angústias sociais do país. Uma classe dominante que eleva os limites da ignorância, da absoluta falta de consciência de classe e do cinismo. Que se encerra nos seus condomínios de luxo e nos seus carros luxuosos que idolatra cidades como Miami, por exemplo.

É preciso superar a ideia de que, na atualidade – inclusive no Brasil –, o que está a passar é o surgimento de uma nova direita. Não se deve esquecer que o tempo da política obedece a uma lógica própria. Analisar o estado das coisas a partir da premissa de que “após a crise de 2008, qual foi o seu resultado?” seria pensar que essa crise está encerrada. É preciso rediscuti-la, continuamente, antes de traçar as primeiras reflexões sobre o que sobrar depois dela. Nesse sentido, mais do que pensar sobre o surgimento de uma hipotética nova direita, é necessário pensar – e afirmar – a deterioração completa do projeto consensual-liberal do capitalismo, um modelo que prega o liberalismo, mas que esvazia a liberdade de se escolher uma alternativa fora dele. Na mesma medida, é necessário pensar sobre a deterioração completa dos arranjos democráticos institucionais, que nada mais são do que uma reprodução, na esfera política-institucional, do modo de pensar do neoliberalismo: com a sua tendência ao elitismo, à

exclusão social, ao tecnicismo, aos métodos de gestão e à racionalidade instrumental. Esse, definitivamente, é o ponto.

É nesse sentido que a ascensão de Jair Bolsonaro é um fenômeno particular, mas também – senão, primordialmente – um fenômeno político inserido na grande estrutura. A chegada ao poder de Jair Bolsonaro põe em xeque os arranjos democráticos, mas a sua ascensão não se constitui como um acidente da democracia liberal. Trata-se, muito mais, de um produto da reafirmação do sistema, frente à crise que a ele mesmo é inerente. A extrema-direita ameaça a democracia liberal na mesma medida em que o aguçamento das medidas neoliberais ameaçam o próprio capitalismo global. Constitui-se, assim, como uma ameaça interna. Entendido como uma ameaça interna, o projeto bolsonarista é reflexo do fracasso da democracia liberal, sobretudo por ter sido erguido a partir da negação do próprio sistema democrático, a exemplo da negação de Bolsonaro, ainda enquanto candidato, de participar dos debates eleitorais e de inflar a sua militância a partir de fóruns privados em redes sociais. O aguçamento das medidas neoliberais – ajustes fiscais, legislações favoráveis à flexibilização (precarização, em termos mais precisos) das relações trabalhistas, etc – refletem o fracasso do programa neoliberal. Um fracasso aparentemente arquitetado: a construção de uma profunda crise, para que, a partir de um consenso geral, seja preciso se apegar novamente às bases e aos fundamentos do sistema, encerrando qualquer possibilidade política emancipatória por fora dele.

Jair Bolsonaro – tanto nas atuações institucionais do seu governo, quanto nas suas falas – tenta impedir que se alcance o real da política. Em artigo intitulado “Tirano de fachada: Bolsonaro e a paralaxe zizekiana” (2019), publicado no “Le Monde Diplomatique Brasil”, Raphael Rodrigues chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos criticarem o viés ditatorial de Bolsonaro, medidas ultraneoliberais estão sendo aprovadas, aos aplausos dos setores empresariais e financeiras. Bolsonaro é, assim “um absurdo atrativo”, com falas igualmente absurdas noticiadas pela imprensa corporativa sem qualquer choque, enquanto o seu governo aprova “projetos que alavancam a economia liberal que, como um monstro munido de diversos tentáculos, devora o setor público” (Rodrigues, 2019, online). O ideal igualdade-liberdade da democracia não apenas não cumpre o que promete – nem poderia cumprir, pois a sua finalidade não é promover igualdade e liberdade, mas servir de instrumento ao neoliberalismo -, como “mascara a exclusão e a exploração contínuas” (Rodrigues, 2019, online). Diante do choque perante a ameaça que Bolsonaro representa à democracia, a ideia é justamente fazer com que as forças populares se articulem na defesa dos ideais dessa “democracia”. Bolsonaro seria, assim, “a coisa em si e o que nos impede de ter acesso a essa

mesma coisa” (Rodrigues, 2019, online), agindo de modo a não nos permitir acessar o real da política, uma vez que acessar o real – o projeto econômico neoliberal – “prejudicaria todo o plano da burguesia que quer pôr o país à venda” (Rodrigues, 2019, online).

É nesse ponto em específico que parece fácil cair na armadilha do retorno ao consenso liberal. Ora, se a eleição de Jair Bolsonaro é uma ameaça à democracia – aqui não nos referimos à democracia, propriamente, ou alguma possibilidade real de poder exercido diretamente pelo povo, mas ao sistema democrático liberal –, parece óbvio que o combate a essa ameaça passe por um grande pacto democrático, em defesa dos valores básicos da democracia, que envolva tanto a centro-direita como a centro-esquerda. Trata-se de uma visão ilusória, todavia. Nesse sentido, afirma Zizek (2018, online), que “o que está acontecendo agora [...] é que esse pacto liberal está se desintegrando”. Diz Zizek (2018, online), ainda, que “não penso que devamos apostar todas as fichas na direção do ‘agora estamos diante de um enorme perigo e devemos todos nos unir contra os novos populistas de direita’. Se fizermos isso [...] só voltaríamos à situação que ensejou o populismo de direita”.

Nesse sentido, o acirramento da luta de classes parece ainda mais necessário. O radicalismo – uma expressão, aliás, temível a toda sorte de teorias defensoras da manutenção da ordem das coisas – parece se constituir como um modo de pensar e agir absolutamente fundamental, atualmente, na busca pela realização de uma política que force o impossível a acontecer. O cenário atual, que mescla crise orgânica com crise do sistema representativo se constitui como um ponto de não-retorno, reverberando-se em uma inflexão democrática. Um ponto em que os anseios de retorno ao consenso liberal são desejados mesmo por aqueles que criaram aquilo que se pode entender por crise neoliberal e crise democrática. É preciso, para os defensores do sistema, disseminar o cenário catastrófico das crises, para que se possa fazer crer que é preciso reafirmar – como já dissemos – os princípios básicos do sistema.

É possível que o estado de desamparo – afeto político central da atualidade, como dito por Safatle (2015) – impeça, justamente, esse anseio ao retorno. Esse desamparo se constituiu não apenas pela vulnerabilidade coletiva, mas pela falta de espera pela resposta do Outro. Em outros termos, uma coletividade desamparada politicamente, como aquela que se coloca na atualidade, grita ao sistema que o que está colocado não interessa: não apenas na sua forma perversa atual, mas na sua forma mais básica, tanto no que se refere ao sistema democrático liberal, como no que se refere ao projeto do neoliberalismo. O verdadeiro anseio deve ser por aquilo que foge às possibilidades colocadas. Nesse sentido, importante são as colocações de Safatle:

Por fim, poderíamos perguntar se essa ideia de desorganização permanente, seguida de reorganização, não seria um conceito fraco de acaso e contingência, uma espécie bizarra de “contingência controlada” por estruturas de relações. Poderíamos perguntar, inclusive, se tal ideia não seria apenas um símile da realidade social do capitalismo avançado, marcada pela flexibilização constante e pela desorganização controlada pela processualidade dinâmica do Capital. Pois em que uma biopolítica da mobilidade normativa poderia servir de fundamento para uma crítica do capitalismo em sua fase de flexibilização geral de identidades e processos? A fim de responder a essa pergunta, seria importante lembrar que a desorganização produzida pelo Capital é a condição para que um princípio geral de equivalência, encarnado na figura da forma-mercadoria, permaneça como uma espécie de axioma intocado. (Safatle, 2015, pp. 222, 223)

Interessante observar a noção trazida por Safatle, que diz respeito à ideia de desorganização permanente, seguida de reorganização. Essa desorganização é, essencialmente, controlada pelos métodos processuais da própria dinâmica do capital. Uma desorganização – com suas crises – que serve, justamente, para reorganizá-lo. Usando uma expressão mais alinhada à presente pesquisa, para reafirmá-lo. E reafirmá-lo de modo a fazer com que seus princípios sejam, como fala Safatle (2015), axiomas intocáveis.

3.1 Sistema democrático liberal e neoliberalismo afundam abraçados: o que construir, enquanto náufragos?

A ruptura do consenso liberal é a marca política mais visível do cenário pós-crise capitalista e seus efeitos corrosivos sobre a institucionalidade democrática. De certo modo, seria impossível pensar que o neoliberalismo, desde o seu princípio, não chegasse a um ponto de implosão. Trata-se de um sistema no qual o capital financeiro não é apenas hegemônico sobre as demais frações capital: é o capital financeiro que determina as possibilidades vigentes de vida social, de valores individuais e de culturas, hegemonizando toda e qualquer forma de pensar e de se colocar, politicamente, no mundo. Um sistema feito por uma minoria, cuja lógica de reprodução é acentuar ainda mais a minoria e impor à maioria excluída que não há saída fora dele, como já dito. Um sistema que surgiu para determinar a pauta da democracia liberal, seus modos de representatividades e suas regras de consenso. Que pôs os representantes democráticos no lugar que, atualmente, ocupam: o de meros executores de acordos deliberados

por agentes do mercado financeiro. E que, por essa mesma razão, trata-se de um sistema que, para que exista e seja hegemônico, é preciso que tudo o que o ameaça seja despolitizado.

Se pensarmos que a política, como traz Badiou (1999a), ocorre ali onde força o impossível a acontecer, somos levados a crer que há um paradoxo iminente: o neoliberalismo seria incapaz de sobreviver ao surgimento de uma política verdadeiramente emancipatória. Ainda assim, ciente disso, o sistema se reafirma na sua versão mais aguda e excludente, após a crise orgânica de 2008: reformas fiscais, precarização das relações de trabalho, ascensão da extrema-direita, estado de absoluto desalento social. Nada de novo, porém, sobre os manjados modos de atuação do capitalismo. É preciso que se clame a crise para que, silenciosa e subjetivamente, imponha-se as soluções aos moldes do capital.

É fundamental não idealizar o estado das coisas antes do neoliberalismo, entrelaçando-se por um pensamento nostálgico de que, se o neoliberalismo surgiu, como visto em Hayek (1987), como reação a algo, seria o retorno a esse “algo” necessário para a superação do neoliberalismo. Definitivamente, não. O caminho parece passar muito mais pelo que expõe Safatle (2015), ao afirmar o desamparo como afeto político central da atualidade. Um desamparo que não encontra mais resposta no Outro que se coloca como semblante da política – em termos objetos, na representatividade democrática vigente.

Dentre os visíveis elementos da vida social que a teoria política dominante tenta abertamente combater, o radicalismo é um dos mais contundentes. Em defesa da necessidade dogmática de consenso, por parte dos defensores da democracia limitada ao funcionamento das instituições formais, o radicalismo é a pedra que impede o bom fluir dos processos decisórios da política democrática. É justamente ele, entretanto, que deverá se reverberar se, de fato – sem demagogias ou falsas ilusões tantas vezes repetidas pelos discursos formais – a coletividade desejar superar as amarras dos sistemas político e econômico vigentes. Um radicalismo que imponha ao que se costuma cunhar de “Estado de Direito” que a sua legalidade, por exemplo, não é justa. Que imponha aos especialistas da política – trancafiados em gabinetes institucionais – que o que eles fazem, por exemplo, não é política. Que lhes diga quem são os verdadeiros titulares da política. Que operacionalize a ação política a partir da ideia de que os direitos – os direitos legítimos – não serão dados pela representatividade democrática. Que a política, para além de uma “troca de favores”, é uma luta. Nesse sentido, apresentamos a seguinte ideia de Slavoj Žižek:

A ideologia dominante aqui mobiliza todo o seu arsenal, para nos impedir de chegar a essa conclusão radical. Começam dizendo a nós que a liberdade democrática traz sua própria responsabilidade, que tem um preço, que não estamos maduros ainda, que esperamos demais da democracia. Dessa forma, nos culpam por nosso fracasso: numa sociedade livre, pelo que nos dizem, somos todos capitalistas se investimos em nossas vidas, dizendo que aposta mais em nossa educação que na diversão é o caminho para o sucesso, etc [...] Nessa conjuntura precisa, a política emancipadora radical se enfrenta ao seu maior desafio: como levar as coisas adiante depois do fim da primeira etapa de entusiasmo, como dar o passo seguinte sem sucumbir à catastrófica tentação “totalitária”. **A coragem da desesperança é crucial neste ponto.** (Zizek, 2015, online) (grifo nosso)

É preciso não perder de vista para quem os agentes do neoliberalismo e das formas democráticas liberais falam e a quem servem. Objetivamente: não é preciso grandes esforços teóricos para perceber que a massa excluída do capitalismo global desconhece as promessas da democracia liberal. Pouco afeita a noções abstratas como “liberdade de expressão”, “liberdade individual” e “direito sobre a propriedade”, a massa excluída sente fome, insegurança generalizada e falta de esperança. Esses três últimos elementos não apenas caracterizam-na, mas faz com que a vida coletiva seja uma permanente urgência: a urgência de superação das condições perversas que o sistema econômico impõe. E que não serão superadas pelos arranjos democráticos liberais, uma vez que, pelo modo como são articulados, servem como instrumento – daí a decorrer o seu caráter instrumentalista – do sistema econômico dominante.

Social e politicamente, a possível superação do sistema vigente envolve a superação de uma das suas bases mais fundamentais: o indivíduo. Importante não esquecer que o desamparo, na sua dimensão política, é um afeto coletivo. A construção de uma sociedade como somatória de indivíduos, pelo pensamento liberal, não se dá por acaso: trata-se de uma construção orquestrada. Se radicalismo é encarar as coisas pela raiz, torna-se incongruente pensar a questão a partir de um sopesamento entre individual e coletivo. É necessária a superação da dimensão individual, no trato de toda e qualquer questão política. Bem como da racionalidade propagada desde o pensamento hobbesiano.

Tudo, porém, surge da inquietação. Desde o surgimento do neoliberalismo, nunca houve um momento tão emblemático para o desdobramento da inquietação generalizada. Trata-se de um ponto-limite, mas que não pode se enxergado com ilusão: o capitalismo é cíclico, bem como suas crises. Por essa razão, a demanda não pode ser, por mais paradoxal que possa parecer, por “soluções que nos tirem da crise”. É preciso, na construção de uma política verdadeiramente emancipatória, rejeitar o chamado para que se recobre os princípios básicos

do sistema. A partir da noção de política como aquilo que está além das possibilidades oferecidas hoje pela institucionalidade vigente, é que se pode – com estratégia política, noção de luta de classes e pouca paixão por si mesmo – começar a superar, contundentemente, o que está dado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os slogans que se reverberam nos discursos políticos oficiais – pelo menos, os discursos formais proclamados pelas autoridades democráticas – expõem o mal a ser combatido: a crise. No caso brasileiro, por exemplo, incontáveis análises dizem respeito à existência de uma crise sem precedentes: crise política, crise econômica, crise do modelo social, etc. A crise, na visão dos defensores da institucionalidade democrática, é o que motiva o acirramento das bases democráticas liberais, no sentido de conter o cenário de crise a todo custo. É a crise, vista pelo senso comum, que desestrutura o sistema. É ela que impede a continuidade fluida do processo decisório, que gera a “fuga de capitais estrangeiros”, que estrangula o emprego, que impõe a descrença em relação ao sistema representativo parlamentar. Combatê-la é, sob qualquer dimensão, reafirmar de maneira ainda mais incisiva os princípios básicos do sistema e estimular a conversão generalizada à adoração desses ideais como verdadeira possibilidade de salvação.

O que buscamos expor nesta pesquisa é que: (i) a crise – crise orgânica do capitalismo, crise do sistema democrático liberal – é conscientemente articulada pelos ideólogos dos sistemas político e econômico vigentes, e (ii) não há solução para a crise no interior desses sistemas. As “soluções” apresentadas não são outras coisas, senão a reafirmação do sistema. Nesse sentido, assumimos a corajosa perspectiva de Safatle (2015), ao ponderar que o desamparo é o afeto político central da atualidade. É fundamental a negação das possibilidades oferecidas, se quisermos romper com aquilo que, paulatinamente, tem destruído não apenas a coletividade – e as massas que não servem para outra coisa ao sistema, senão para serem oprimidas – senão a própria política. Sim: porque tudo o que está dado, em matéria de sistema democrático liberal, tem menos a ver com a política e mais a ver com o cumprimento de acordos econômicos. A política, na sua condição essencial, não diz respeito aos limites de possibilidades impostos pela institucionalidade, como afirmamos repetidas vezes no trabalho. Se as mudanças são realmente desejadas, seria um absoluto paradoxo que os desejosos assumissem como pauta aquilo que já está oferecido. Nesse sentido, é preciso compreender as palavras de Zizek, ao afirmar, em “A Coragem de Desesperança” (2019), que “é só quando entramos em desespero e não sabemos mais o que fazer que mudanças podem ser implementadas – **nós temos de passar por este ponto zero de desesperança**” (p. 09) (grifo nosso)

Insistir da representatividade democrática vigente é insistir em um sistema que, desde a sua concepção, foi articulado a partir da ideia de conservar as estruturas de poder. Crer nas

possibilidades de mudanças oferecidas pela representatividade democrática é um paradoxo dos mais graves: é acreditar que as mudanças virão justamente da instância criada para fazer com que mudanças reais não aconteçam.

É nesse ponto que parece suficientemente colocada a visão política que buscamos oferecer neste trabalho, que assume algumas dimensões: (i) a política não guarda relação com as práticas disseminadas no interior da representatividade democrática – e defendidas pela teoria política democrática – uma vez que essas práticas são resultado da subtração que os representantes democráticos fizeram e fazem do que entendem por “fazer político” – algo que pertence, justamente, a quem não está lá; (ii) a condução das atividades parlamentares e legislativas não são realizadas por aqueles que estão na condição de excluídos do sistema, mas são determinadas pelo capital financeiro: o sistema democrático liberal não é outra coisa, senão um instrumento do capitalismo global; (iii) somente a partir da ideia de desamparo como afeto político central da atualidade (Safatle, 2015), e tendo claro que a política ocorre quando força o impossível a acontecer (Badiou, 1999a), podemos visualizar as verdadeiras chances de uma ação política realmente emancipatória. Desse modo, a pesquisa verificou e confirmou a hipótese de que é necessário compreender a política para além das possibilidades institucionais da democracia liberal.

Percebendo, dois anos antes de sua morte, que nenhuma revolução que abrangesse toda a Europa iria acontecer, Lenin, segundo Zizek (2019), chegou a escrever, acerca das mudanças políticas: “E se a total desesperança da situação, ao estimular dez vezes mais os esforços dos operários e camponeses, nos oferecesse a oportunidade de criar os requisitos fundamentais de civilização de uma maneira diferente daquela dos países europeus ocidentais?” (Zizek, 2019, p. 09).

Julio Cortázar, um dos maestros da literatura latino-americana, sempre foi conhecido pelo refinamento estético dos seus contos, pelo rompimento paradigmático da estrutura do romance tradicional, no livro “O Jogo da Amarelinha” (“*Rayuela*”, no seu título original) e pela força visceral dos seus poemas. O que pouco se discute sobre a obra de Cortázar, ao menos no Brasil, é a sua produção “*Fantomas Contra Los Vampiros Multinacionales*” (2002 [1975]), um quadrinho. Composta por texto e imagens diversificadas – extraídas da revista mexicana “*La inteligencia em llamas*”, a obra revela as considerações do escritor argentino em relação à política latino-americana. “As direitas políticas tendem a ser hipócritas e puritanas por razões meramente tradicionais”, dizia Cortázar (1980, online). Em “*Fantomas Contra Los Vampiros Multinacionales*” (2002 [1975]), Julio Cortázar denuncia o papel das sociedades transnacionais

na pilhagem das economias e na dominação no plano político. A arte é, por ela mesma, um meio político, especialmente no sentido de denúncia quanto às estruturas de opressão e de dominação, mesmo quando não aparenta fazê-lo. Tendo, assim, o seu papel fundamental na construção de um olhar subjetivo sobre as grandes questões do mundo. Contra os “*vampiros multinacionales*”, o personagem-herói de Cortázar denuncia que os países periféricos são os mais suscetíveis às imposições do programa neoliberal, uma vez que as agências financeiras multinacionais impõem a esses países programas de ajustes estruturais, a partir do pagamento de dívida externa, em um claro processo de transferência de renda de países periféricos para países centrais do capitalismo global. É dizer, como denuncia Cortázar, que o neoliberalismo, na sua forma dominante – a partir de organismos internacionais –, impõe a própria pauta da vida econômica dos países periféricos que, não por acaso, são os que mais sofrem os efeitos do sistema especulativo.

Do ponto de vista político, o que buscamos colocar no presente trabalho é que, fundamentalmente, os representantes democráticos limitam-se à gestão da crise de representatividade. O estreitamento ilimitado das relações entre capitalismo e democracia liberal tem imposto, de modo geral, que os representantes eleitos se dediquem a fazer valer com mais força as medidas neoliberais – ausência de controle sobre taxas de juros, programas de ajustes fiscais, ataques à classe trabalhadora, etc – que, em primeiro lugar, jamais teriam lugar em um sistema que obedecesse, minimamente, ao que poderia vir a ser uma democracia e que, em segundo lugar, demonstra que o próprio sistema democrático liberal – um instrumento, no máximo, do capitalismo global – é o próprio semblante da política. Nada, nas instâncias representativas e nas instituições democráticas, guarda relação com a política. Como dissemos, é preciso desenvolver uma nova terminologia, que mostre com mais precisão o que, objetivamente, fazem os representantes políticos. A política, essencialmente, é ampla, complexa e marcada pelo conflito. Não é na institucionalidade democrática liberal, definitivamente, que ela se dá.

Vejamos, por exemplo, o caso atual do Brasil. Inúmeros foram os cientistas políticos defensores dos arranjos democráticos que afirmaram que Bolsonaro não representava qualquer ameaça à democracia, a partir da reprodução do discurso de que “pois bem, embora seja um candidato de extrema-direita, as instituições democráticas funcionam, as eleições foram garantidas e não há motivo para temer o fim da democracia, no Brasil”. Pensam comprovar essa tese no instante, por exemplo, que o Congresso Nacional, atualmente, aprova a reforma da Previdência ao seu modo e impõe limites às atuações do governo Bolsonaro. O risco de se

apaixonar por si mesmo, no caso da ciência política dominante, é achar que suas intervenções teóricas e seus cálculos inferenciais colocam-nos como defensores da democracia. Pensar que há democracia, no Brasil, em razão do funcionamento da institucionalidade democrática – que, mesmo quando olhada apenas pelo ponto de vista formal, não funciona -, é enxergar a democracia apenas pelo seu semblante e, em maior medida, enxergar a própria política como seu semblante.

Ao passo que dizem que não há risco à democracia pela presença de Bolsonaro, quem defenderá a cara “democracia” quando Bolsonaro profere discursos de ódio? Quem defenderá a democracia quando Bolsonaro e sua equipe econômica impõem medidas neoliberais que agravarão ainda mais o desemprego e o desalento? Quem defenderá a democracia quando Bolsonaro, abertamente, propõe-se a governar contra qualquer forma legítima de manifestação artística, pensamento científico e senso crítico sobre a sociedade? Quem defenderá a democracia, por fim, quando Bolsonaro esvazia a dimensão coletiva da política e impõe que cada cidadão deve cuidar da sua própria segurança, assumindo a falência do Estado por ele governado? Sobre esses temas, a ciência política dominante costuma silenciar. Contanto que as instituições democráticas formais funcionem, a “democracia” está protegida. Ainda que essa mesma “democracia” tenha que conviver com uma desigualdade social extremamente aguda, com o assassinato daquilo que é contrário à governabilidade vigente, e com a noção de que tudo o que é contrário à lógica tacanha da extrema-direita tenha que se retirar do país. Não há constrangimento ao afirmar que é preciso demasiada dose de inocência ou cinismo ao defender a estabilidade democrática a partir do suposto funcionamento das suas instituições.

Esperamos, a partir das discussões apresentadas, ter cumprido aquilo que motivou a elaboração deste trabalho, a saber: explicar e descrever o fenômeno da reafirmação do programa neoliberal após a crise orgânica de 2008, e suas implicações políticas, a partir da exposição da noção de que o desamparo (Safatle, 2015) é o afeto político central da atualidade. Importante destacar que toda a exposição teórica e a perspectiva crítica da presente pesquisa revelam-se como uma tentativa. E que, como toda tentativa e esforço intelectual, deve se submeter ao olhar crítico da leitora ou de leitor. É a crítica, fundamentalmente, a própria razão de ser da ciência, especialmente quando se trata de uma ciência que procura explicar fenômenos sociais e políticos.

Não há, assim, razão crível que sustente uma hipotética busca por retorno ao consenso liberal. A conjuntura política atual – aqui incluindo o estado do capitalismo global e do sistema democrático representativo -, marcada pelo acirramento da dimensão conflituosa da política,

pode parecer exigir um retorno aos fundamentos da democracia liberal a partir do resgate dos seus princípios. Pensamos, contrariamente, que é justamente esse o momento para que se comece a dar o passo além.

A coletividade desamparada – que grita suas angústias a cada manifestação de rua contrária à ordem política e econômica vigente, a cada ato de violência subjetiva que é resultado da violência objetiva dos agentes estatais e financeiros – afirma, claramente, que o que está posto não interessa mais. Que, conforme aponta Žižek (2013), temos a obrigação de pensarem alternativas. Um conjunto de alternativas que seja capaz de vencer a imposição neoliberal de que não há solução fora do sistema. Quando o programa neoliberal supõe-se triunfante porque estabelece para todas e todos que não há alternativa fora dele (Anderson, 1995), o que faz é esgotar o caráter politizante da ação coletiva contrária a ele. É nesse ponto que a verdadeira política deve se impor: aquela que não se limita aos arranjos orquestrados pela representatividade – uma representatividade que, ao fim e ao cabo, nada representa. A obrigação é de pensar alternativas que, entre a resignação e a indignação, sustentem-se na segunda opção. Alternativas políticas, fundamentalmente, no sentido de que rompam com as possibilidades ofertadas pelo sistema. Que resgatem para as massas a titularidade da própria ação política, sendo esta a que força o impossível a se realizar. Política: no sentido mais subversivo que essa expressão possui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIER, André. **É preciso acabar com os privilégios da oligarquia judicial, pilar do golpe institucional.** Disponível em Esquerda Diário: <http://www.esquerdadiario.com.br/E-preciso-acabar-com-os-privilegios-da-oligarquia-judicial-pilar-do-golpe-institucional>. Acesso em 19 de julho de 2019.

ADORNO, Theodor; HORCKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos Filosóficos** (2º ed.). (Guido A., Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Original publicado em 1944)

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia.** Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

_____. **A formação do espírito científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a.

_____. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. **O novo espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Tradução Estrela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b.

BADIOU, A. **Compêndio de metapolítica.** Trad. Filipe Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1999b.

_____. Ética e política. In: **Conferências de Alain Badiou no Brasil.** C. Garcia (Org). Belo Horizonte: Autêntica, 1999a, pp. 37-45.

_____. Para uma teoria do sujeito: conferências brasileiras. Trad. Emerson Xavier da Dilva & Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, pp. 149-164.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. bras. polít. int.** vol.45 no.2 Brasília July/Dec. 2002.

BBC. ‘**Todos os serviços públicos no Brasil deveriam ser privatizados**’, diz João Amoêdo, do Novo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43902354>. Acesso em 10 de julho de 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estud. av.** vol. 23., n. 66. São Paulo, 2009.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOITEMPO. **Organizando a indignação**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/10/organizando-a-indignacao/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-2016.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonía, universalidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis [Online]**, v. 47, 2017.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, Chile – 2000.

CHAIA, M. **Arte e política**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

CORTÁZAR, Julio. **Fantomas contra los vampiros multinacionales**. Buenos Aires: Destino, 2002.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição** / prefácio de Fernando Limongi; tradução Celso Mauro Paciornik. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DANTAS, Rodrigo. A grande crise do capital. Dantas, R. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 14, 1/2009, p. 47-72.

ESQUERDA DIÁRIO. **O partido Novo que de novo não tem nada**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/08/28/o-partido-novo-que-de-novo-nao-tem-nada/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

_____. **Tabata Amaral quer construir “consensos” com Bolsonaro, melhorando sua reforma da previdência neoliberal**. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Tabata-Amaral-quer-construir-consensos-com-Bolsonaro-melhorando-sua-reforma-da-previdencia>. Acesso em 09 de julho de 2019.

EXAME. **Black Blocs: os grupos que usam a violência para protestar**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/black-blocks-os-grupos-que-usam-a-violencia-para-protestar/>. Acesso em 11 de julho de 2019.

_____. **Tabata Amaral contraria PDT e apoia reforma de Previdência**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/tabata-contraria-pdt-e-apoia-reforma-da-previdencia/>. Acesso em 09 de julho de 2019.

FEREJOHN, J.; PASQUINO, P. A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política. **TBCS**, vol. 16, n. 45, fevereiro/2001.

FERNANDES, Sérgio Augusto Franco. A complexa relação entre a psicanálise e o marxismo. **Revista Olhar**, ano 03, n. 5-6, jan-dez/2001.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FOLHA DE S. PAULO. **Garota prodígio da periferia, Tabata Amaral é a 6ª deputada federal mais votada de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/garota-prodigio-da-periferia-tabata-amaral-e-a-sexta-deputada-federal-mais-votada-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 09 de julho de 2019.

_____. **Tabata Amaral: Novo mesmo é não ter rótulos.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tabata-amaral/2019/04/novo-mesmo-e-nao-ter-rotulos.shtml>. Acesso em 09 de julho de 2019.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do Eu. In: **S. Freud. Obras completas** (P. C. de Souza, trad., vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1890/1905) Tratamento psíquico (ou anímico). In: **Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes.** Montevideo, Uruguay: Ediciones Chanchito, 1993.

GOMES, Cláudia Maria Costa; ROJAS, Gonzalo Adrian. Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2017 - n. 39, v. 15, p. 17 – 32.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Escritos Políticos.** Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Tradução de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 1.

HALL, Peter A.; Taylor, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo Boitempo: Carta Maior, 2012

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão.** 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Coleção “Os Pensadores”. Abril cultural, 1974.

HOBBS, Eric J. As forças democráticas. In: **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. The End of Reason. **Studies in Philosophy and Social Science**, v. 9. New York, 1941. pp. 366-388.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Indivíduo. In M. Horkheimer & T. W. Adorno (Orgs.), **Temas básicos da sociologia** (A. Cabral, trad., 2a ed., pp. 45-60). São Paulo, SP: Cultrix, 1973.

INDEX MUNDI. Produto Interno Bruto (PIB) – **Taxa de crescimento real (%)**. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=br&l=pt>. Acesso em 10 de julho de 2019.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982. 328p.

LIPSET, S.M. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MACPHERSON, C.B. **A teoria política do individualismo possessivo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 318p.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **A solidão da América Latina. Conferência Nobel apresentada em 8 de dezembro de 1982**. Tradução de G. J. Creus para o texto disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/download/251/247>. Acesso em 22 de julho de 2019.

MARX, K. **O Capital**. Livro 3, v. 5. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÍDIA NINJA. **Caetano entrevista: Roger Waters**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWWRsUPJ0ME>. Acesso em 28 de julho de 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Bourdieu e o “pessimismo da razão”. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, v. 27, n. 1, 2015.

_____. Consenso e Conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. **Lua nova**. São Paulo, 92: 13-43, 2014.

_____. **Marx e a ciência política**. Disponível em Blog da Boitempo: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/07/marx-e-a-ciencia-politica/>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

_____. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. **Lua Nova**, São Paulo, 84: 25-63, 2011.

MOSCA, Gaetano & BOUTHOU, Gaston. **História das doutrinas políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1958.

MOTTA, Celia Maria da. A atualização da crise neoliberal. **Lutas sociais**, n. 12/22, 2009.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. São Paulo: Trajectos,

NEVES, Tiago Iwasawa; QUEIROZ, Edilene Freire de. (Ths). **A cura em psicanálise como potência política de transformação**. 2018. 267 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Doutorado em Psicologia Clínica, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. A visão dionisíaca do mundo (1870) In: **A visão dionisíaca do mundo e outros textos de juventude**. Tradução: Marcos S. P. Fernandes e Maria Cristina S. De Souza; Revisão: Marco Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____. **O nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo**. (1872) Tradução, notas e prefácio: J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MONTEIRO, José Marciano; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Crhistina. Prosopografia familiar da operação “Lava-Jato” e do ministério Temer. **REVISTA NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v.3, n.3, p. 1-28, agosto 2017

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINZANI, Alessandro. Teorias políticas tradicionais e teoria crítica. **Lua Nova**. São Paulo, 102: 57-91, 2017.

PITKIN, Hanna. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Tradução: Vera Pereira. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____. **O destino das imagens**. Lisboa: Orfeu Negro, 2011.

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANGEL, Larissa. **O conceito de afeto na obra inicial de Freud**. Dissertação (mestrado acadêmico) – 94f. Orientadora: Fátima Siqueira Caropreso. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

REVISTA FÓRUM. **Cortázar por Cortázar: o politicamente fantástico**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/digital/134/cortazar-por-cortazar-o-politicamente-fantastico/>. Acesso em 27 de julho de 2019.

RODRIGUES, Raphael. **Tirano de fachada: Bolsonaro e a paralaxe zizekiana**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/tirano-de-fachada-bolsonaro-e-a-paralaxe-zizekiana/>. Acesso em 28 de julho de 2019.

ROJAS, G. A. Fim do ciclo petista, as esquerdas no processo eleitoral e sua construção política. In: **Dossiê esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira**. Setembro de 2014a. Disponível em: marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Gonzalo-Rojas-dossie.pdf Acesso em 30 de junho de 2019.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

_____. Posfácio: de que filosofia do acontecimento a esquerda precisa? In: Badiou, A. **São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência**. São Paulo: N-1 edições, 2016.

_____. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961 [1942].

SHAKESPEARE, W. **Ricardo II**. Introdução, tradução e notas por Filomena Vasconcelos. Porto: Campo das Letras, 2002.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

THE INTERCEPT BRASIL. **Para Amoêdo, do NOVO, a desigualdade no Brasil não é um problema. Ele está errado**. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/08/28/amoedo-desigualdade-pobreza/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Da democracia na América**. Editora Principia, 2008.

TROTTER, W. **Instincts of the Herd in peace and war**. Oxford: University Press, 1919 [1953].

TSEBELIS, G. **Jogos Ocultos**. São Paulo: Edusp, 1990.

URBINATI, N. **Representative democracy: principles & genealogy**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

WEBER, Max. A política como vocação. In: Gerth, H. H., & Mills, C. (Orgs.), **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ZIZEK, A **biopolítica pós-moderna.** Disponível em: <https://vandersonfilosofo.blogspot.com/2017/01/zizek-biopolitica-pos-politica.html>. Acesso em 09 de julho de 2019.

_____. **A Coragem da Desesperança: crônicas de um ano em que agimos perigosamente.** Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

_____. **A coragem da desesperança.** Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-coragem-da-desesperanca/6/34142>. Acesso em 25 de julho de 2019.

_____. **A eleição de Bolsonaro e a nova direita populista.** Disponível em Blog da Boitempo: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/12/04/zizek-a-eleicao-de-bolsonaro-e-a-nova-direita-populista/>. Acesso em 21 de julho de 2019.

_____. **Bem-vindo ao deserto do real.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Dije economia política, estúpido** - Extraído de The Ticklish Subject (Londres, Verso, 1999), publicado por Página/30 Nro 118, Mayo 2000 – disponível em http://alepharts.org/pens/economia_politica.html. Acesso em 09 de julho de 2019.

_____. O violento silêncio de um novo começo. In: Harvey, D. (Org.) **Ocuppy.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 95-100.

_____. **Violência.** São Paulo: Boitempo, 2014.